



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA:
SUBJETIVIDADE, HISTÓRIA E FEMINISMO NA PARAÍBA
(1990-2015)**

DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA

Orientadora: Susel Oliveira da Rosa
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

**JOÃO PESSOA-PB
MAIO DE 2017**

**A CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA:
SUBJETIVIDADE, HISTÓRIA E FEMINISMO NA PARAÍBA
(1990-2015)**

DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA

Orientadora: Susel Oliveira da Rosa

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

JOÃO PESSOA-PB

MAIO DE 2017

S677c Sobreira, Dayane Nascimento.
A Cunha Coletivo Feminista: subjetividade, história e
feminismo na Paraíba (1990-2015) / Dayane Nascimento
Sobreira. - João Pessoa, 2017.
123 f.: il. -

Orientadora: Susel Oliveira da Rosa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. Feminismo - Paraíba. 2. Movimento Feminista.
3. Mulheres – Movimentos Sociais. 4. Resistências. I. Título.

UFPB/BC

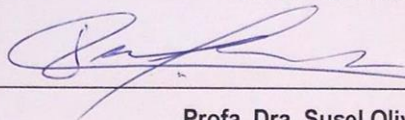
CDU: 141.72(813.3)(043)

**A CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA:
SUBJETIVIDADE, HISTÓRIA E FEMINISMO NA PARAÍBA (1990-2015)**

DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA

Dissertação de Mestrado avaliada em 23 / 05 / 2017 com conceito Aprovado

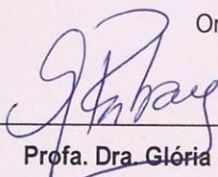
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa

PPGLI – UEPB / PPGH – UFPB

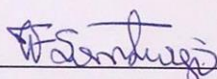
Orientadora



Profa. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay

PPGJ/ NIPAM – UFPB

Examinadora



Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago

PPGSS/ Flor e Flor – UEPB

Examinadora

Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha

PPGH/ NEABI – UFPB

Suplente Interna

Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva

PPGSS – UEPB

Suplente Externa

*Às Marias: Penha Nascimento e Ednalva Bezerra
(In Memoriam), Margaridas sempre vivas, dedico.*

AGRADECIMENTOS

*“Amor matéria-prima
A chama
O sumo
A soma”*

(Lenine)

Amai e a tudo dai graças, eis o trecho bíblico mais sábio. Sem amor e sem gratidão pouco somos. Sou eternamente grata por ter chegado até aqui e por estar rodeada de pessoas queridas, afetos e inspirações que fizeram de mim um ser humano melhor no decorrer desses quase dois anos e meio, pelos aprendizados, erros e acertos, presenças, trocas. Foram estes dois anos intensos, no campo estrutural, na minha vida pessoal. Anos de amadurecimento, de potentes encontros e afetos transbordantes. Por vezes, fui tomada por um sentimento melancólico advindo das crises que atravessam nossos dias e o presente da Cunhã, inserida nesse caldo. Acreditamos na renovação cíclica que rege a Natureza e que trará bons ventos em todos os campos.

Agradeço primeiramente a ela, protagonista dessa história: a Cunhã Coletivo Feminista, representada pelas mulheres inspiradoras e empoderadas que convivi durante esse período, seja através das idas à casa-sede, aos diálogos regados a café e nas conversas em que compartilhavam comigo traços de suas histórias e da história da organização. Um abraço especial à Soraia, que sempre carinhosa e prestativa me abriu as portas da Cunhã, fazendo-me sentir em casa e abrindo os contatos necessários durante essa empreitada. Anadilza, Luciana, Lúcia, Cristina, Joanelha, Gilberta, Estela, meu agradecimento à atenção e confiança de cada uma de vocês.

A Ionaldo Macêdo, pelo apoio técnico. Também, Cândida Magalhães, Vilma Vaz e Angela Arruda meu carinho todo especial. Vocês ampliaram minha visão do feminismo, suas histórias me atravessam e inspiram.

À CAPES por ter permitido dedicação exclusiva à elaboração desta pesquisa e minha manutenção na cidade de João Pessoa.

Aos/as professor@s do PPGH/UFPB nas pessoas de Élio Chaves, Solange Rocha e Natália Monzón pelos ensinamentos, por fazer extrair amizade mesmo nos trâmites burocráticos e institucionais. À Natália, pelas ótimas quintas-feiras, pelas aulas marcadas por reflexões teóricas e éticas. Também a Bia e Geraldo pelo suporte nos processos, e-mails e mil e um telefonemas. À professora Gisele Rocha, do PPGCI/UFPB pelo suporte e atravessamentos subjetivos nas linhas aqui traçadas.

Às professoras da minha eterna UEPB, mulheres queridas: Socorro Cipriano, Alômia Abrantes, Jussara Costa, Elisa Mariana. Obrigada pelo afeto e pelos ensinamentos que veem desde a época da graduação.

À banca de qualificação e de defesa final deste trabalho que em muito me inspiram: as professoras Idalina Santiago e Glória Rabay, figuras ímpares na construção dessa história, da qual também são protagonistas. Mulheres de fibra que com suas atuações ajudaram a consolidar um campo dos estudos de gênero e da história das mulheres na Paraíba.

À minha orientadora e confidente: Susel Oliveira da Rosa. Mulher de alma grande e sotaque gaúcho que com seu jeito calmo e gracioso e com a leveza de seu fazer histórico muito me afeta e instiga. Obrigada pelo companheirismo, confiança depositada e amizade construída.

Às minhas coleguinhas, amigas da turma 2015 para a vida: Aninha, Nadja, Rayana e Myziara. Vocês fazem tudo ficar leve e sereno, obrigada pela companhia nos dias ensolarados e nebulosos, pelas descobertas, pela alegria que só vocês transmitem.

À Tatianne, Jadson e Maria pelas discussões teóricas, pelo aconchego, pela fraternidade e parceria. Maria é uma irmã que o Sertão mandou e Campina Grande consolidou. Passaríamos por irmãs de sangue pelas semelhanças que dispomos.

A Daniel, cacique do CCHLA, "*o que fazer com as crianças quem não respeitam ninguém?*", uma peia de carinho em você, meu *brother*! Você e o clube anacletiano me abriram um mundo possível. À Geilza, Raissa, Thuca e Vilma Clécia, pelas quais tenho um grande apreço e afeição.

À minha tia Neide que se tornou minha segunda mãe na capital Parahyba, obrigada pelo carinho, por ter me adotado e cuidado durante esse período. À minha segunda irmã Maria, cheia de garra na vida, a quem agradeço por existir e por ensinar até quando silencia. Amadureci muito no convívio contigo, obrigada pelo apoio e calor fraternal constante. Você me fez/faz enxergar as várias arestas da vida.

À Letícia, que nem sempre está de bom humor, mas que é uma boa e fiel amiga em todos os momentos. Letícia me faz enxergar a amizade como um trunfo para além de todas as infelicidades e maldades desse mundo. Obrigada pelas conclusões que você chega e sugere, pelas opiniões certeiras quando tudo parece desabar. Bodas de lã para nossa amizade.

À Kelli Freitas, meu porto seguro, pelo apoio constante, por acreditar no melhor das pessoas e por me cobrir de amor. Obrigada por me sustentar e me sentir amada. Você é calma no meio das tempestades e das incertezas. Obrigada pelas dúvidas que instiga e pelas convicções que transbordam. Sou feliz ao seu lado.

À Danielle e Duda pelos sorrisos nos momentos de ansiedade que permearam o processo da escrita deste trabalho. Essas duas criaturas me mostram que nem sempre ser jovem é sinônimo de imaturidade. Aprendo muito com cada uma e quero bem. A Daniel e Diana, pelo amor transmitido em seus abraços, pelos telefonemas cheios de saudade da irmã mais velha e pelo amor que transborda dos pedidos de auxílio nas atividades da escola.

A meus pais, razões do meu existir, Clodoaldo e Sônia que se doam de corpo e alma pelo meu bem estar, sucesso pessoal e profissional. Eles são meu cais, apoio cotidiano e inspiração maior. Também meus avós, Veio e Odete, que sonham junto comigo e por terem me ensinado o valor da honestidade e da humildade.

Amor é pra quem vive, como canta Lenine. Obrigada por existirem e pelo simples fato de existirem, me lembrarem disso a todo instante. Por vocês, gratidão!

RESUMO

O Estado da Paraíba apresenta uma longa trajetória no que tange às lutas de mulheres, estas que durante muitos verões estiveram ausentes da escrita da história. A presente dissertação tem por objetivo elucidar a trajetória da ONG Cunha Coletivo Feminista, destacando seu protagonismo na luta por direitos e pela igualdade de gênero no estado. Fundada em 1990, nasceu como desdobramento de grupos feministas anteriores e apresenta uma destacada atuação com mulheres urbanas e rurais do litoral, agreste e cariri paraibano. Através da metodologia da história oral, costuramos histórias de vida de suas integrantes, numa relação próxima entre uma história que se fez e que está sendo feita, e a memória. Também utilizamos textos, projetos, relatórios, *folders*, cartilhas e outros materiais essenciais a nosso fiar. Veremos a elaboração de novas práticas de subjetivação e a consolidação de um feminismo institucionalizado que foi formador para outros grupos e movimentos, essencial na formação de redes, na consolidação de articulações e no diálogo com o feminismo regional e nacional. Dessa forma, esperamos contribuir com a história e memória do coletivo ao mesmo tempo em que colocamos à luz as histórias de vida de suas integrantes e que traçamos uma história do protagonismo feminino, das resistências e do movimento feminista na Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Cunha Coletivo Feminista; Movimento Feminista na Paraíba; Resistências.

ABSTRACT

The state of Paraíba has a long trajectory when it comes to the struggle of women, who, for a long time, have been absent from history. This paper aims to clarify the trajectory of the NGO *Cunhã Coletivo Feminista*, highlighting their protagonism in the fight for rights and for gender equality in the state. Founded in 1990, the NGO was born as a development of previous feminist groups and has outstanding action with urban and rural women from Paraíba's coastal, Agreste and Cariri areas. Using oral history methodology, we connected the life histories of the NGO members, in a close relationship between a history that was made and that is being made, and memory. We also utilized texts, projects, reports, brochures, guidebooks and other materials essential to those histories. We will observe the creation of new subjectivation practices and the consolidation of an institutionalized feminism that originated other groups and movements and was essential to network building, the consolidation of connections and the dialogue with regional and national feminism. Thus, we hope to contribute to the history and memory of the NGO at the same time that we bring forth the members' life histories and trace a history of the feminine protagonism, the resistances and the feminist movement in Paraíba.

KEYWORDS: *Cunhã Coletivo Feminista*; Feminist Movement in Paraíba; Resistances.

LISTA DE FIGURAS

1. I Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (1986)	35
2. II Encontro Feminista do Nordeste realizado na UFPB (1981)	36
3. Sócio fundadoras da Cunhã e colegas ativistas no XI Encontro Nacional Feminista (1991)	48
4. Seminário sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos (1992)	54
5. Cinco anos da Cunhã (1995)	61
6. Oficina com educadores populares (1998)	65
7. Grupo de educador@s populares em oficina sobre protagonismo juvenil (2002)	66
8. Grupo da Casa da Menina de Bayeux em mobilização promovida pelo Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/PB (2002)	68
9. Feira de Saúde no bairro Jardim Veneza, em João Pessoa/PB (1998)	74
10. Movimento Feminista da Paraíba no dia da luta pela legalização do aborto (1996)	77
11. Mobilização pró-investigação do caso Elizabeth (2004)	81
12. Feministas históricas na abertura do XIII Encontro Nacional Feminista (2000)	84
13. I Encontro Paraibano de Mulheres (2001)	86
14. Oficina com mulheres da Associação de Resistência das Rendeiras (ARCA) na comunidade Cacimbinha, em São João do Tigre/PB (2009)	97
15. Algumas mulheres participantes do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano” (2012)	100
16. Mapa de atuação do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano” (2012-2014)	102
17. Equipe técnica da Cunhã no lançamento do projeto “Mulheres produzindo renda e gerando saberes” (2014)	103
18. Luta pelo fim da violência contra as mulheres (2014)	106
19. Curso de formação do plebiscito popular (2014)	109
20. Ato Fora Cunha realizado em João Pessoa/PB (2015)	111

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
AMPEP – Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
ARCA – Associação de Resistência das Rendeiras
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CFÊMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FUNDAC – Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
GEF – *Global Environment Facility* (Fundo Mundial para o Meio Ambiente)
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
IHWC – *International Women's Health Coalition* (Coalizão Internacional de Saúde das Mulheres)
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LGBT – Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MMT – Movimento de Mulheres Trabalhadoras
MMTR/PB – Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NDHIR – Núcleo de Documentação Histórica Regional
NEMES – Núcleo de Estudos da Mulher Sertaneja
ODM – Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas

OXFAM – *Oxford Committee for Famine Relief* (Comitê de Oxford de Combate à Fome)

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDHC – Projeto Dom Helder Câmara

PET – Politereftalato de Etileno

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano

RFS – Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEAMPO – Serviço de Assessoria do Movimento Popular

SEDUP – Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira/PB

SEMDH/PB – Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba

SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SOE – Serviço de Orientação Educacional

SUS – Sistema Único de Saúde

SUDES – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

URNE – Universidade Regional do Nordeste

USAID – *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO – POR UMA HISTÓRIA DO FEMINISMO NA PARAÍBA	15
CAPÍTULO 2 SUBJETIVAÇÕES FEMINISTAS.....	26
2.1. Lutas de mulheres: um breve histórico	27
2.2. Na confluência de afetos, a Cunhã Coletivo Feminista	42
2.3. Investimentos libertários: protagonismos e (trans)formações	56
CAPÍTULO 3 AFETOS EM REDE	69
3.1. “Belas, nada recatadas e da luta”: em pauta, os direitos sexuais e reprodutivos	69
3.2. “Mortalidade materna: direitos violados, vidas roubadas”	78
3.3. “Mulheres são como águas, crescem quando se encontram”	82
CAPÍTULO 4 CAMINHOS DA AUTONOMIA.....	93
4.1. Um novo <i>lôcus</i> de atuação: o cariri ocidental	93
4.2. “Do cariri ao litoral as mulheres fazem suas próprias histórias”	99
4.3. Entre muitos feminismos	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
FONTES	114
REFERÊNCIAS.....	118

CAPÍTULO 1 | INTRODUÇÃO | POR UMA HISTÓRIA DO FEMINISMO NA PARAÍBA

“Os acontecidos (...) acontecem toda vez que são contados”
(GALEANO, 2014, p. 64).

Muitos acontecimentos transcorreram a nível nacional e local desde o início da tessitura desse texto. Acontecimentos simbólicos, que por vezes minguavam minha potência criativa e implodiam paixões tristes como coloca Deleuze (2002), mas que por outro lado, deixavam-me reflexiva, cética e por fim, feliz. Vivemos retrocessos em muitos aspectos, mas que transbordam gritos de resistência e de insatisfações. Essa potência revolucionária traz esperança aos que lutam pela democracia e para mim, aqui também quando teço esse fiar.

No dia 17 de abril de 2016, assistimos ao espetáculo da votação do processo de impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff na câmara dos deputados. Na sala, a TV vituperava gritos que feriam trajetórias de luta e o bom senso. O ridículo político como disse a filósofa Marcia Tiburi (2016), gritos que colocaram em suspeição o sistema democrático reconquistado a duras penas e que deixava ali explícito e marcado, nossos ares autoritários e interesses pessoais, nada empáticos. No quarto, o computador ligado, o programa editor de texto com o cursor a piscar. Palavras? Nenhuma. Lágrimas e bloqueio. A votação afastou a presidenta de forma temporária, depois oficialmente, substituindo-a pelo vice-presidente Michel Temer. Os danos causados? Momentaneamente irremediáveis. Desde então assistimos a delações premiadas, revelações, fechamentos de secretarias, contenção dos gastos federais e manifestações pró-democracia por todos os lados.

Vivemos em um contexto de diminuição de direitos, de efervescência de dualismos, de racismo, LGBTfobia e misoginia explícitos que são atiçados pela era das redes sociais.¹ Palavras como “feminismo” e “gênero” provocam temores irracionais e manobras de silenciamento. Fala-se de doutrinação ideológica nas escolas, faz-se alusões à intervenção militar, saudosistas da ditadura são tidos como mitos, nordestin@s² são diminuídos em verdadeiras demonstrações de xenofobia.

¹ Vale conferir a coluna “A boçalidade do mal” da jornalista Eliane Brum. Cf.: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/02/opinion/1425304702_871738.html>. Acesso em: 23 jun. 2016.

² Como pontua Sônia Miguel (2000), neste texto: “Em muitos momentos, quando queremos reforçar que determinada informação ou dado se refere a mulheres e a homens, utilizamos o recurso do sinal @ para designar esse conjunto, não incluindo as mulheres no masculino, como é comum se fazer na Língua Portuguesa. Por exemplo, ao escrevermos a palavra *candidatos* para nos referirmos às mulheres e aos homens que concorreram às eleições, grafamos a palavra dessa forma, *candidat@s*, utilizando o sinal @ para designar os universos que incluem mulheres e homens. Assim, deixamos de usar o masculino como sinônimo de humano. Com esse recurso ‘gráfico’, estamos exercitando o que alguns autores chamam de ‘guerrilha da linguagem’, no entendimento e na constatação de que o que se fala e se escreve também cria e influencia modos de ser e estar no mundo(...) Muitas vezes, a utilização da @ pode causar certa estranheza, ou mesmo incômodo. Mas

Falamos em golpe. Golpe, antes de tudo, misógino, que foi efetivado quando a presidenta participava simbolicamente da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada entre os dias 10 e 13 de maio de 2016. No dia 12 de maio, em discurso oficial, o plano de fundo com a ex-ministra Eleonora Menicucci emotiva, trazia sensibilidade e simbolismo em um dia triste para a história democrática do país. Eleonora, uma das minhas personagens, fundadora do primeiro grupo feminista da Paraíba. A cada novo episódio dessa novela, reflexões que passam pela história do país e pela história que aqui traço.

Como na década de 1970 e guardadas aqui as devidas proporções, vemos a emergência de um feminismo em estado de exceção. Em 2015, feministas saíram às ruas exigindo a saída do então presidente da Câmara Eduardo Cunha, envolvido em escândalos de corrupção e que se aproveitou da crise para colocar em pauta uma série de projetos que ferem os direitos humanos. O estopim foi a aprovação do Projeto de Lei 5069/2013 de sua autoria e apoiado por um cerco conservador e fundamentalista. Tal projeto dificulta o acesso ao aborto legal decorrente de casos de estupro na medida em que exige da mulher um exame de corpo de delito e boletim de ocorrência como condições primárias para o atendimento médico. Além desse PL, outros que tentam reduzir a maioria penal, que aprova o Estatuto da Família, que criminaliza a “heterofobia” e que aprova a interferência religiosa no Estado seguem no *curriculum vitae* do deputado.

Também, com o advento das redes, proliferaram campanhas como a #meuprimeiroassedio que pedia às mulheres para relatarem seus primeiros casos de assédio sexual, uma realidade na vida das mulheres de todas as faixas etárias. Mesmo ciberativismo que viralizou a frase-protesto “bela, recatada e do lar”³, que fez circular perfis de mulheres mortas e desaparecidas pela ditadura civil-militar e que se engajou contra a cultura do estupro no ano de 2016.

Em janeiro de 2017, após a posse de Donald Trump, mulheres de várias partes do mundo e dos Estados Unidos participaram de uma marcha contra a agenda ultraconservadora e posicionamentos sexistas do presidente. No dia 08 de março, com a *hashtag*⁴ #euparo, demonstraram apoio à campanha da Parada Internacional de Mulheres através das redes e nas ruas. O objetivo foi protestar contra o feminicídio, a exploração no

entendemos que esta estranheza é positiva, pois nos tira do lugar comum e nos induz a pensar e, talvez, a adotar outras posturas” (p. 01).

³ A expressão viralizou nas redes sociais no mês de abril de 2016, após a publicação de uma matéria de autoria da jornalista Juliana Linhares na Revista Veja em que aponta as ditas qualidades femininas da primeira dama interina, Marcela Temer. Alvo de críticas por parte de feministas e militantes, alcançou uma série de reações com a publicação de fotos de mulheres ocupando espaços sociais “não indicados” ao feminino. Não foram poucas as postagens com a paródia máxima: “bela, recatada e do bar” em protesto à afirmação cultural de que as habilidades das mulheres devam ser lapidadas para gerir as atividades domésticas e do cuidado, restringindo-as ao espaço privado e ao domínio masculino.

⁴ *Hashtags* são palavras-chave ou termos associados a uma informação, tópico ou discussão que se deseja indexar de forma explícita no aplicativo Twitter, e também adicionado ao Facebook, Google+ e/ou Instagram.

trabalho/econômica e a desumanização e desierarquização das mulheres. A greve internacional, evidenciou a pauta das mulheres e suas reivindicações sob a ordem “Nenhuma a menos”.

Novos tempos, novas configurações das lutas feministas que sem dúvida, representam uma fuga da teia biopolítica⁵, criam novos efeitos de sensibilidade, novos remotes das relações entre os sexos, modos específicos de existência, renovam e atualizam o imaginário cultural e político de nossa época (RAGO, 2004). Muito embora isso não represente o esgotamento de lutas, para a autora citada, vivemos um processo de feminização cultural em curso: o mundo tem se tornado mais feminista e libertário. Dessa forma, em um mundo mais liberto é que as subjetividades femininas se configuram, se tornam móveis e incômodas.

Como afirmou Simone de Beauvoir (2009), basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados, é exatamente isso que estamos vivendo nos últimos dias. Uma primavera feminista que contrasta com um inverno conservador⁶ que potencializa, por sua vez, paixões alegres e que desenha resistências e vozes dissonantes à lógica biopolítica imposta. É nesse cenário que trazemos à tona um histórico de lutas de mulheres no estado da Paraíba em um pano de fundo que se desenha a partir da década de 1970.

Em um trabalho relacional entre história e memória, já na graduação, pesquisei a história dos grupos feministas institucionalizados existentes na cidade de Campina Grande entre os anos de 1982 e 1992. Esse estudo permitiu já em 2014 o encontro afetivo com a Cunhã Coletivo Feminista⁷, organização não governamental (ONG) fundada em João Pessoa no ano de 1990. Como Marcia Tiburi, “quando falamos em afeto queremos dizer que algo ‘afeta’, que nos contagia, que nos provoca” (2015, p. 59). A filósofa traduz a dimensão desse encontro potente que tive ainda durante a elaboração de meu trabalho de conclusão de curso, período em que, portanto, essa pesquisa se inicia. Bebeu da fonte de Gilles Deleuze (2002), que inspirado em Espinosa, situou a identificação de um corpo pelo seu poder de afetar e de ser afetado. Afetos que são flechas que atravessam o corpo, verdadeiras armas de guerra. Corpo entendido como qualquer coisa: uma ideia, corpo social, coletividade. Quando esse corpo se encontra com o nosso e com ele se compõe temos a geração de uma potência criadora e boa, contrastada com o que o filósofo chama de paixões tristes. Ainda Deleuze e Guattari (1997, p. 19), falam que “um *corpo* não se reduz a um *organismo*, assim como o espírito de corpo tampouco se reduz à alma de um

⁵ Segundo o filósofo Michel Foucault, o poder soberano vigorou efetivamente até o século XIX, quando a partir daí foi modificado por um poder inverso: a biopolítica. Foi-se do “fazer morrer e deixar viver” ao “fazer viver e deixar morrer” como traz Rosa (2012). O alvo do biopoder é a população. A esse, contudo, a vida escapa.

⁶ Cf.: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/opinion/1447347110_733026.html>. Acesso em: 23 mar. 2016.

⁷ Apesar do artigo definido fazer concordância com o substantivo “coletivo”, nos referimos à instituição no feminino, bem como fazem suas integrantes e conforme consenso oficializado em assembleia.

organismo” (grifos dos autores). Um bom encontro, portanto, foi o meu com a história, memória e subjetividade potencializadas pela Cunhã Coletivo Feminista. Encontro combinável pela relação dentro de um campo comum de imanência: o feminismo.

Da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, aproximei-me de algumas integrantes da Cunhã, como Soraia Jordão que me deu um suporte ímpar para adentrar nos meandros da história da instituição e na sua própria, abrindo caminhos e contatos com as demais integrantes e protagonistas do movimento na Paraíba. Dessa sondagem e contato inicial, além da própria Soraia, entrevistei Vilma Vaz e recolhi materiais, fontes necessárias à escrita de meu trabalho monográfico e que transbordaram para o texto que ora se faz.

Eis que levantei a ideia de estudar a história e memória do feminismo no estado entre os anos de 1979 e 1990, englobando vários grupos e trabalhando com a metodologia da história oral de vida. Essa proposta desembocou em outra, de estudar apenas um grupo – a Cunhã – motivada pelo protagonismo da instituição e também por ter sido a primeira ONG feminista do estado. Nesse ínterim, acessei materiais e textos e conversei com algumas feministas históricas como Angela Arruda e Cândida Magalhães cujas entrevistas colaboraram de forma muito positiva na análise do conjunto de fontes resultante. Até então a ideia era trabalhar as histórias de vida das integrantes da Cunhã conexas à história da instituição, exercício que foi redimensionado e que fez lapidar meus objetivos. Então com 25 anos de história, pensei que seria esse o campo a ser explorado com particular ênfase.

Desde então, alargando conhecimentos sobre a história do movimento feminista no estado da Paraíba, vem se mostrando como um afeto que respinga em campos como a de minha luta política, abrindo possibilidades de articulação não só teórica, mas prática. Muitas são as afetações, os deslocamentos e inquietações trazidas por essa empreitada, inquietações que me levaram a repensar a vida profissional, a vida pessoal e principalmente meu ser feminista. Como libriana com ascendente no signo de virgem (e aqui peço licença para invocar a astrologia), o lidar com mudanças não foi algo extremamente fácil: foi necessário processamento e deglutição de novos ventos em todos esses campos. Ventos vitais, portanto. *Insights* de uma subjetividade nômade. Digo isto, pois a proposta dessa pesquisa foi sendo podada a partir do amadurecimento teórico e a análise gradual das fontes. Pesquisa que traz consigo toda dimensão subjetiva que os objetos em História o carregam. Subjetividade que é alimentada também a partir do encontro com nov@s autor@s, novas reflexões e achados, com as desestabilizações suscitadas (sim!) pelos feminismos.

O Nordeste brasileiro e em especial a Paraíba, onde o machismo se revela em altos índices de violência contra a mulher e padrões culturais misóginos⁸, apresenta um histórico de lutas impressionante que aos poucos está se fazendo seara de historiador@s e cientistas sociais sedent@s perante o campo que encontram. Lutas que se mesclam ao direito pela terra e contra o latifúndio⁹, o feminismo paraibano nasceu nesse cerne. Datando de 1979, o primeiro grupo feminista da Paraíba fora fundado por professoras vindas do combate à ditadura e que carregavam experiências ligadas ao feminismo francês e a grupos de esquerda. O **Centro da Mulher de João Pessoa** (1979), logo chamado **Grupo Feminista Maria Mulher** desenvolveu atividades na Universidade Federal da Paraíba em diálogo com comunidades da capital. No Sertão, surgiram o **Grupo Mulheres** e o **Sertão Mulher** (1983), com total apoio às mulheres rurais. Em Campina Grande, o **Grupo Raízes** (1984) emergiu como reverberação do **Grupo de Mulheres de Campina Grande** (1982).

Com um histórico extenso, a Paraíba fez seu lugar ao sol no que tange às lutas de mulheres. De 1979 até nossos dias, contestações aos maus tratos ao feminino, assessorias, formação de lideranças comunitárias ou de atuações setoriais; com o advento das organizações não governamentais, as estratégias de *advocacy*, implantação de projetos e campanhas de conscientização em constante diálogo com outros movimentos sociais e pela luta democrática se fizeram presentes.

Lutas políticas que foram pulverizadas por meio de vários grupos a partir da década de 1990. Dentre esses grupos a **Cunhã Coletivo Feminista** funcionou como formadora do feminismo institucionalizado que emergia. Composto por ex-integrantes de grupos anteriormente citados, surgiu enquanto ONG compromissada com o combate às discriminações e misoginia presentes em um meio bem específico: a cidade de João Pessoa. Logo traçando diálogos vários, se conectou ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), prestando-lhe assessorias, alargando sua atuação para o Brejo do estado. Aos poucos, sua atuação expandiu-se por meio de estratégias e campanhas como a Campanha Latinoamericana pela Legalização do Aborto, para outros espaços como o cariri e o litoral sul do estado. Hoje com 27 anos, se projeta como uma das mais importantes instituições feministas do país.

Das muitas idas ao arquivo da Cunhã, ao Núcleo de Documentação Histórica e Regional, à Biblioteca Central da UFPB, o mapeamento de fontes como documentos, projetos, textos, fotografias, vídeos, cartilhas, relatórios, panfletos e *folders*. Das muitas entrevistas, as narrativas de memórias. A sistematização de arquivos das redes sociais da

⁸ Segundo o último mapa da violência publicado em 2015, a Paraíba ocupa o sexto lugar na escala da taxa de homicídios de mulheres por estados da federação. Com uma taxa de 6,4 por mil, o estado fica atrás de Roraima, Espírito Santo, Goiás, Alagoas e Acre. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php. Acesso em: 21 mar. 2017.

⁹ Cf. ROSA, 2015.

instituição. Esses são os materiais postos em nossa oficina. A linha e a agulha, são as vivências e subjetividades de suas integrantes que por sua vez se mesclam às minhas, responsável pelo fiar desse tecido. Comparando o *métier* do historiador ao trabalho artesanal, Durval Muniz Júnior diz:

O historiador, como a bordadeira, ao final de suas atividades de pesquisa, tem à sua frente uma cesta cheia de documentos, de relatos, de imagens, de escritos, de narrativas, de variadas cores e tonalidades, misturados de forma caótica. É ele, como faz a profissional do bordado, que submete este caos a uma ordem, a um desenho, a um plano, a um projeto, a um molde, a um modelo, que deve ser previamente pensado. Assim como no bordado existirá aquelas laçadas, aqueles pontos, aquelas amarrações, que serão fundamentais para que o desenho se sustente e se faça, na narrativa historiográfica existirá, o que não por mera coincidência se chamará de fio condutor, de fio da meada, o problema, a questão, o objetivo, que deve ser perseguido e deve estar presente durante toda a narrativa (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 04).

Essa pesquisa se propõe, portanto, pensar a Cunhã Coletivo Feminista como um lugar instaurador de ventos libertários na Paraíba. Nosso objetivo maior é mapear suas ações, programas e ares de vida entre os anos de 1990 e 2015. A partir de diálogos com uma historiografia de gênero e com a filosofia e percebendo aquilo que Tânia Swain (2013) e Virginia Woolf (1990) apontavam como sendo o silêncio da historiografia quanto a atos e realizações das mulheres, visamos contar essa história no feminino, como disse Rago (2011) ao trabalhar com Luce Fabbri, elaborando *uma* história do feminismo no estado. Ao elaborar essa história possível, desculpo-me por interpretações equivocadas, omissões e esquecimentos que porventura venham emergir. Estou atenta ao alerta de Paul Veyne (2008), quando fala das impossibilidades de elaborar uma história total, isenta de lacunas e fissuras. Que porquanto, não é meu intento, visto entender a pesquisa historiográfica como uma operação descontínua localizada entre um lugar social, uma prática e uma escrita¹⁰.

Essa história, portanto, produzida como um artefato se assemelha a um trabalho de renda renascença elaborado por mulheres rurais do cariri, acompanhadas pela Cunhã. Nascida para garantir a perpetuação da memória, Durval Muniz (2009) destaca a proximidade da prática historiográfica com a atividade artesanal. De Penélope a Heródoto. Da história vivida à história escrita. Na solidão povoada da escrita (Deleuze apud ROSA, 2013) recolhi materiais, separei as linhas, cortei, busquei dar sentido a alguns fragmentos, fazendo-os aparecer como partes de um mesmo tecido (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

Como toda atividade artesanal o trabalho do historiador (...) implica uma relação corpo a corpo, subjetividade a subjetividade, com o seu material de

¹⁰ Cf. CERTEAU, 2007.

trabalho. O historiador se mistura e sai com as roupas, o corpo e a alma marcados pelo seu material de trabalho, pelos acontecimentos, pelas vidas e ações que vem a pôr em cena (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 09).

Pergunta que tanto fiz às minhas colaboradoras, digo que sim, essa pesquisa me transformou. E ela seguiu mudando tal qual mudei desde o início do mestrado em 2015. Mudei, primeiro geograficamente. Natural da cidade de Esperança/PB, com o início da pós-graduação passei a residir na capital João Pessoa/PB. Um aprofundamento na militância feminista, por vezes questionamentos, o contato com as discussões da agroecologia. Voltei para o interior. Percepções e sensações outras. Fui me refazendo com a pesquisa: a valorização do campo, de minha raiz na agricultura familiar, um autorreconhecimento de si, o debate de ideias. O feminismo se aprofundou e ficou no sangue, parafraseando aqui Soraia Jordão (entrevista concedida à autora em: 15 ago. 2014). Intensidades sentidas nas participações e processos de construção das Marchas pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia¹¹, no modo como encaro o mundo, na relação com outras mulheres, na valorização de cada traço, de cada calo, de cada veia surgida decorrente do esforço por buscar água, por colher o milho no roçado, por buscar os animais no pasto. Sentir o feminismo atravessando minha vida com intensidade e destemor foi uma sensação ímpar bem como o cultivo afetivo com as mulheres empoderadas que convivi durante esse fazer: Angela Arruda, Cândida Magalhães, Vilma Vaz, Soraia Jordão, Estela Bezerra, Gilberta Soares, Luciana Cândido, Anadilza Paiva, Lúcia Lira, Cristina Lima, Joana D’Arc e Malu Oliveira.

Além das sensações trazidas pela instabilidade política e de direitos pela qual passamos, pelos afetos potencializados por esse amadurecimento no feminismo, outro acontecimento simbólico foi o recebimento da notícia do óbito materno de uma colega quando da escrita do segundo bloco desse texto, quando trato especificamente sobre as ações do coletivo na área da saúde com ênfase na mortalidade materna. Fiquei desconcertada por alguns dias, pensando: “Teria sido negligência? Foi Jô uma Elizabeth?”¹². Esses momentos geralmente deixam nossa renda atravessada por emoções, por sensações as mais diversas que durante muito tempo foram inclusive, negadas da escrita histórica. Priorizo a emoção a supostas objetividades, cônica de que é possível elaborar conhecimento histórico a partir desses lugares.

¹¹ A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia é realizada todos os anos no dia 08 de março. É promovida pelo Polo da Borborema e pela ONG AS-PTA. Momento de denúncia das desigualdades e da violência contra a mulher, pauta-se na luta por direitos e por relações mais justas na agricultura familiar. A última edição da marcha foi realizada no município de Alagoa Nova e contou com cerca de cinco mil participantes.

¹² Elizabeth, natural de Santa Rita/PB, mulher negra, pobre, com pouca escolaridade e mãe do primeiro filho. Faleceu em agosto de 2004 na Maternidade Cândida Vargas em João Pessoa, por falta de vagas nas UTIs.

Para tecer esse fiar, utilizamos como fontes primárias as narrativas orais de treze mulheres ligadas à história da Cunhã. Algumas fazem parte do quadro de técnicas efetivas, outras são ex-integrantes, colaboradoras que foram ou ainda estão muito próximas das decisões e passos da organização. Fizemos uso da metodologia da história oral, em um movimento de explicitar o “fascínio do vivido” como nos fala Verena Alberti (2004). Terreno da subjetividade por excelência (ALBERTI, 2004), a história oral, metodologia que ascendeu com a emergência da Nova História Cultural, privilegia o vivido a partir de quem o viveu. Genuinamente hermenêutica, é uma história rica em possibilidades e que fascina com a experiência d@ outr@. Entrelaçada à memória, auxilia na implosão subjetiva de quem a pratica. Legitimadora da história do presente (FREITAS, 2006), tem as lembranças como suporte, evidenciando a memória coletiva e as experiências individuais.

Como aponta Beatriz Sarlo (2007), a “emergência de histórias da vida cotidiana” no campo historiográfico demandou a sensibilidade atenta do historiador perante novos discursos da memória: o narrar-se, diários e cartas passaram a moldar uma guinada subjetiva que evidencia a presença real do sujeito na cena do passado. Captura do presente, o retorno ao passado permite uma reelaboração de si e a construção de uma história com paixões e emoções. Exercício de escrita de si, o rememorar apresenta uma função etopoiética, é um transformador da verdade em *ethos*. Falando da escrita de si, Foucault (1992) volta aos antigos e a apresenta como companheira indispensável da vida ascética. Muito próxima à confissão e à meditação, a escrita de si aperfeiçoa a vida, sendo necessária ao labor da alma sobre si própria. Desse modo, seguiremos o fluxo de memórias dessas mulheres, o dizer sobre si e sobre a Cunhã, problematizando o lugar do feminismo no contexto paraibano, marcado por sua vez, por variadas especificidades. Eis um breve perfil de cada uma delas:

Angela Maria Silva Arruda, recém-aposentada da UFRJ, foi professora da UFPB e URNE durante a década de 1980. Uma das fundadoras do Grupo de Mulheres de Campina Grande, é um dos ícones da Psicologia Social no Brasil. Militante de esquerda, foi presa no Chile, exilando-se na França logo após o golpe que derrubou o governo de Salvador Allende no ano de 1973. Foi uma grande influenciadora da emergência do Grupo Raízes.

Cândida Moreira Magalhães é uma das conselheiras da Cunhã Coletivo Feminista. Advogada, assistente social e anistiada política, é uma grande colaboradora da Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba. Como professora da UEPB, foi uma das coordenadoras do Grupo Flor e Flor de estudos de gênero, onde orientou trabalhos voltados à temática.

Vilma Maria Martins Vaz foi integrante do Grupo Raízes em Campina Grande/PB. Prestou assessorias à Cunhã durante a década de 1990 e a outras ONGs como a Casa

Pequeno Davi. É psicóloga da prefeitura municipal de João Pessoa e uma das representantes da regional do grupo Católicas pelo Direito de Decidir.

Soraia Jordão Almeida foi integrante do Grupo Raízes, mudando-se para João Pessoa para a conclusão de sua graduação em Psicologia Social. Chegando à capital João Pessoa em 1986 logo se integrou ao Projeto de Extensão “Mulher e Favela” que realizava suas atividades em comunidades carentes da cidade. Integrou o Coletivo Lilás e foi sócio-fundadora da Cunhã. Mestre em Serviço Social pela UFPB, atualmente é uma de suas coordenadoras executivas.

Estelizabel Bezerra de Souza, jornalista formada pela UFPB, atuou na Cunhã organizando projetos principalmente no setor de comunicação. Ocupou dentre outros cargos o da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de João Pessoa na gestão do atual governador da Paraíba Ricardo Coutinho como prefeito da capital paraibana, e a secretaria de Comunicação Social da gestão de Coutinho como governador. Uma das três mulheres na Assembleia Legislativa do estado, foi eleita em 2014 pelo PSB como a deputada mais bem votada na capital.

Gilberta Santos Soares também foi integrante do Grupo Raízes. Chegou a João Pessoa para realizar estudos na Universidade Federal da Paraíba. Sócio-fundadora da Cunhã, integrou suas várias atividades, trabalhando principalmente no eixo de saúde e sexualidade do coletivo. Mestre em Sociologia pela UFPB e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA, atualmente é secretária de estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB).

Luciana Cândido Barbosa é educadora social da Cunhã, sendo uma de suas coordenadoras executivas. Mestre em Serviço Social pela UFPB, desenvolveu seus estudos na linha do gênero e do trabalho. Foi integrante do Grupo Acorda Mulher, onde desenvolveu trabalho com mulheres populares da cidade de Bayeux/PB.

Anadilza Maria Paiva Ferreira é assistente social, coordenadora do eixo de enfrentamento à violência contra as mulheres da Cunhã. Foi integrante do grupo *Chimalmans*, mulheres da Teologia, da Rede de Educadores Populares do Nordeste e da Pastoral do Menor. Trabalhou na FUNDAC e na Casa Pequeno Davi, ingressou na Cunhã por meio do trabalho com educadores populares. Também faz parte da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e da Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba.

Maria Lúcia Lira de Sousa integrou a coordenação da Rede Feminista de Saúde seção Paraíba. Assistente social, integrou-se à Cunhã no ano de 1995, tendo atuado desde então no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos e da saúde das mulheres. Foi uma das coordenadoras do recente trabalho da organização no cariri.

Ana Cristina Barboza de Lima é jornalista formada pela UERJ, trabalhou no setor de comunicação da Cunhã entre os anos de 2003 e 2016. Integrante da AMB, trabalhou na

ONG Amazona e intermediou o diálogo da Cunhã com a ABONG. Assessorou a Rede Feminista de Saúde e AMB pela ligação das integrantes com as secretarias nacionais dessas organizações.

Joana D'Arc da Silva é integrante da Cunhã, tendo participado da diretoria da instituição entre os anos de 2000 e 2014. Psicóloga e educadora popular, foi ativa no movimento estudantil universitário e na construção da Rede de Educadores Populares do Nordeste. Integra a plenária nacional da AMB.

Maria Lúcia Lopes de Oliveira (Malu) é sócio voluntária da Cunhã. Doutora em Letras e mestre em Educação, foi fundadora do grupo Casa da Mulher Renasce Companheira. Integrante da *Chimalmans*, trabalhou na Pastoral do Menor, na Casa Pequeno Davi e na Cunhã Coletivo Feminista. Fez parte da coordenação nacional da AMB e participou ativamente dos trabalhos no cariri, do qual resultou sua dissertação de mestrado.

Histórias ricas e de resistências que se aliaram a outras fontes como: documentos, *folders*, panfletos, cartilhas, vídeos, fotografias, cordel, relatórios, projetos, sistematizações e textos mapeados no arquivo da Cunhã Coletivo Feminista, na Biblioteca Central da UFPB, no Núcleo de Documentação Histórica e Regional da UFPB e na Internet por meio do site da organização e de suas páginas nas redes sociais e canal no *Youtube*, e que permitiram delinear caminhos possíveis para a elaboração da história que aqui se faz.

Historicizando as lutas de mulheres no estado, no **capítulo 2** veremos a emergência da Cunhã como desdobramento de grupos feministas anteriores, fixados nas cidades de Campina Grande e João Pessoa/PB. Costuro os primeiros pontos dessa renda que começa a se desenhar a partir de 1990. Do primeiro financiamento, primeiros projetos, participações em encontros nacionais feministas por suas integrantes, veremos a consolidação de eixos norteadores das atividades do coletivo, neste momento: o eixo de *metodologia, comunicação, saúde e sexualidade*. Também os trabalhos de assessoria a grupos de mulheres rurais, que perpassam a história da instituição.

Dando os primeiros passos no campo da articulação política, a Cunhã Coletivo Feminista organizou seminários, participou de conferências como a Beijing-95. Nesses idos, não era fácil, contudo, se dizer feminista. Foi um momento propício impulsionador de potências revolucionárias que começou a se refletir na realização de programas, campanhas e da organização em articulações. Do trabalho com prostitutas, meninos e meninas em situação de rua ao trabalho com educador@s populares, muitas foram as energias que levaram a um amadurecimento da organização.

No **capítulo 3**, assistiremos a maturidade das ações com particular ênfase no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Segundo estado do Nordeste a garantir a efetivação dos atendimentos de aborto legal na Maternidade Frei Damião em João Pessoa, a Paraíba mostrava seu lugar ao sol sediando na década de 2000 as Jornadas Brasileiras

pelo Aborto Legal e Seguro e sendo ponto focal da Campanha 28 de setembro pela descriminalização do aborto. Com a realização de pesquisas e levantamento de dados, pôs em ação estratégias de *advocacy*, mobilização, incidência política e controle social a partir de campanhas como a Ninguém Engravidando Sozinho e contra a Mortalidade Materna.

Organizando o XIII Encontro Nacional Feminista, a Cunha se projetava em cenário nacional, consolidando a partir daí um período de maturidade que desembocou no mapeamento de grupos de mulheres no estado e posterior deslocamento de ações e interiorização do feminismo, muito a partir de sua inserção sistemática em articulações movimentalistas como a AMB.

A partir da realização de um diagnóstico que mapeou aspectos socioculturais e relativos à saúde das mulheres de assentamentos da região do cariri ocidental da Paraíba, firmou ações visando prestar assessoria no que tange às discussões de gênero e posterior organização das mulheres a partir de eixos produtivos seguindo a ideia de que a autonomia econômica é o primeiro passo para o empoderamento. Esse trabalho foi realizado em parceria com o Projeto Dom Helder Câmara.

Essa atuação será aprofundada no **capítulo 4** quando traremos as experiências de trabalho consolidadas a partir do ano de 2012 com mulheres produtoras, artesãs, agricultoras, pescadoras e mais recentemente, marisqueiras da região de Pitimbu/PB, no litoral sul. Com apoio da Petrobrás e Concern Universal e outras parcerias, a Cunha Coletivo Feminista desenvolveu os projetos “Mulheres Rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano” e “Mulheres produzindo saberes e gerando renda” que permitiu uma ação mais pontual que envolveu educação popular feminista, princípios de economia solidária em um processo de fortalecimento da participação política e organizativa dessas mulheres.

Do mapeamento dessas ações, chegamos a uma configuração atual em que discorrerei sobre os projetos recentes mais amplos desenvolvidos pela instituição, as articulações e a emergência de novas manifestações do feminismo atrelado às redes. Novas configurações que se processam nos 27 anos da organização. Duas décadas e meia de história que serão desenhadas aqui mesmo em um cenário nacional diverso, transpassado por uma onda conservadora. É preciso resistir... Para existir! E isso nos encoraja a caminhar.

CAPÍTULO 2 | SUBJETIVAÇÕES FEMINISTAS

“O feminismo é a revolta de nós mulheres contra esta situação que começa no cotidiano de nossas casas, busca de nós por nós mesmas; aqui, um dos aspectos políticos mais importantes: a necessidade de fazermos nossa própria história, ou melhor, por que não dizer, a necessidade de recuperarmos a nossa história para continuarmos a fazê-la”
(SOARES, 1983, p. 21).

Das buscas, das revoltas cotidianas, do feminismo. Assim Eleonora Menicucci de Oliveira, à época Eleonora de Oliveira Soares, idealizadora do Grupo Feminista Maria Mulher fundado na cidade de João Pessoa no ano de 1979, singulariza a dimensão da luta feminista, que segundo ela, não quer a tomada do poder, mas o estabelecimento de uma nova cultura, calcada na solidariedade, no amor e na amizade. Militante, tendo passado pela luta armada e pela clandestinidade foi perseguida e torturada. Perseguição que tinha um objetivo: o sonho de implantar a revolução socialista no Brasil, alimentado por homens e mulheres que segundo ela, eram vítimas e cúmplices de um mesmo processo.

As mulheres, secundarizadas dentro das organizações, começavam a entender que a célula era mais um mecanismo de perpetuação do machismo e da estrutura patriarcal. Fruto da experiência da luta feminista e da militância antiditadura na década de 1970, Eleonora escreveu sua dissertação de mestrado mesclando reflexões teóricas e subjetivas¹³, cuja escrita segue revelando o entendimento e a descoberta de uma vida mais fluida no feminismo. É no relato de “um resgate histórico de um passado presente”, que nomina seu primeiro capítulo, que isso se torna nítido. Com destemor, denuncia a não observância às especificidades das mulheres nas organizações de esquerda, em que seus sentimentos sempre ficavam em segundo plano. Tinha que se olhar para a frente, para o bem comum.

Descrevendo suas impressões, comenta sobre a experiência da maternidade em meio à clandestinidade e a tantos questionamentos. Era um processo de sofrimento, perdas, solidão e emoções engavetadas que explodiram com sua aproximação com o movimento feminista. “Misto de masculino e animal”, no terror da tortura encontrou forças para reagir. Através da relação corpo-exploração, angariou forças que passavam diretamente por suas emoções: “Só havia uma certeza: repetir o ontem não cabia mais em nossas vidas” (SOARES, 1983, p. 18). Na prisão, encontrou muitas Marias, cheias de garra e crença na vida. Virou-se pelo avesso, partiu em busca de si mesma.

¹³ Dissertação intitulada *O movimento feminista: o reinventar da educação*, defendida através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, no ano de 1983. No seu texto, dividido em três partes, a autora elenca uma espécie de autobiografia, mesclando estudos de concepções sobre mulheres integrantes do Maria Mulher e da comunidade dos bairros do Novais e Beira Rio (lócus de atuação do grupo) frente a temas como corpo e sexualidade.

Eleonora Menicucci¹⁴ chegou à Paraíba concomitante a outras mulheres vindas de outras partes do país ou do exílio. Deixou a Paraíba em fins da década de 1980, dando continuidade à vida no Sudeste do país. Participando de várias atividades do movimento feminista paraibano e da Cunhã Coletivo Feminista na década de 1990, em 2015 recebeu o título de cidadã paraibana através da Assembleia Legislativa do estado. A trajetória de Eleonora seguiu os passos de outras militantes históricas entre os anos citados, indo do exílio à constituição de grupos feministas quando do retorno ao Brasil.

Com Margareth Rago (2003), arrisco-me a dar algumas pinceladas sobre a história do movimento feminista brasileiro nas últimas décadas. Como nos fala a autora, no contexto de crise e de construção de novos modelos de subjetividade desde os anos de 1970, emergiu o feminismo organizado cujas bandeiras destoavam das levantadas por suas antecessoras no início do século. Recusaram-se modelos de feminilidade construídos e se fez vibrar novas nuances frente ao corpo, à vida e aos sexos.

2.1. Lutas de mulheres: um breve histórico

Na década de 1970, em paralelo aos movimentos de oposição à ditadura militar iniciou-se a denúncia do sexismo dentro de grupos organizados como sindicatos e partidos. No cerne dessas organizações estava a emanção de forças para a Revolução, deixando as mulheres e “suas questões” às margens. Foi a partir das críticas à estrutura da esquerda, portanto, que se abriram possibilidades de atuação política feminista. Mulheres como Eleonora Menicucci denunciavam a misoginia dentro dessas instituições, alteravam lógicas e causavam temores. Ao mesmo tempo, permitia-se a fuga da instância biopolítica promovendo projeções e instaurando conflitos nos âmbitos do público e do privado. “Ah, aprendemos a fazer política”, diz Albertina Costa (apud ROSA, 2013). Mulheres como Vera Magalhães, Danda Prado, Angela Arruda, Iara Iavelberg, Cândida Magalhães, Amelinha Teles, Ines Etienne Romeu e tantas outras, estavam na luta antiditadura, amando e armando-se contra o machismo que as maltratava de forma subreptícia em suas atividades rebeldes. Por outro lado, mulheres anônimas costuravam outras redes solidárias e de ações gritando contra a carestia, os baixos salários e a falta de creches. Outras, de classe média, exigiam anistia de pres@s polític@s através do Movimento Feminino pela Anistia, articulando-se nacionalmente em diferentes estados. Na Paraíba, a dissolução da seção estadual fez

¹⁴ Eleonora Menicucci foi ministra da então Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), cuja pasta foi incorporada ao ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, coordenado pela professora Nilma Lino Gomes. O ministério foi criado na reforma ministerial do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, realizada no mês de outubro de 2015. Nessa pasta, foi secretária especial de políticas para as mulheres. Em maio de 2016, com a elevação de Michel Temer ao cargo de presidente interino, a pasta foi novamente alterada, sendo extinta e representando um enfraquecimento na promoção, reparação e defesa institucional dos direitos das mulheres, negr@s, LGBTQs e outr@s.

pulverizar mulheres no movimento popular ou no feminismo então nascente através do Centro da Mulher de João Pessoa, depois Grupo Feminista Maria Mulher. Dessa forma, os clubes de mães ou grupos de mulheres foram potencializando energias para o encontro posterior com o movimento feminista e a emergência de grupos mais sistematizados no Brasil.

Nesse contexto e no âmbito dessa luta, o pessoal parecia não ser político, como nos diz Soares (1983), os afetos, os sentimentos e os desejos eram camuflados em prol de uma teleologia, da revolução socialista: “revolucionári@ não ama e não tem sexualidade”, diz. Na clandestinidade, a militância “obrigou a chorar baixinho, de saudade e de dor” (p. 11). Despontando em contraponto a isso, o feminismo foi trabalhado conexo à subjetividade das mulheres. Nesse cenário, o exílio foi palco das mais diferentes articulações políticas e desestabilizações cotidianas advindas de uma experiência nova longe da pátria e d@s seus/suas. Segundo Susel da Rosa, “representou um espaço de liberdade que desestabilizou a fixidez das identidades, oferecendo possibilidades de alteração de rotas” (ROSA, 2013, p. 137). Foi, portanto, um espaço de reflexão a partir da cultura do outro, de novos afetos e encontros. Reflexões que reverberavam em uma postura com relação a si e ao mundo. A garantia da própria sobrevivência nesses espaços e o contato com reflexões e diálogos feministas já em desenvolvimento na França desde antes do maio de 1968, imprimiu marcas profundas nas subjetividades dessas mulheres e na construção de sua condição feminina. Para o exílio migraram ex-presas políticas, ex-guerrilheiras, algumas que seguiram seus companheiros e que puderam questionar o sentido de suas vidas, de suas práticas, alterando a partir disso, relações tradicionais entre os sexos.

Angela Maria Arruda, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ícone da Psicologia Social no Brasil e uma das pioneiras do feminismo na Paraíba, teve sua vida marcada pela experiência da militância de esquerda e do exílio na Europa. Aplicada nos estudos e no movimento estudantil, na clandestinidade, passou pelo Chile, exilando-se na França logo após o golpe que derrubou o governo de Salvador Allende no ano de 1973. Ao que se consta, havia no Chile o Grupo de Mulheres Brasileiras no Exterior, contudo Angela iniciou seu contato com o feminismo em solo europeu. Sobre essa aproximação, conta:

Fui morar num bairro que tinha um grupo de mulheres animadíssimo, que cresceu tanto que não cabia no lugar onde reunia, teve que fazer dois lugares para reunir e tinha muita atividade. Toda semana passava um filme e fazia um debate e a gente se reunia e fazia coisas e eu aprendi outra forma de fazer política que era totalmente diferente da que a gente trabalhava dentro da organização. Era muito mais anárquica, mas era muito mais criativa, tinha muito mais espaço para a variação das pessoas. (...) As reuniões eram muito mais conturbadas, quando a reunião começava parecia que não ia terminar nunca e para mim que estava acostumada com

a lógica em que cada um fala e o outro fica quieto, era uma confusão dos diabos, parecia que nunca ia terminar e de repente estava tudo terminado e acabou. Não durava horas. E aí fui entrando no convívio disso, fui começando a viver com as feministas (Angela Arruda, entrevista concedida à autora em: 15 mai. 2015).

Nesses espaços, novas rotas foram criadas, muitas mulheres seguiram nos estudos, mudaram o *telos* de suas existências, iniciaram no movimento feminista, elaboraram histórias outras. Contudo, como nos diz Rachel Soihet (2010), não foi fácil para essas mulheres – formadas numa perspectiva marxista – atentar para o reconhecimento de suas especificidades. Foram necessárias reflexões mais sistemáticas materializadas por grupos como o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latinoamericano de Mulheres. Essas reflexões propiciaram “encontros que aumentavam a potência de agir de muitas mulheres que passaram ou participaram ativamente das reuniões” (ROSA, 2013, p. 138), permitindo assim, aberturas políticas, intelectuais e existenciais profundas (ABREU, 2010).

Sobre esses grupos, Angela Arruda (entrevista concedida à autora em: 15 mai. 2015) pontua a multiplicidade de origens das participantes, provindas de vários países da América Latina. Lembra da importância do grupo na criação de laços e da elaboração de novos olhares para si. Era “uma maneira de viver e a gente foi mudando”, disse. Como mudança de vida, portanto, foi sua relação com o feminismo, subjetividade trazida para o Brasil e reverberada na criação do Grupo de Mulheres de Campina Grande, em 1982 e do Grupo Raízes, em 1984. Vida alternativa, alegre e horizontal, foi a potencializada por seu encontro com o feminismo francês.

Embora eu tenha chegado na França muito mal, muito infeliz por causa da situação no Chile, quando eu ingressei no movimento feminista francês, sobretudo, foi uma coisa que me fez reviver, uma coisa muito boa e positiva para mim. (...) Eu acho que eu saí do fundo do poço e voltei à superfície. (...) O feminismo teve essa coisa dessa alegria, dessa força de viver, dessa força de vida que foi muito importante, que foi depois o que eu consegui prosseguir também quando eu cheguei ao Brasil de volta (Angela Arruda, entrevista concedida à autora em: 15 mai. 2015).

Esses grupos formados na década de 1970, trabalhavam com oficinas de autoconsciência que permitiram discussões e reflexões sobre questões ditas femininas. Essas oficinas eram baseadas na horizontalidade, o que foi responsável por criar laços de integração bastante profícuos. Realizadas nas casas das mulheres, suscitaram modos livres de existência (ROSA, 2013) na medida em que se pautavam na discussão de experiências

peçoais e coletivas. Pela especificidade da experiência do exílio, promoveram também vários encontros que integravam essas subjetividades nômades¹⁵ na Europa.

O Grupo Latinoamericano de Mulheres em Paris foi fundado por Yolanda Cerquinho da Silva Prado, em 1972. Escrevendo sobre sua trajetória, a historiadora Susel Oliveira da Rosa (2013) nos diz que Danda Prado – como é mais conhecida –, arriscou-se em meio a capturas biopolíticas na lógica da vida como alvo do saber-poder, forjando uma identidade-devir, processo, corpo, coragem. Mantendo contato com Simone de Beauvoir, que já havia sido hospedada em sua casa no Brasil por meio de seu pai Caio Prado Júnior, conectou-se na França com o conhecimento humanista produzido e também com o feminismo. O grupo manteve uma constância e publicou o boletim *Nosotras*. Publicado entre os anos de 1974 e 1976, teve circulação inclusive no Brasil. De circulação incerta, dependia de contribuições das leitoras para sua manutenção e funcionamento. Da vida doméstica à sexualidade, eram muitos os temas postos em pauta, promovendo deslocamentos de si e das capturas patriarcais e misóginas.

De um feminismo preocupado com a luta de classes, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris se ligou a grupos e partidos políticos como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Organizando-se em assembleias e subgrupos, de acordo com Pedro e Wolff (2007, p. 66) “uma das maiores empreitadas do Círculo era a denúncia à tortura e ao desrespeito aos direitos humanos dos presos políticos do Brasil. Essa era a estratégia adotada pelos militantes de esquerda exilados para sensibilizar os europeus com relação a seus países e à sua própria situação de estrangeiros”.

Denunciando a ditadura, abriu espaços dentro da própria esquerda a se pensar suas práticas, seus princípios. Também editou um boletim, o *Agora é que são elas* no ano de 1975. Tendo a leitura da opressão social como latente, esse grupo afirmava que “não haveria socialismo sem libertação da mulher e não haveria libertação da mulher sem socialismo”. Assim, essa dupla militância possibilitou um olhar para si e a reverberação dessas ideias no Brasil.

No movimento de volta, essas mulheres aguçaram a percepção de que careciam de *lôcus* diferenciado dentro dos espaços de luta antiditadura. Questionando a divisão entre os sexos, somaram forças para a conscientização de trabalhadoras, abrindo reflexões que suscitaram a observação da dimensão feminina nesse limiar. Surgiram os jornais feministas, a saber: *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio*, que também fizeram uso dessa chave de

¹⁵ Segundo Braidotti (2002), subjetividades nômades são as que relacionam uma multiplicidade de identidades em correlação. A renúncia da fixidez dessas identidades reverbera na desconstrução do falocentrismo eurocêntrico. Para a autora: “Nomadismo é uma forma de intransitividade nascente: marca um conjunto de transformações, sem produto final. Sujeitos nômades criam mapas politicamente informados para sua própria sobrevivência” (Idem, p. 14). Assim, a subjetividade nômade feminista é aquela que está sendo e que nesse viés, respeita a diversidade e a multiplicidade da existência das mulheres.

análise teórica das relações sociais. A apropriação de conceitos como o de classe nesses impressos foi segundo Rago:

Uma estratégia de reconhecimento político e social fundamental num momento em que as barreiras para a entrada das mulheres no mundo da política eram pesadas demais, seja as impostas pela ditadura militar, seja as criadas pela própria dominação masculina, de esquerda ou de direita (RAGO, 2003, p. 05).

Com relação aos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, Teles e Leite (2013) falam de sua circulação nas principais capitais do país, repercutindo na articulação do movimento de mulheres nesses lugares. Na Paraíba, há registros da circulação desses jornais no fim da década de 1970, período de emergência dos grupos feministas no estado¹⁶. Realizadas por links nas diferentes regiões, as vendas se processavam através de contatos como o de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, na cidade de João Pessoa/PB. Dessas produções, “as guerrilheiras se transformaram em feministas que faziam jornais, o que deu grande impulso às mobilizações e organizações de mulheres” (Idem, p. 67). No próprio exílio havia uma constante circulação de textos com o Brasil, embora com a dificuldade da censura. Angela Arruda (entrevista concedida à autora em: 15 mai. 2015) comenta que era comum articular trocas a partir das viagens das pessoas: parentes, conhecid@s e demais.

Cynthia Sarti (1998) elenca que o feminismo brasileiro nasceu como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, se expandiu dentro de um panorama de manifestações diversificadas, mas sem perder sua particularidade. Entre as décadas de 1970 e 1980, as mulheres se articularam a outras “minorias”, fazendo emergir várias associações feministas no país¹⁷. Como diz Rago (Idem), esses grupos mesclavam a participação de ex-militantes e as novas gerações que despertaram para as questões do corpo e da sexualidade. Questões próprias da instância privada vieram a público, implicando

¹⁶ Alguns volumes foram mapeados por nós no arquivo do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) da UFPB. Respectivamente os números: 00, 09 e 13 do jornal *Brasil Mulher*; número 01 do jornal *Nós, Mulheres*; e números 16, 17, 18, 19 e 21 do jornal *Mulherio*. Além desses, mapeamos volumes de outros jornais de imprensa alternativa como *Em Tempo* e *O Movimento* (que vão contar com feministas em seus quadros após disputas e divergências nos jornais anteriormente citados) além de boletins informativos de grupos de outros estados do país.

¹⁷ Schumacher e Brazil (2000) elencam a criação em 1975 do Centro da Mulher Brasileira, primeira organização feminista pós década de 1970 do país. O grupo foi fundado no Rio de Janeiro após debates sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. Os grupos logo se multiplicaram em todo o país, estando próximos das organizações de esquerda, mas surgindo como novos movimentos sociais. Assim dizem: “Na capital paulista foram criados vários grupos: Associação de Mulheres, depois denominada Sexualidade e Política; o Centro de Informação da Mulher (CIM); Casa da Mulher de São Paulo; Grupo 8 de Março; SOS Mulher; Rede Mulher de Educação e, no interior, o Coletivo Feminista de Campinas. (...) No Rio de Janeiro, foram criados o CERES; o Coletivo Feminista; o Mulherando; o Grupo Sexo Finalmente Explícito e posteriormente, o Fórum Feminista do Rio de Janeiro. Em São Luís (MA) Mulheres da Ilha; em João Pessoa (PB) o Maria Mulher; no Recife (PE) a Casa da Mulher do Nordeste, Ação Nordeste e o SOS Corpo. No Rio Grande do Norte o Centro da Mulher Natalense; no Distrito Federal o Brasília Mulher; em Salvador (BA) o Grupo Brasil Mulher; em Goiás (GO) o Eva de Novo; em Minas Gerais o Centro da Defesa dos Direitos da Mulher; no Sul, em Santa Catarina, o Grupo Mulher Catarina; no Rio Grande do Sul, os grupos Liberta e o Costela de Adão”. (p. 234).

na emergência de uma cultura de valorização do feminino e de seus atributos. As lutas contra a opressão contra as mulheres mesclavam-se às lutas pela redemocratização (COSTA, 2008).

Dessas reverberações, o feminismo encontrou-se com o movimento de mulheres, adentrando diferentes instituições e setores da sociedade civil. Vale ressaltar que o movimento de mulheres não tinha as questões feministas, como a defesa do aborto enquanto bandeira de luta. Lutava-se por melhorias das condições materiais: por creches, por transporte, por habitação. Ainda como sinaliza Margareth Rago, esse encontro foi certamente lucrativo para todas: “Para as feministas, porque passavam a atingir uma rede muito mais ampla de mulheres; para as mulheres pobres da periferia, porque lhes traziam questões que dificilmente seriam enunciadas espontaneamente, como as referentes à moral sexual, ao corpo e à saúde” (RAGO, 2003, p. 09). Sobre essa relação hoje, Silvia Camurça e Carmen Silva (2010) elencam a relação interseccional e retroalimentada, em que: “o movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é constituído por ele” (p. 15). Na Paraíba, esse encontro extrapolou os limites da Universidade Federal da Paraíba, que se tornou *lócus* do Grupo Feminista Maria Mulher por muitas de suas integrantes estarem como professoras ou alunas dessa instituição, adentrando os bairros do Novais e Beira Rio, em João Pessoa. Também, prestando assessoria a mulheres agricultoras rurais, revelando-se aí traços de singularidade das lutas de mulheres no estado.

Como fala-nos Mary Ferreira (2011), boa parte dos estudos sobre a história dos feminismos concentra-se sob a região Sudeste. “Mas e os outros feminismos? Por que permaneceram por tanto tempo invisíveis? Por que no presente ainda não conseguem ser protagonistas de uma nova história?” (Idem, p. 05). Com suas especificidades, os feminismos no Nordeste apresentaram ampla ressonância nos estados de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Paraíba.

Paraíba que se situava em um contexto efervescente entre as décadas de 1970 e 1980, marcado por conflitos de terras, proliferação das comunidades eclesiais de base (CEBs), greves estudantis, de professor@s, motoristas e cobrador@s de ônibus e pela formação de comitês de apoio às lutas travadas. Em 1978 foi formado o Comitê de Apoio às Lutas Populares sob suporte da Arquidiocese da Paraíba que também respaldava trabalhador@s e morador@s das periferias. Ao mesmo tempo, a UFPB se expandia, recebendo professor@s de outros estados do país, que segundo Koury (1983, p. 54) “passam a engajar-se de um modo contínuo na luta pela democracia interna da universidade e no apoio e organização às lutas dos setores dominados da sociedade paraibana” (*sic*). Professor@s que também eram atacados por discursos críticos aos seus comportamentos

morais e sexuais e às suas capacidades profissionais. Nesse contexto macroestrutural, emergiram os primeiros grupos feminista, ecologista e homossexual do estado¹⁸.

Segundo Glória Rabay (2000) o Centro da Mulher de João Pessoa surgiu em 1979 após a realização do I Encontro Nacional Feminista ocorrido em Fortaleza/CE em paralelo às atividades da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Passando a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher, assumiu, portanto, a partir de 1980 sua identidade feminista. Consolidado no âmbito da Universidade Federal da Paraíba – campus João Pessoa, contava com um número inicial e rotatório de aproximadamente dez mulheres, de classe média, algumas ex-presas políticas e/ou advindas do exílio.

O grupo, tendo atuado ativamente na abertura da primeira delegacia especializada da mulher na Paraíba, foi o primeiro a realizar uma manifestação pública contra o assassinato de uma mulher – a poeta Violeta Formiga que foi brutalmente assassinada por seu marido em 1982 – trabalhava com educação feminista, voltada à valorização dos corpos, à libertação e à igualdade. Desenvolveu ações nos bairros do Novais e Beira Rio, assessorias aos/as campones@s de Alagamar¹⁹ e no Brejo do estado, através do MMT/PB²⁰ por meio da realização de oficinas de autoconsciência e intervenções. Não foram poucas as perseguições e atentados dos senhores de engenho e latifundiários às suas integrantes. Reuniões eram realizadas com mulheres das comunidades citadas e giravam em torno do conhecimento de si, da valorização da condição feminina bem como do conhecimento do próprio corpo.

No trabalho de assessoria aos movimentos rurais, o Grupo Maria Mulher reconheceu a necessidade de buscar a identificação das agricultoras como tais, bem como a igualdade de representação nas instâncias de associações, sindicatos e partidos. Assuntos como maternidade, saúde feminina, contracepção, fitoterapia faziam parte dos temas trabalhados com essas mulheres. Em relatório de sistematização das atividades e resultados do grupo [1982] vemos relatos como o da agricultora Maria Aparecida:

¹⁸ Respectivamente o Grupo Feminista Maria Mulher (1979), a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (1979) e o Grupo Nós Também (1978).

¹⁹ A fazenda de Grande Alagamar fazia parte dos municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana e compreendia as “Fazendas Reunidas Santa Cruz”, constituídas por sua vez pelas “Fazendas Alagamar” (Urna, Salomão ou Miguel de Matos, e Piacas), “Campos”, “Várzea Grande”, “Maria de Melo” (ou Caipora) e “Riacho dos Currais”. Foi palco de resistência camponesa entre os anos de 1975 a 1983. Os conflitos iniciaram quando os novos donos da fazenda decidiram expulsar @s tradicionais morador@s, substituindo-os por nov@s foreir@s. Alguns membros mais progressistas da Igreja Católica se envolveram profundamente nos conflitos, entre eles: Dom Helder Câmara, Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Pinto Carvalheira.

²⁰ Principalmente no município de Alagoa Grande na organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMT/PB), que teve seu início em 1982. Esse movimento surgiu da necessidade e da preocupação das mulheres de terem uma maior formação sobre seus direitos e sua condição de trabalhadora rural, diante da prevalência da ausência de direitos e dificuldades de participação em atividades sindicais e políticas. Um grupo integrante da Comissão Pastoral da Terra começou a perceber as desigualdades presentes em suas condições e criou um trabalho voltado para as mulheres dentro da própria CPT. Tais ações contaram com o apoio do Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira (SEDUP). Atuando em 20 municípios, logo passou a integrar trabalhadoras do campo e da cidade.

Nesse primeiro encontro que participei sobre os direitos das mulheres, eu comecei a amar a minha vida e este foi um primeiro passo. Depois comecei a dar importância a mim mesma e a valorizar, se sentir gente... E daí eu comecei a perder o medo de enfrentar os problemas porque antes não tinha coragem de falar o que sentia... Aí a gente começou a se reunir nas bases, lá nos sítios mesmo, visitando outros sítios vizinhos e começava a colocar os problemas de nós mulheres (Maria Aparecida, depoimento coletado no relatório de atividades do Grupo Maria Mulher, [1982]).

Ocorreram vários processos de sensibilização como esse e que geravam as próximas demandas como o incentivo à participação das ditas lutas gerais (como oposições sindicais e campanhas salariais) e específicas (o reconhecimento da demanda das mulheres e participação em mobilizações como o 8 de março). Em 1985, o MMT/PB se tornou autônomo, sendo até aquele momento o setor de mulheres da Pastoral da Terra. Logo se articulou a vários outros grupos, tendo participado em 1985 do III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe realizado em Bertioga/SP e até mesmo de eventos a nível internacional em países como Cuba, Nicarágua e El Salvador. No mês de março do ano seguinte, realizou o I Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras, na cidade de Guarabira/PB, contando com um público de 2 mil pessoas. O evento foi promovido também a partir de parcerias com a Secretaria da Mulher da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e presença direta do movimento feminista. Sobre essa relação, Paola Cappelin Giuliani destaca:

Sem dúvida a duplicidade feminismo-sindicalismo é enriquecedora e acaba multiplicando as diferentes abordagens desenvolvidas tanto pelo Movimento Feminista organizado, quanto por outras instâncias, como a Igreja e os Movimentos Populares. Fruto deste despertar, que mantém canais próprios de abordagem e filosofias distintas, desde 1979 ganham destaque as comemorações do Dia Internacional da Mulher a nível municipal, estadual e regional no Nordeste. Na Paraíba de 1983 e em Pernambuco de 1985, se institucionalizam nos grupos de assessoria sindical equipes que apoiam e fomentam o intercâmbio de experiências de educação popular específicos para mulheres trabalhadoras (GIULIANI, 1989, p. 259-260).

Em uma imagem, traços que revelam a dureza das relações de gênero encobertas por exploração e dificuldades de acesso a terra. Traços de esperança, que crescem na sororidade e no reconhecimento de uma luta comum. Assim são os traços das mulheres de fibra, herdeiras de Margarida Maria Alves, assassinada em 1983. Margaridas que hoje marcham em favor da democracia²¹, mas ainda reivindicando a igualdade de direitos.

²¹ Grandes mobilizações públicas hoje de reivindicações dos direitos das mulheres são a: *Marcha das Margaridas* realizada em Brasília desde o ano 2000 sempre no dia 12 de agosto, dia alusivo à morte de Margarida Maria Alves. A marcha, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), reúne agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas de todo o Brasil. E a *Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia* que acontece desde 2010 na região da Borborema na Paraíba,

Reinvindicação atemporal, portanto. Acordes de uma ciranda movida a otimismo e esperança de dias melhores, como vemos na foto abaixo. Assim, essas mulheres mantiveram o tom, não desafinaram a voz e gritaram, liderando 50 dos 133 sindicatos rurais existentes na Paraíba entre 1982 e 1984 (GIULIANI, 1989).



1.0. I Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano, em 08 de março de 1986.
Foto: Maristela Maffei. In: Relatório do EMT - MMT/CUT.
Arquivo da Cunha Coletivo Feminista.

Saindo do Brejo, na cidade de João Pessoa as mulheres do Maria Mulher elaboraram projetos de apoio e organização comunitária da comunidade Beira Rio. Com a prática da educação popular atuaram com pontos como: mulheres e crianças, educação de adultos e saúde alternativa. O trabalho nessa comunidade gerou a necessidade de escrita de uma cartilha intitulada: *O conhecimento do corpo - Nosso corpo nos pertence*. Da experiência desse trabalho resultou as análises da dissertação de mestrado da professora Eleonora Menicucci, uma de suas integrantes.

Maria de Lourdes Bandeira, conta-nos em depoimento a Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira (2006), que eram grandes as resistências dentro da UFPB direcionadas a elas, as feministas. Como uma espécie de xenofobia, havia xingamentos e o relato de incêndio criminoso na casa de uma das integrantes do grupo. Tal ação – fruto de retaliação pela presença de investimentos contrários à lógica dominante, biopolítica que se personificava nas relações de compadrio dentro dos departamentos e no machismo

congregando agricultoras que marcham na contramão do machismo, da violência de gênero e pela agroecologia. A última edição, realizada em março de 2017 reuniu 5 mil mulheres na cidade de Alagoa Nova/PB.

predominante – demonstra tamanho incômodo causado pelo discurso que destoou do consensual.

Lutas que se mesclaram ao direito pela terra e contra o latifúndio²², o feminismo paraibano nasceu nesse cerne. Concomitante a esses trabalhos de organização dos movimentos do campo e assessoria nas periferias, foi aos poucos se mesclando à produção acadêmica, tendo sido criado em 1983 um grupo de trabalho voltado às questões de gênero no Núcleo de Documentação Histórica Regional (NDHIR) da instituição. Isso foi responsável por abrir caminhos para a inserção de discussões que se consolidaram na década de 1990.



2.0. II Encontro Feminista do Nordeste realizado na UFPB entre os dias de 03 e 04 de outubro de 1981. Na foto, identificam-se as professoras Eleonora Menicucci e Glória Rabay. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

O Grupo Feminista Maria Mulher também realizou o II Encontro Feminista do Nordeste, sendo responsável por promover discussões frutíferas, conectando pessoas de outras partes do país. Eis a dimensão do encontro, promotora de deslocamentos, espaço de reflexão e mudança. Despidas de formalismos, percebe-se um portar-se que vocifera liberdades e ousadias, subjetividades que estão pulverizadas e que são assumidas, vividas e singularizadas (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Félix Guattari e Sueli Rolnik falam-nos da existência de uma subjetividade ampla (capitalística) que homogeneiza e produz subjetividades industrializadas, reduzindo o indivíduo ao status de quase máquina. Desse processo, contudo, se chegam conexões e

²² Vale conferir o texto: "Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba" (ROSA, 2015), em que a autora questiona os silenciamentos ligados às lutas de mulheres no estado, dando visibilidade às narrativas femininas de denúncia e contestação.

não determinações; desvios e reapropriações e não planificações. A extrema necessidade de referenciação, que esvazia um sentimento de singularidade, se choca com as propostas dos movimentos sociais que “não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 45), promovendo verdadeiras revoluções moleculares que atravessam o cotidiano, as relações sociais, os costumes e a cultura e edificam subjetividades, novos perfis de sujeito. Ideia de resistência que se aproxima, portanto, da elaboração do cotidiano a partir de “mil maneiras de caça não autorizada” de que fala Michel de Certeau (2002). Revolução causada pelo choque com um saber-fazer libertário e questionador. Microprocessos revolucionários potencializados pelas feministas, do litoral ao Sertão.

Como aponta Giuliani (1989) tanto na Paraíba quanto no estado de Pernambuco outros fatores como a seca, movimentos de saques, invasões e a presença de frentes de emergência exigiram a participação ativa das mulheres em movimentos de contestação. Criticando as formas de alistamento e de gestão de mão de obra, reclamando o direito à contratação, o aumento dos salários e a proteção previdenciária, apoiando outras reivindicações sobre o uso da terra, os movimentos das mulheres emergenciadas constituíram-se em vários municípios do Sertão. Formaram-se os grupos Sertão Mulher, em Cajazeiras/PB e Grupo Mulheres, em Sousa/PB. O grupo Sertão Mulher fora fundado em 1983 por professoras, jornalistas e outras mulheres que atuaram principalmente junto às mulheres vítimas da seca e da violência. Acabou por se dissolver em 1991 e deu origem ao NEMES (Núcleo de Estudos da Mulher Sertaneja), com sede na então UFPB/campus V, hoje Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Questionada sobre o que seria o feminismo, Angela Arruda (entrevista concedida à autora em: 22 mai. 2015) fala-nos de uma forma de ser marcada pela leveza, pela plenitude. É a possibilidade de vida sem sofrimento e com respeito às escolhas. Angela que chegou à Paraíba, mais especificamente na cidade de Campina Grande, no ano de 1982 e tão logo fundou em colaboração com outras professoras, o Grupo de Mulheres de Campina Grande no âmbito da UFPB/campus II e da Universidade Regional do Nordeste – URNE, hoje UEPB. Professoras como Paola Cappellin, Eulália Cardoso, Socorro Pereira, Gleice Gorski e Gisélia Potengy, algumas que também haviam passado pela experiência do exílio e eram recém chegadas ao Nordeste para integrar o quadro docente da UFPB durante o reitorado de Lynaldo Cavalcanti, este que investiu estabelecendo redes e trazendo pessoas atualizadas, de formação recente para a graduação e pós-graduação da instituição.

Em uma mescla de espírito forasteiro e a necessidade de firmar-se profissionalmente, professor@s como Angela Arruda aproveitaram para realizar estudos de pós-graduação no exterior, voltando ao país e fixando-se no Nordeste. Vind@s com

experiências de vivências alternativas, de educação popular e questionamentos políticos, el@s, os de fora, provocaram certo estranhamento, constituindo uma parcela distinta, com hábitos difusos, contraculturais. Gisélia Potengy em um relato de suas memórias²³ elenca:

Além de agredir os "da cidade" exercitando nosso estilo, digamos despojado, de viver, com nossas roupas meio "hippies", saias indianas transparentes ou muito curtas para os padrões, fazíamos questão de nos distinguirmos como "outsiders": os homens davam aula de chinelos ou tênis, camisa esporte e bermuda; sentávamo-nos à mesa para dar aulas – aliás não ministrávamos aulas, dávamos "seminários" – longas discussões, com todos em círculo, com o propósito explícito de desmanchar a distância hierárquica entre professor e aluno, uma vez que almejávamos a igualdade e a quebra da disciplina, influenciados pelo "espírito de 1968", sobretudo por tudo que se expressava no comportamento (POTENGY, 2007, p. 07).

Como a autora segue, constituíram o tipo ideal dos "outsiders", descrito por Norbert Elias²⁴, desprezad@s pel@s "estabelecid@s". Condições que @s aproximaram de outro tipo desviante: jovens intelectuais e rebeldes com quem travavam longos diálogos. Alguns com ares colonialistas, ao mesmo tempo em que chocavam a sociedade de forma mais ampla, também causavam rebuliços na ordem posta dentro das coordenações e departamentos da Academia com discussões sobre identidade, gênero, multiculturalismo, direito à cidadania de estratos sociais "excluídos", já na década de 1980 e que consolidaram os laços com os movimentos sociais do campo ou da cidade. Nessa aproximação e que contava com a atuação direta do Grupo de Mulheres, traçou-se convênios com o movimento sindical, dando apoio, por exemplo, à criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT presidida por Maria da Penha Nascimento, no revigoramento da Associação de Empregadas Domésticas de Campina Grande e na formatação dos encontros para as trabalhadoras assalariadas (da cana e do abacaxi) do Brejo do estado. Como o Grupo Maria Mulher de João Pessoa, o Brejo do estado e o movimento sindicalista também foram *lôcus* de atuação do feminismo das mulheres de Campina Grande, então consolidado.

O grupo, iniciado a partir da visibilização de casos de violência contra as mulheres cometidos por médicos e outros profissionais liberais, logo se articulou com grupos de Recife a exemplo do SOS Corpo e de grupos do Rio de Janeiro, passando aos poucos a mudar seu foco de interesse para o tema da saúde. Nesse meio tempo, alunas de Angela Arruda na disciplina de Psicologia Social na URNE, partícipes de um processo de ensino-aprendizagem pautado nas ideias freirianas, tão logo fundaram outro grupo feminista na cidade no ano de 1984. *Raízes*, antigo nome da chapa de diretório acadêmico que saiu

²³ Em texto escrito, originalmente, para uma apresentação na mesa de abertura do *Seminário Internacional Sociedades e Territórios do Semi-Árido Brasileiro: Em Busca da Sustentabilidade*, realizado em dezembro de 2002, em Campina Grande, como parte da comemoração dos 25 anos de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da UFCG.

²⁴ Ver ELIAS e SCOTSON, 2000.

perdedora, nomeava então o grupo recém-organizado por uma nova geração de feministas. Gilberta Santos Soares, Vilma Maria Martins Vaz e Soraia Jordão Almeida, eram algumas de suas integrantes. Atrelado ao Grupo de Mulheres, esse grupo teve uma grande participação no meio popular da cidade, realizando oficinas, seminários e conscientizando as mulheres para sua condição de protagonistas. Além disso, desenvolveu projetos de alfabetização pelo método Paulo Freire e atuou na formação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no ano de 1986, ano em que também aconteceu o 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Domésticas.

Angela Arruda (entrevista concedida à autora em: 22 mai. 2015) lembra desse como um período intenso, de muitas formações, trocas de experiências e ousadia. Sim, ousadia. Esses grupos participaram de processos de ocupação no conjunto Álvaro Gaudêncio, hoje bairro das Malvinas, elaboraram projetos de hortas comunitárias na Vila dos Teimosos, nas imediações das universidades no bairro do Bodocongó, participaram de encontros nacionais feministas, plantaram um feminismo que parecia pulsante no Nordeste e que em linhas gerais, se mesclava à luta contra o latifúndio, à exploração trabalhista e a padrões culturais tão arraigados.

Assessorando mulheres populares, esses grupos partiram rumo ao VIII Encontro Nacional Feminista realizado em Petrópolis/RJ no ano de 1986, um ano intenso de atividades e desdobramentos de discussões e (trans)formações. Sobre isso, Soraia Jordão (entrevista concedida à autora em: 22 mai. 2015) rememora: “A gente parou num canto para tomar água e eu fui ao banheiro, me olhei no espelho, e disse: ‘Mudei’. Sabe você entrando no banheiro, passa no espelho e diz assim: alguma coisa aconteceu?! Mudei no encontro feminista, voltei outra pessoa”. Mudanças que se faziam sentir na subjetividade dessas mulheres, na dimensão da luta feminista e que ativavam as mais diversas emoções. Gilberta Soares (entrevista concedida à autora em: 23 nov. 2015) conta-nos que seu encontro com o feminismo e consequente ida aos encontros feministas foram potencialmente positivos, (de)formando o seu olhar para si e para o mundo: “Desde que eu conheci o feminismo ele nunca mais me largou, nem nos estudos, no curso, na própria Psicologia”. Sobre esse encontro realizado em 1986, relata Angela Arruda:

O encontro mostrou que a política não se faz somente nos lugares ‘oficiais’ – parlamento, instituições etc. Política se faz no cotidiano, em todo lugar onde o poder se exerce, em qualquer oportunidade em que pessoas se juntam para discuti-lo visando a transformá-lo. (...) Fizemos política no Encontro sim, mas não pelas vias tradicionais, nem na forma convencional. (...) Fizemos política no feminino (Angela Arruda, depoimento coletado em: FERREIRA; BONAN, 2004, p. 103).

Propondo um novo modelo de pensamento pautado no corpo, Espinosa o define pela capacidade de afetar e ser afetado, pela potência – alegre ou triste – do qual é capaz de fazer vibrar. Sentimos alegria quando um corpo se encontra com o nosso e com ele se compõe, o inverso ocorre quando encontramos um corpo e ele ameaça nossa existência, diz Deleuze (2002) inspirado em Espinosa. É nesse sentido que fala das paixões alegres, que pelo bom afeto inspira nossa potência de existir. Encontros, potencialmente bons, portanto. Encontros dessas mulheres com o feminismo, encontros dessas mulheres com outras e com elas mesmas.

Sobre participação no IX Encontro Nacional Feminista, realizado em 1987 em Garanhuns/PE, Angela (entrevista concedida à autora em 22 mai. 2015) comenta que o balanço do evento foi muito positivo e cheio de energia. Mesmo encontro que levou Gilberta – que já concluía a graduação e agora morava em João Pessoa – a redefinir os próximos passos a seguir, em uma intensa reelaboração de si. Foram em um ônibus lotado de mulheres da periferia com os quais já vinham sendo realizados trabalhos no que se refere à saúde da mulher, direitos sexuais e reprodutivos, Angela Arruda cita:

Eu lembro de Dona Maria, uma figura já de uma certa idade, muito engraçada, muito ativa e ela: “Ah minha filha, não quero mais ir embora daqui não, eu queria ficar aqui, tem tudo, a cama feita, a comida pronta, todo mundo fala com a gente, a gente descobriu que a gente também é gente”. Menina, aquilo foi tão forte para mim! (Angela Arruda, entrevista concedida à autora em 22 mai. 2015).

Afetada por relatos como esse, diz que seguiram nas discussões sobre saúde da mulher, ponto forte de atuação dos grupos de Campina Grande, de intensa participação na elaboração do PAISM, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Já em 1986 no período de efervescência para criação do Sistema Único de Saúde, participaram como delegadas na Conferência Nacional de Saúde da Mulher, tendo ficado na incumbência de circular a carta do programa na cidade. Em parceria com a Secretaria de Saúde, organizaram um seminário sobre as ações integradas de saúde, trazendo mulheres dos bairros, dos clubes de mães, especialistas, em um contexto em que as mulheres tomavam pílulas anticoncepcionais de forma inconstante, sem acompanhamento, terminando por engravidar e fazendo laqueadura de trompas. Momento em que “as ligações de trompa eram feitas em massa, sem levar em conta os perfis das mulheres, tudo como barganha política” (Vilma Vaz, entrevista concedida à autora em: 29 ago. 2014). Abrindo discussões para implantação do SUS, então SUDES – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, do seminário saiu a decisão de implantar as ações no município.

Ganhando a parceria d@s médic@s sanitaristas e alargando as discussões nas periferias por meio dos postos de saúde, foi criada uma comissão a nível de Paraíba que se reuniu em Brasília levando questões como o aborto, a contracepção, os direitos sexuais e reprodutivos. A partir dessa foi criada a Comissão de Saúde e Direitos da Mulher de Campina Grande e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Criações importantes e que desembocaram na realização de vários outros seminários e depois, na aproximação com a Rede Feminista de Saúde, fundada em 1991.

Eram elas bruxas, no sentido de estar transformando, de enfrentar, de não ter medo, de serem corajosas, disse Vilma Vaz (entrevista concedida à autora em: 29 ago. 2014) que hoje é psicóloga da Maternidade Frei Damião em João Pessoa. Sobre a dinâmica de organização do grupo, elucida:

Fazíamos festas para angariar fundos porque o grupo Raízes praticamente não tinha projetos, não tinha sede, funcionava nas casas da gente, mas aí quando a gente conseguiu um dinheirinho da CESE, a gente comprou estante, conseguia muito VT²⁵, mandava pedir, os grupos mandavam para a gente, quando íamos para os encontros feministas, voltávamos cheias de materiais, fazíamos muitas oficinas (Vilma Vaz, entrevista concedida à autora em: 29 ago. 2014).

Uma das festas realizadas foi justamente o “Baile das Bruxas” que congregou uma exposição sobre as mulheres e a Inquisição (em parceria com o Instituto Goethe), discussões sobre remédios à base de ervas medicinais e a apresentação adaptada de uma peça de Dias Gomes chamada *O Santo Inquérito*²⁶. Em linhas gerais, “a ideia era valorizar as mulheres que foram perseguidas por várias razões como o domínio do saber tradicional que tratava as pessoas, exercício da sexualidade e desobediência à família”, disse Angela Arruda (entrevista concedida à autora em 22 mai. 2015). Era a dimensão do novo que ao mesmo tempo em que chocava, seduzia.

A Paraíba estava então nesse ínterim, sob influência desses grupos que além do âmbito acadêmico, também estavam presentes em áreas rurais e nas periferias, atuando com grupos de reflexão e autoconsciência, tática de luta responsável por partilhar vivências subjetivas, bem como reivindicando políticas públicas no que tange à saúde das mulheres.

²⁵ Abreviação para se referir a *videotape* ou fita de vídeo, tecnologia que se tornou obsoleta com a introdução dos meios digitais de gravação.

²⁶ O drama representa a trágica existência de Branca Dias, que fica entre história e lenda, uma senhora de engenho da Capitania de Pernambuco que teria vivido no século XVI, época em que a Igreja Católica exercia o seu poder, entre outras práticas, através da violência, pelo Tribunal da Inquisição.

2.2. Na confluência de afetos, a Cunhã Coletivo Feminista

Redes de afetos, afetos em rede. Por esses fios, a Cunhã Coletivo Feminista despontou em 1990 concomitante a outra instituição na cidade de João Pessoa: O Centro da Mulher 8 de Março²⁷. Com ênfase no combate à violência contra as mulheres e em assessoria a sindicatos e associações, esta organização teve figuras como Valquíria Alencar, Irene Marinheiro e Glória Rabay na composição de seus quadros. Como a Cunhã, ainda é uma instituição ativa que traça caminhos possíveis para a igualdade entre os sexos na Paraíba. A partir de 1990, contudo, vários outros grupos tomaram voz. Como falam Magalhães e Oliveira:

O Centro da Mulher 8 de Março e a Cunhã Coletivo Feminista dispõem de melhor estrutura física e contam com um número maior de educadoras para a realização e o desenvolvimento da metodologia feminista no trabalho com as mulheres populares, urbanas e rurais. (...) A atuação dessas ONGs tem se caracterizado por um trabalho continuado de formação político-feminista de outros grupos de mulheres, que foram surgindo no interior do estado, apoiando o seu fortalecimento social e político e popularizando o debate em torno dos direitos das mulheres em favor do crescimento do movimento de mulheres e do feminismo local e nacional (MAGALHÃES; OLIVEIRA, 2006, p. 67).

A década de 1990 foi marcada pela institucionalização do feminismo através das ONGs, que por sua vez geraram alargamentos no campo de ação do movimento mas também desafios. O Estado visto até então como “inimigo comum” (COSTA, 2008), passou a ser visto com menos desconfiança e as feministas passaram a atuar no *lobby* por políticas públicas para as mulheres. O feminismo começava a canalizar demandas das mulheres em sua diversidade como apontam Costa e Sardenberg (2012). Múltiplo em suas abordagens e origens²⁸, o feminismo tem como eixo o fim das relações de opressão que subordinam as mulheres. Segundo as autoras, o crescimento de um feminismo não branco e diverso foi *sui generis* na preparação das conferências e articulações surgidas nesse período.

Essencialmente crítico, o feminismo confronta-se com os papéis normativos do Estado, Igreja e família, baseados na diferença biológica entre os sexos. Para Cisne e Gurgel (2008), a emergência das ONGs deu-se em uma ofensiva neoliberal em que

²⁷ O grupo surgiu em 1990 a partir de um protesto pelo assassinato da jovem Maria Cristina Batista da Silva, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPB. Maria Cristina foi morta na calada da noite em janeiro de 1990 e jogada em uma vala na BR- 230, na estrada que liga João Pessoa à cidade de Cabedelo/PB. Ao longo de sua história, o grupo destacou-se pelo trabalho com o tema violência contra a mulher, realizando oficinas, mobilizações, pesquisas e publicando dossiês relacionados ao tema.

²⁸ Margaret McLaren (2016) elenca as diferentes abordagens feministas reunidas sob o signo comum de compromisso com a inclusão, igualdade e democracia. Para a autora, cada abordagem variante do feminismo pauta-se em uma orientação política própria, sendo elas: feminismo liberal, feminismo radical, feminismo marxista, feminismo socialista, feminismo multicultural, feminismo global, feminismo crítico-social e feminismo pós-moderno.

recursos não são mais destinados aos movimentos sociais e populares, mas agora a essas organizações, que se tornam “parceiras” na garantia dos direitos sociais. Nisso, o perigo da terceirização, da assessoria técnica sem compromissos reais com ideais libertários como uma adequação à “lógica de projetos”. As autoras nos alertam para esses perigos e ressaltam:

É importante destacar que as ONGs não são espaços homogêneos e que existem diferenciações de práticas e de orientação teórico-política entre elas. Contudo, apesar de reconhecermos a existência de diferenciações, importa-nos refletir sobre a sua contradição fundante, qual seja, o laço de dependência com o seu financiador, pondo em risco, muitas vezes, a perspectiva de autonomia e resistência radical ao capitalismo (CISNE; GURGEL, 2008, p. 76).

É sabido, contudo, o importante papel das ONGs no resgate do exercício da cidadania e no estancamento dos processos de exclusão (SOCZEK, 2007) visto também resistirem às capturas do estado neoliberal, promovendo com isso uma transformação da esfera pública nacional e um fortalecimento da sociedade civil organizada. A Cunhã foi a primeira ONG feminista a receber financiamento – elemento primordial para a sustentabilidade dessas organizações – logo, a mais estruturada para o desenvolvimento de suas atividades e para a estruturação de uma casa-sede.

Cunhã, do tupi: *mulher*, sendo também a denominação nativa de uma flor conhecida cientificamente por *Clitoria fairchildiana*, foi o nome escolhido para a entidade que logo surgiu como confluência dos grupos anteriores. Tendo como sócio fundadoras: Ana Adelaide Tavares, Gilberta Santos Soares, Lúcia Maria Temóteo, Rosa Maria Nader, Sandra Maria Craveiro e Soraia Jordão Almeida, logo sistematizou seminários e encontros, promoveu feiras e campanhas educativas voltadas a temas como sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos. Seguindo o fluxo da memória de Soraia Jordão Almeida, uma das fundadoras e atual secretária executiva da ONG:

Depois de uma reunião do Lilás²⁹, que foi na minha casa, casa de estudante a gente tudo no chão, tinha só almofada, ficamos na porta de casa conversando eu, Lucinha, Sandra, Ana Adelaide, Rosa e dissemos: “Por que a gente não continua discutindo, nós que estamos aqui?” e continuamos, fizemos um projeto e foi aprovado pela Oxford em Recife. Aí tinha que ter um nome porque ainda éramos grupo de mulheres. (...) A gente fez esse primeiro projeto, eu até fiz o orçamento, eu até me lembro, quem escreveu mesmo foi Sandra e Lucinha. Mandamos, foi aprovado. Quando foi onze de dezembro de 1990 alugamos a casa, fizemos eu e Gilberta, essa coisa de procurar casa, fazer o CNPJ, começamos os trabalhos na casa de Sandra porque não tinha sede, passamos seis meses

²⁹ Grupo feminista efêmero organizado em João Pessoa/PB em fins da década de 1980. Constituiu a base do que veio a ser a Cunhã Coletivo Feminista.

nas casas das meninas, se reunindo lá, fizemos a metodologia feminista entre nós mesmas (Soraia Jordão, entrevista concedida à autora em: 15 mai. 2015).

Como consta em sua ata de fundação, o processo de formação da organização, foi iniciado em 1989. Nesse momento, o Grupo de Mulheres de Campina Grande e o Maria Mulher já estavam em processo de dissolução, motivado principalmente pela saída de algumas de suas integrantes das cidades de Campina Grande e João Pessoa, respectivamente. O Grupo Raízes continuou existindo até o ano de 1991, sob coordenação de Vilma Vaz, que nesse ano, também se mudou para a capital, como fizeram Gilberta Soares e Soraia Jordão. Estas mudaram visando concluir suas formações na área de Psicologia Social. Outras como Angela Arruda e Eleonora Menicucci saíram da Paraíba na transição dos anos 1980/90, indo para o Sudeste do país para realizarem seus cursos de doutoramento. Nesse interregno, na UFPB Gilberta trabalhava com grupos de educação popular e Soraia como extensionista da professora Rosa Maria Nader no projeto Mulher e Favela, que atuava em parceria com setores da Igreja progressista em comunidades da periferia da Grande João Pessoa.

Da junção de tais conexões, emergiu a proposta de fundação do Coletivo Lilás sob coordenação de Eleonora Menicucci inspirada no modelo de atendimento ginecológico do Coletivo Sexualidade e Saúde de São Paulo, no qual foi integrante no período de seu doutorado. A ideia era que o coletivo se estabelecesse na cidade de João Pessoa sob o viés do atendimento à saúde sexual e reprodutiva. Pela variedade de tendências de suas integrantes, o coletivo não se efetivou, mas constituiu os primeiros passos do que viria ser a Cunhã Coletivo Feminista que herdou inclusive o forte trabalho na vertente da saúde das mulheres. Eleonora Menicucci migrou para São Paulo onde ajudou a criar a Rede Nacional Feminista de Saúde, aprofundando suas pesquisas na área da Enfermagem e da Medicina. Estava articulada a malha que deu início à Cunhã, no ano de 1990.

A Cunhã surgiu em um contexto de pulverização de organizações não governamentais no país, atuando na construção de redes de solidariedade, reivindicando direitos de cidadania e políticas públicas, sendo, portanto, uma importante agente de democratização. Seria a Cunhã uma “ONG cidadã” na leitura de Gohn (apud MACHADO, 2012). Trabalhando atualmente sob quatro eixos: *Direitos Sexuais e Reprodutivos*, *Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*, *Fortalecimento do Movimento de Mulheres e Trabalho e Autonomia das Mulheres*, atua sob os mais diversos setores da sociedade, realizando desde mobilizações até formações e intervenções, além de contar com um polo de atuação na mesorregião do cariri. Assumidamente feminista, articula-se com diferentes organizações, promovendo ações e projetos para diferentes setores de exclusão social, característica fulcral em toda sua história. Do trabalho com educador@s populares,

normalistas, prostitutas e adolescentes em situação de risco, o coletivo foi ganhando espaço e estrutura, legitimidade e reconhecimento³⁰. Tendo seu eixo central de ações pautado no feminismo, assim consta em descrição no site da instituição:

A Cunhã Coletivo Feminista (...) tem como missão promover a igualdade de gênero, tendo como referências a defesa dos direitos humanos, o feminismo, a justiça social e a democracia. (...) Contribui para o fortalecimento das mulheres, no enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo, visando a igualdade de gênero e raça, a ampliação da democracia e a transformação social, através de estratégias de formação, incidência política, produção do conhecimento e comunicação. A organização tem atuado junto a grupos de mulheres jovens e adultas em situação de pobreza, nos contextos urbano e rural, visando o fortalecimento do movimento de mulheres e feminista brasileiro. Desenvolve ações em consonância com organizações, redes e articulações feministas no Brasil e na região latino-americana, especialmente junto à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), onde integra a coordenação. Promove ações de formação e incidência junto a parlamentares gestores(as) públicos(as), profissionais de saúde, educação, segurança pública, entre outras áreas, e participa de redes e articulações feministas no enfrentamento ao machismo, ao racismo e ao capitalismo, na luta pelos direitos humanos das mulheres, visando a igualdade de gênero e a ampliação da participação política das mulheres. A organização realiza ainda processos de formação junto a grupos de mulheres, organizações comunitárias, movimento feminista e de mulheres e movimentos sociais nas temáticas de: direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; enfrentamento às desigualdades de raça e de gênero; políticas públicas para as mulheres; democratização do poder e reforma do sistema político brasileiro; seguridade, proteção social e trabalho das mulheres; autonomia econômica das mulheres, entre outras questões (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2015).

Tendo como eixo a matriz teórica feminista, a Cunhã se mescla às várias bandeiras de luta social trabalhando em prol da democracia e da igualdade. Esses vários diálogos foram responsáveis por alargar seu campo de atuação, hoje estando em conexão com mulheres produtoras rurais, marisqueiras, pescadoras, artesãs além de firmar participação em lutas como pela Constituinte Popular, pelo aborto seguro, pela igualdade racial, dentre outras. Sobre a emergência do coletivo, em cordel produzido no ano de 2007 em alusão à comemoração de seus dezessete anos, a artista popular Maria Sueldes Araújo, hoje membra da gerência executiva de equidade de gênero da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB), assim diz:

No início, foi difícil
Reunir, organizar
Até aprovar um projeto
Para a casa alugar
Definiu-se uma equipe

³⁰ Essas atividades serão discutidas com mais detalhes no próximo item deste capítulo.

Disposta p'ra trabalhar
 A Paraíba já não tinha
 Grupos tão estruturados
 O machismo dominava
 Na terra de cabra macho
 Com a onda do feminismo
 Novo tempo foi criado

(ARAÚJO, 2007, p. 06)

Não devemos desconsiderar, contudo, o teor circunstancial de tal escrita: comemoração da quase maioria da instituição. Escrita cujo desenrolar é perpassado por predicativos e linearidade. Os trechos acima destacados trazem os primeiros passos da ONG cuja organização sempre foi em residências, marcando seu caráter agregador como nos falaram algumas de suas integrantes com as quais tivemos oportunidades de dialogar. Isso possibilitou a criação de laços afetivos que integram essas mulheres nos diferentes campos de suas vidas, constituindo uma verdadeira rede de afetos que se mesclam à militância e à prática política. Redes entre mulheres que costuram forças no cotidiano, como pontua a autora Adrienne Rich (2010), trazendo à superfície um manancial de força e de afirmação da vida das mulheres, o colorido da vida que é colocado por Lorde (1984) como sendo a dimensão do erótico. Essa rede é nomeada por Rich como o *continuum* lésbico, uma força necessária à vida das mulheres e que para além da sexualidade, instituiu laços de fortalecimento e conexão. Conexões, contudo, que não deixam de apresentar suas heterogeneidades. Soraia Jordão (entrevista concedida à autora em: 15 mai. 2015) fala: “A gente vai criando laços, porque é muito fácil criar laços afetivos entre nós mulheres: solidariedade, cumplicidade. Então tem muito disso, uma cuidar da outra, de cuidar mesmo (...). Agora, temos disputas, diferenças”. Nesse aspecto, poderes e conflitos também estão em pauta, como traz Pedro (2006) ao trabalhar as narrativas fundadoras do feminismo em sua segunda onda³¹.

Inaugurada em dezembro de 1990, em agosto do mesmo ano já contou com uma primeira parcela de financiamento internacional da OXFAM e da CESE³². Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)³³, menos de 5% do

³¹ Alcileide Cabral e Noemia Luz (2014) criticam a noção de onda por esta subentender um movimento de fluxo e refluxo geralmente provindo dos grandes centros (Europa, Estados Unidos e no Brasil, do sudeste), reforçando a ideia de centros irradiadores e suas margens.

³² *Oxford Committee for Famine Relief* (Comitê de Oxford de Combate à Fome), é uma confederação internacional fundada na Universidade de Oxford/Inglaterra no ano de 1942 e que hoje atua em mais de 100 países sob as seguintes frentes: Comércio justo, Educação, Saúde, HIV/AIDS, Inclusão social, Democracia e direitos humanos, Guerras e desastres naturais. A *Coordenadoria Ecumênica de Serviço* (CESE) é uma organização de Salvador/BA e que atua na promoção, defesa e garantia de direitos no Brasil. Criada por igrejas cristãs em 1973, foi pioneira na priorização do apoio a pequenos projetos, de caráter pontual, que favoreceram/favorecem os movimentos populares em momentos de sua organização, a exemplo do Grupo Raízes e da Cunha Coletivo Feminista nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente.

³³ Confira o estudo: As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais – tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011): IPEA, 2013.

orçamento federal é destinado a entidades não governamentais, sendo os financiamentos internacionais, apoio de empresas e fundações privadas e mesmo doações individuais formas de captação de recursos dessas entidades. Presentes no Brasil desde antes do período de ditadura civil-militar, as ONGs tiveram dificuldades de repasses até fins da década de 1980. Com a redemocratização, houve uma verdadeira pulverização dessas organizações, marcadas pela facilidade de acesso a recursos. A partir dos anos 2000, contudo, com os avanços sociais e econômicos registrados e a visibilização do Brasil no contexto internacional, as agências internacionais começaram a direcionar seus recursos para outros países, gerando dificuldades de manutenção e a necessidade de se reinventarem a fim de tornarem-se novamente atraentes ao financiamento estrangeiro. Outro agravante foi a crise econômica mundial de 2008 que até hoje afeta a economia de uma forma geral (SOARES, 2014).

De acordo com o projeto de implantação da área de metodologia da instituição (1991a), da primeira reunião em 1990 até a inauguração da sede então localizada na Rua Rodrigues de Aquino no centro da cidade de João Pessoa, a Cunhã desenvolveu atividades como encontros com o Grupo Raízes, SOS Corpo e Coletivo Mulher Vida (ambos de Recife) visando a troca de conhecimentos, experiências e informações, realizaram treinamento em metodologias de trabalho no SOS Corpo e no Coletivo Saúde e Sexualidade de São Paulo, participaram como alunas especiais da disciplina “Sexo e relações de gênero” ministrada pela professora Lourdes Bandeira na UFPB e do V Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, realizado na Argentina. Do contato com outros grupos, a Cunhã organizou o Encontro Norte/Nordeste sobre violência doméstica e sexual em conjunto com o Coletivo Mulher Vida, de Olinda-PE no período de 03 a 05 de maio de 1991, em Pitimbu/PB. Suas integrantes também participaram de debates, realizaram trabalhos nas escolas normais de João Pessoa, prestaram assessoria ao grupo Mulher e Favela na UFPB, além de terem realizado estudos e produzido materiais teóricos ligados às questões de gênero. Foi essa uma fase de treinamentos e planejamentos essenciais à consolidação dos eixos temáticos do coletivo.

Organizando-se, portanto, por meio da elaboração de projetos e busca por financiamentos, a Cunhã foi se estruturando e efetivando atuações e participações em eventos e setores da sociedade civil. Frequentando ativamente os encontros feministas, em 1991 participou do XI Encontro Nacional Feminista realizado em Caldas Novas/GO, já como organização.



3.0. Sócio fundadoras da Cunhã e colegas ativistas no XI Encontro Nacional Feminista realizado em Caldas Novas/GO entre os dias 12 e 15 de setembro de 1991. Da esquerda para a direita: Rosa Nader, Socorro Oliveira, Gilberta Soares, Mirtes Costa, Sandra Craveiro, Soraia Jordão e Ana Costa. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Os encontros feministas eram então espaços de subjetivação, de elaboração de subjetividades que escapam ao controle biopolítico, à gestão calculada da vida. Indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, a biopolítica garantiu dominação e a centralidade no corpo-espécie, nos processos biológicos, cuja função era o investimento no corpo vivo, em sua valorização e gestão. Um poder de causar a morte ou deixar viver – o poder soberano – fora substituído pelo poder de causar a vida ou devolver a morte (FOUCAULT, 2014). Esses encontros permitiram, portanto, a vibração de individualidades, de distanciamento de modelos ditados para o que se entendia como ser mulher, mãe, filha, esposa, namorada, etc. Como disse Guattari e Rolnik (1996), a sociedade capitalística pressupõe o controle e a exímia necessidade de referência, nesse meio, contudo, a vida escapa e “traz imensas possibilidades de desvio e reapropriação” (Idem, p. 45).

A história da Cunhã é marcada por fases. A primeira, deu-se após sua implantação. O coletivo logo organizou três núcleos responsáveis pela efetivação de suas propostas e gerenciamento da instituição: o núcleo diretoria, o núcleo de metodologia e o núcleo de vídeo. Dentro dos núcleos tinham-se os chamados grupos de trabalho. Sendo anterior à Cunhã uma rede de contatos e articulações que permitiam o trabalho com a metodologia feminista, o núcleo logo se efetivou, sob coordenação de Soraia Jordão e Gilberta Soares, psicólogas, sócio fundadoras do coletivo e também do extinto Grupo Raízes. O que seria então essa metodologia de trabalho com mulheres? No projeto de implantação do núcleo, lê-se: “A proposta feminista é a de que a mulher esteja atenta para compreender seu papel como mulher e cidadã em seu dia-a-dia, em todos os seus espaços de convivência e crie

novas formas de relacionamento que não reproduzam mecanismos de poder e exploração” (*sic*), (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 1991a, p. 11). Nesse sentido, o trabalho pautava-se na fala das mulheres, no relato das experiências vividas, das emoções, na ruptura do silêncio, despertando-as para a consciência política.

Eram funções do núcleo de metodologia: realizar oficinas formadoras, formar mulheres para o trabalho com outras mulheres, prestar assessorias, utilizar a metodologia feminista a partir da relação teoria/prática, cuja intenção era sensibilizar as mulheres para as relações de gênero estabelecidas, formar agentes multiplicadoras a partir da compreensão de sua identidade feminina e da cidadania, realizar oficinas matrizes, priorizando inicialmente trabalhadoras rurais, mulheres variadas e profissionais de saúde (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 1991b). Sobre isso Gilberta Soares comenta:

A gente teve uma atuação muito de assessoria e de formação e hoje eu percebo que era de contribuição de formação do feminismo mesmo na Paraíba como uma forma de atuação e como um método de trabalho. Então fazíamos muitas oficinas de formação que a gente chamava oficina matriz e nessas oficinas matriz participaram muitas pessoas que tinham atuação em sindicatos, na universidade, em movimentos sociais, algumas autônomas ou por categorias também, trabalhamos muito com jornalistas, pessoal da área de saúde, de humanas e a partir daí a gente possibilitava uma compreensão do que o feminismo trabalhava e naquela época ainda nem se trabalhava com a questão de gênero, quando começamos ainda se chamava a questão da mulher, nem era no plural. E a gente passava essa metodologia de trabalho, tanto a reflexão, quanto os pressupostos teóricos para essas pessoas atuarem nos seus campos, levarem essa visão até na perspectiva mesmo da transversalidade, quer seja no sindicato, na universidade ou onde essas pessoas tivessem (Gilberta Soares, entrevista concedida à autora em: 22 dez. 2015).

Os primeiros cursos de formação com a metodologia de trabalho das oficinas ocorreram nos meses de janeiro e fevereiro de 1991, cujo público alvo foi estudantes e sindicalistas que realizavam trabalhos com mulheres, além de normalistas. Nessas oficinas chamadas de matrizes, “a Cunha reunia mulheres por um período de 30 a 40 horas, proporcionando um ambiente propício, com privacidade e acolhimento, para avaliação de suas experiências e trocas de saberes” (BARBOSA, 2011, p. 18). A partir do trabalho sequenciado com os temas da identidade, corpo e sexualidade, as oficinas constituíam a porta de entrada dos trabalhos educativos e de formação do coletivo. O trabalho com profissionais da saúde visava primordialmente sensibilizar profissionais para o trato humanizado da saúde das mulheres. Das oficinas matrizes, desmembravam-se as oficinas específicas, realizadas com normalistas e estudantes, das quais algumas se transformaram em agentes multiplicadoras ou estagiárias da instituição. Destas podemos citar Maria Ednalva Bezerra e Estelizabeth Bezerra, multiplicadora e estagiária do setor de comunicação,

respectivamente. Também chamadas de grupos de autorreflexão, autoconsciência ou autoconhecimento, essas oficinas trabalhavam com subjetividade “aqui entendida como emoção, afeto, solidariedade, como categoria a ser incorporada na política do cotidiano” (OLIVEIRA apud CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 1991c). Incorporando saberes e técnicas da Psicologia, das artes, da psicanálise, dos movimentos populares e da educação popular, a metodologia feminista em processo de consolidação exigia a construção de redes alternativas de contato e diálogo. Esse compartilhamento foi realizado com mulheres trabalhadoras rurais do Brejo do estado que já vinham sendo assessoradas pelos grupos feministas anteriores no processo de consolidação de suas lutas.

No início da década de 1990, porquanto, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo encontrava-se abalado. Maria da Penha Nascimento, liderança do grupo, morreu aos 42 anos junto com a socióloga Elizabeth Lobo em um acidente de carro no qual também estavam as professoras Maria do Socorro Rangel e Lourdes Bandeira. Penha Nascimento iniciara sua atuação no Sindicato d@s Trabalhador@s Rurais de Alagoa Grande ao lado de Margarida Maria Alves, que fora assassinada em 1983, participou da criação da CUT estadual e deixava uma grande lacuna emocional aos companheiros e companheiras de luta bem como ao movimento sindical do estado. Nesse ínterim, a Cunhã então nascente, iniciou seus trabalhos de colaboração na reorganização e fortalecimento do movimento após a morte de Penha. Eram realizadas oficinas e assessorias que promoviam muitas desconstruções, instalando rupturas e construindo novas possibilidades de estar no mundo. Gilberta Soares (entrevista concedida à autora em: 23 nov. 2015) relata que em uma dessas oficinas, uma mulher grávida ficou tocada a ponto de pôr o nome de Gilberta n@ bebê que estava sendo gerad@. Escolha simbólica. Disse ela: “Pelo menos é uma Gilberta que vem de outra, porque meu pai é Gilberto e colocou o nome porque pensava que ia ter um filho homem”. No mês de março de 1991, a Cunhã participou da comissão de mulheres que preparou e realizou as comemorações do dia da mulher em João Pessoa. Realizou trabalhos de pesquisa e edição do vídeo “8 de março: um só é pouco” que contou com o destaque de Penha Nascimento, falecida uma semana após ao evento. De Penha, essa lembrança.

Como coloca Margareth Rago (2004), o feminismo foi responsável por elaborar novos efeitos de sensibilidade com importantes impactos no social. Isso alterou a lógica de duração das identidades, afinal, desestruturou categorias fixas e promoveu novos encontros e novas maneiras de estar no mundo. As oficinas de sensibilização e formação utilizavam, porquanto, metodologias de desestabilização e de alcance das subjetividades:

- Ô mãe, me explica, me ensina, me diz o que é feminina?
- Não é no cabelo, no dengo ou no olhar, é ser menina por todo lugar.
- Então me ilumina, me diz como é que termina?
- Termina na hora de recomeçar, dobra uma esquina no mesmo lugar.

*Prepara e bota na mesa com todo o paladar
Depois, acende outro fogo, deixa tudo queimar*

(Feminina. Intérprete: Joyce, 1980).

Um círculo vicioso: “ser mulher”, Amélia, dona de casa e guardiã do lar. Uma mulher fadada à servidão alheia. Essa canção, eternizada na voz de Joyce Moreno, evidencia tal destino, já colocado em xeque na década de 1980 e com fios históricos que nos levam a pensar nas sufragistas, em episódios como a queima de sutiãs³⁴ ou na trajetória histórica do feminismo francês e norteamericano. Lançada nessa mesma década, nos põe a refletir acerca da cristalização das ideias da mulher enquanto categoria pautada no biológico. Perguntamos como fez Swain (2000): Como pode o corpo, o sexo, deixar de ser sexo e se tornar uma identidade? O que seria então, o feminino? Nessa verve, marcada por obrigações culturais, sociais e simbólicas, as mulheres aparecem capazes de instaurar revoltas capilares, desvios e reapropriações: “acende outro fogo, deixa tudo queimar”. Sim, essa labareda coloca sob cinzas o destino culturalmente reservado ao feminino e faz alçar o voo da fênix do cuidado e da vontade de potência.

Feminina foi utilizada em uma das oficinas matrizes realizadas pela Cunhã Coletivo Feminista no início da década de 1990. Essas oficinas geralmente contavam com discussões supervisionadas pelas facilitadoras, o fim era a vivência coletiva e a sensibilização para opressões vividas e muitas vezes automatizadas. Pensar na realização dessas oficinas é pensar em um patamar de reflexão sobre as mulheres, suas condições e subjetividades e do desdobramento de ideias feministas no estado da Paraíba.

Nessas oficinas, que reuniam vivências coletivas e individuais, eram apresentadas discussões que partiam do uso de alguns materiais como músicas, figuras, levantamento de questões visando alcançar a vida e a subjetividade das mulheres a partir de um conceito chave: o “empoderamento”³⁵. Eis a lógica: refletir, analisar, sentir, empoderar-se. Dessas

³⁴ O episódio conhecido como *Bra-Burning*, ou *A Queima dos Sutiãs*, foi um evento de protesto com cerca de 400 ativistas do WLM (Women's Liberation Movement) contra a realização do concurso de Miss America em 7 de setembro de 1968, em Atlantic City/EUA, no Atlantic City Convention Hall, logo após a Convenção Nacional dos Democratas. A queima em si não aconteceu, mas foi essa uma atitude incendiária. Elas colocaram no chão do espaço, sutiãs, sapatos de salto alto, cílios postiços, sprays de laquê, maquiagens, revistas, espalinhos, cintas e outros “instrumentos de tortura”. Não havia permissão para queimar esses objetos no lugar, mas o episódio seguiu na história como a “queima dos sutiãs”. Queimas, porém, ocorreram póstumas a esse episódio, em várias partes do mundo. Cf.: <<https://anos60.wordpress.com/2008/04/07/a-queima-dos-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu/>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

³⁵ Por empoderamento entenda-se uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir. É um processo contínuo de construção de autonomia feminina que envolve decisão e escolha em uma

reuniões, geralmente se produziam materiais elucidativos das reflexões realizadas, produziam-se poemas, folhetos, pinturas. Em pequenos grupos ou em reuniões internas, a metodologia feminista era posta em prática. Dessas produções e dos rastros deixados pelo passado, trechos do poema “Sexualidade” de autoria da repentista Maria da Soledade Leite³⁶ nos traz os seguintes dizeres:

Lute contra a violência
Diga não aos preconceitos
Denuncie se for preciso
Proteste todos os maus feitos
Viva a sexualidade
Saiba cobrar seus direitos.

(LEITE, s/d, p. 03)

Percebemos então o teor de encorajamento nas linhas que seguiram. Verbos no imperativo estão presentes em todo o texto que totaliza vinte e oito estrofes. Reconhecer-se mulher, viver a sexualidade de forma plena, tocar-se, fazer-se sentir no universo pessoal e coletivo, eis uma incitação ao viver bem consigo e com o outro. Ao que parece, essas oficinas propiciavam uma renovação no campo do espírito que permitia essas mulheres exercerem sua felicidade, despidas de amarras e empecilhos culturalmente impostos. Eis o alerta:

Mulheres que se reprimem
Se prejudicam demais
Isto eu digo com certeza
Pois os doentes mentais
A maioria é mulher
Sofrendo nos hospitais

(LEITE, s/d, p. 02)

O fim da opressão emergia então como palavra de ordem, como grito de força das mulheres face seu apagamento social que atravessava todas as instâncias, afinal, o pessoal também é político. Agregando mulheres de diferentes setores, da periferia, de casas noturnas, adolescentes e também mulheres com formação intelectual, as oficinas feministas até hoje são um ponto de encontro das mulheres com as propostas e reflexões do movimento. Trabalhando assim, com a metodologia feminista nos chamados grupos de

perspectiva multidimensional (econômica, psicológica, política, subjetiva etc.). Cf. Curso Gênero e Atuação Legislativa/Câmara dos Deputados, 2015.

³⁶ Maria da Soledade Leite deu continuidade aos trabalhos de Margarida Maria Alves e Penha Nascimento, atuando na reestruturação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT/PB). Camponesa-repentista, seus repentes são marcados pelo envolvimento social e político, especialmente a luta pela terra e o feminismo como afirma Rosa (2015).

reflexão, “as Cunhãs” sensibilizaram muitas mulheres para o deslumbramento das relações desiguais entre os sexos, para as violências sofridas e naturalizadas e para a compreensão da identidade feminina e da cidadania. A proposta era a troca de experiências, com a premissa de que cada mulher apresenta situações experienciadas individualmente. Em exercícios de autorreflexão, essas mulheres se refaziam moldando outros mundos possíveis.

Os feminismos se projetam, então como um contradiscurso cujo aporte é libertário, energizante, que instala novas relações teoria/prática, permitindo à subjetividade ser uma forma de conhecimento. Não deixando de pensar a diferença, o feminismo em muito se aproxima das formulações foucaultianas como nos diz Rago (1998). Aqui, entendemos o poder como uma analítica, como uma pulverização de forças dinâmicas que atravessa o corpo social, como um constructo que envolve produção e resistência. Sendo capilar, é um poder produtor e onipresente “é o nome dado a uma situação estratégica complexa” (FOUCAULT, 2014, p. 101).

Prática política e constituição ética, como a parrésia, os feminismos representam a coragem da verdade em tempos de extrema misoginia e efervescência de discursos de ódio que deturpam o estar no mundo de mulheres (não entendidas aqui no sentido biológico), gays, negr@s, o estar no mundo de corpos marginais e abjetos.

Retornando aos gregos, Michel Foucault analisou Sócrates como um autêntico parresiasta. Tomada da palavra sob circunstâncias de risco, a parrésia contrária à retórica e à confissão, se projeta como a fala mais verdadeira, engajada e perigosa. Destacando as modalidades do dizer verdadeiro entre os gregos, destaca uma modalidade profética de operação entre passado e futuro, uma modalidade de sabedoria cujo sábio liberta o saber último das coisas, uma modalidade técnica que principia uma comunidade de iniciados. Por último estaria a parrésia, que se opõe a todas as outras, que representa o falar francamente (GROS, 2004). Estruturado pelo cuidado de si, a crise da parrésia constituiu para Foucault, o nascimento da filosofia ocidental. A ética da parrésia, portanto, coloca a vida, as amarras e normalidades à prova. Sendo o próprio cuidado pontuado pelos cínicos, assim se posiciona Margareth Rago:

A meu ver, em nosso tempo, são as feministas aquelas que tomam esse trabalho nas próprias mãos, pois os feminismos ultrapassam os limites instituídos entre público e privado, corpo e alma, razão e emoção, essência e acidente, centro e periferia, importante e fútil, limites que as esquerdas infelizmente respeitaram. (...) Como não perceber o cuidado que dispensam a outras mulheres e também aos homens, cuidado que é ao mesmo tempo um cuidado de si e um grande amor pelo mundo, num esforço de construção de uma vida outra, como quer Foucault, como crítica permanente do mundo? Em nossos dias, o missionário da verdade,

benfeitor, médico de todo o mundo, cuidador universal pode bem ser traduzido no feminino (RAGO, 2011, p. 265).

O poder do qual trata os feminismos é o poder capilar pontuado por Foucault, o poder que atravessa relações e as malhas do social. Esse poder recobre o trato com a sexualidade, visto que “o pessoal também é político”.

Estelizabeth Bezerra de Souza, participante de uma das primeiras oficinas matriz da Cunhã, era cineclubista e estudante de Comunicação Social na UFPB. Aluna das professoras Glória Rabay e Sandra Craveiro de Albuquerque, feministas, integrantes do Centro da Mulher 8 de Março e Cunhã Coletivo Feminista, respectivamente, logo se agregou aos quadros da instituição em meados do ano de 1992. Como estagiária, ajudou a consolidar o outro eixo temático do coletivo: o núcleo de vídeo. Nesse momento, redefinindo demandas, o núcleo de diretoria se tornava comum aos outros e o núcleo de metodologia se solidificava abrindo espaços para o trabalho com a saúde das mulheres, os direitos reprodutivos e sexuais e se filiando à Rede Nacional Feminista, então criada, coordenando a seção Paraíba. Nesse mesmo ano o coletivo realizou o seu primeiro Seminário sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos. Tão logo as atividades se configuraram a partir dos eixos de *educação popular, saúde e sexualidade e comunicação*.



4.0. Seminário sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos (1992). Da esquerda para a direita: Maria Betânia Ávila, Gilberta Soares, Ednalva Bezerra e Regina Viola.
Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Na Cunhã, Estela Bezerra como é mais conhecida, atuava registrando e documentando as atividades desenvolvidas ao mesmo tempo em que elaborava

instrumentos audiovisuais, que eram um dos instrumentos pedagógicos da instituição. Como relata (Estela Bezerra, entrevista concedida à autora em: 17 out. 2015), logo entendeu-se que a comunicação era um braço político do grupo. Realizando intercâmbios e trocas de materiais com outros grupos, engendrou oficinas exclusivas sobre comunicação, a fim de instigar a fala pública das mulheres. De forma bastante subjetiva assim comenta com relação à sua chegada à instituição:

Eu venho do movimento de cultura, de um movimento atuante na cidade e dentro da universidade eu nunca tive energia para fazer movimento estudantil universitário e aí toda essa minha vontade de transformação que eu tinha desde a infância encontra lugar onde escoar, onde me transformar, me reestruturar e me constituir como sujeito político. A partir desse encontro na Cunhã que eu venho entender exatamente inclusive teoricamente porque era que eu não me vergava à ordem de gênero, à ordem dos papéis então foi importante porque me deu um grande alívio, porque eu vivia como se fosse uma desajustada socialmente e eu encontrei que esse meu desajuste era na verdade o que me mantinha viva e encontrei um lugar onde toda aquela minha energia poderia ser direcionada para uma luta e uma luta que abarcava todos os meus sentimentos então era como se tudo aquilo que eu não entendia se abrisse numa janela e eu comesse a perceber. (...) Quando eu fui chamada para contribuir no processo de produção do núcleo de vídeo eu tive a oportunidade de receber a formação e a formação passava pela oficina matriz e essa é uma oficina extremamente intensa. É uma imersão na sua própria história, sentimentos, emoções, princípios, valores, percepção e isso feito como uma construção coletiva, de proximidade e distanciamento da outra e das outras iguais e diferentes na construção de seu lugar social, na construção do espaço social das mulheres e isso foi muito intenso para mim. Isso realmente foi muito intenso, mudou minha maneira de enxergar o mundo. A Cunhã utilizava isso como uma ferramenta pedagógica e também um mecanismo da gestão da própria Cunhã em dialogar com determinadas lideranças (Estela Bezerra, entrevista concedida à autora em: 17 out. 2015).

Além das oficinas, desde a emergência do grupo uma grande marca foi a produção de vídeos. *“De quem é esse batom? / Foi outro vídeo lançado / Tá limpo e À flor da pele / Deram também o seu recado / Mostrando que o trabalho / Tinha apenas começado”* (ARAÚJO, 2007, p. 10). Como cita os versos de cordel, vários vídeos foram produzidos e trabalhados nas oficinas e mobilizações, dentre eles: *De quem é esse batom?*, *Tá limpo*, *À flor da pele*, *8 de março: um só é pouco*. Um dos primeiros, foi elaborado com índias no município de Baía da Traição-PB, no litoral norte do estado. Intitulado *Cunhã*, foi gravado por Sandra Craveiro e Lucia Temóteo tendo sido também inspiração para o nome da instituição. Sempre contando com jornalistas em seu quadro de membr@s efetiv@s, o coletivo ainda hoje tem seu setor de comunicação bem desenvolvido, haja vista a grande circulação de informações via site e redes sociais, por exemplo, e interação com os demais setores de forma relacional.

Suporte de todas as atividades, o núcleo de comunicação caracterizava-se pela produção de materiais a serem trabalhados nas oficinas de formação e que funcionavam também como meios de visibilização do movimento. Além de promoverem assessorias. Estela Bezerra (entrevista concedida à autora em: 17 out. 2015) comenta que concomitante a essas atividades também já adentrava o campo da macropolítica, apoiando e assessorando candidaturas como a de Jandira Pacheco, Ricardo Coutinho, Socorro Borges e Sandra Marrocos, por exemplo. Produzindo materiais que não faziam parte da mídia hegemônica, o núcleo de comunicação atuou de forma muito próxima ao eixo da educação popular, dando suporte de materiais e registrando as atividades realizadas. A fase de amadurecimento da instituição passava assim, também pela ocupação dos espaços de mídia e autonomia de produção e organização.

Os feminismos com seus desdobramentos, imprimiram novas interfaces do indivíduo consigo próprio possibilitando condições para o que Guattari e Rolnik (1996) chamaram de revolução molecular, promotora de devires singulares, de modos autênticos de vida que se chocam contra à planificação capitalística. Os feminismos, para ess@s autor@s, estariam imersos na engrenagem do devir feminino que diz respeito a todas as instâncias do social. Instigando a circulação de ideias e a promoção de reflexões, a Cunhã Coletivo Feminista realizou inúmeras ações, projetos, feiras, oficinas e intervenções fazendo de si um lugar promotor de microrresistências e questionamentos.

2.3. Investimentos libertários: protagonismos e (trans)formações

Não era fácil ser feminista nos idos da década de 1990. “Ser feminista era quase uma doença, uma patologia”, comentou Estela Bezerra (entrevista concedida à autora em: 17 out. 2015), falando das dificuldades enfrentadas no trato com temas “malditos” e na boa convivência com o meio. Como parresiasta: “Eu adorava dizer que era feminista, eu gostava de chocar mesmo”. Exercendo a coragem da verdade em situação de risco (GROS, 2004) entendendo-se que ser feminista não era bem visto – sapatão, mal-amada, suja –, fala que o feminismo é a tocha que ilumina seu caminho e que mantém acesa a esperança por dias melhores. Acerca das zombarias historicamente direcionadas às feministas, a historiadora Rachel Soihet (2005), atribui tais provocações ao temor da perda do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros, que era protagonizado não só por homens, mas também por mulheres captadas pelas estruturas biopolíticas do patriarcado³⁷. Estudando o jornal *O Pasquim*, mencionado por ela como libertário em algumas discussões e

³⁷ Segundo Saffioti (2004), patriarcado é a engrenagem que permite a opressão das mulheres, hierarquizando não só as relações entre as categorias de gênero, mas criando igualmente uma contradição de interesses que também se pauta nas classes sociais e no racismo.

conservador em outras, diz que o ataque direto às feministas era direcionado pela restauração de antigos estereótipos (e assusta-nos serem ainda tão vivos na contemporaneidade) como a feiura, a menor inteligência, a tendência a *performances* masculinas e à homossexualidade. É clássico o insulto direcionado a Betty Friedan quando de sua visita ao Brasil³⁸. Violentos, esses discursos foram (e são!) usados como armas conservadoras contra mulheres que questionaram/questionam os lugares culturalmente construídos para os gêneros. Proibições, entraves e desqualificações, capturas históricas na vida das mulheres.

No clássico *Um teto todo seu*, composto por uma série de ensaios fruto de palestras proferidas por Virginia Woolf na Universidade de Cambridge, a autora traçou impressões sobre os dias que antecederam sua conferência. Primeiro sendo proibida de ocupar espaços como o jardim ou a biblioteca da faculdade, narrou de forma descritiva essas proibições extensivas a todas às mulheres de meados do século XX e cuja abrangência se espalha para situações e contextos muitos. “A repreensível pobreza de nosso sexo” (WOOLF, 1990, p. 27), fez minar condições favoráveis de produção e emancipação. Sem dispor de meia hora ou de um teto que possa chamar de seu, as mulheres elaboraram linhas de fuga entre os afazeres domésticos e as proibições a que lhes eram postas. Havia outro agravante: o empecilho da maternidade.

Analista das diferenças entre os sexos, previu a ocupação feminina de espaços variados. Essa é uma mudança em curso, contudo, as disparidades não deixam de existir. Basta ver que no Brasil o salário médio de uma mulher com educação superior representa apenas 62% do de um homem com a mesma escolaridade, segundo dados da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico liberados em novembro de 2015³⁹. Logo, passamos por uma transformação cultural em curso, transformação que ainda tem o falocentrismo em seu cerne.

O que se sabe das mulheres de antes do século XVIII? Pergunta Swain (2013). Essa invisibilidade é justificada a partir de diferenciações que colocam as mulheres na história de modo marginal a partir de representações seletivas e excludentes (Idem). O etnofalocentrismo gera silenciamento no que tange aos atos e realizações das mulheres, em que contrariamente o masculino encarna a imagem e representação do humano como fonte de toda produção sociocultural. De forma otimista, Tania Swain aponta o trilhar de uma nova

³⁸ Soihet (2005) menciona que buscando através da zombaria o descrédito dos movimentos de mulheres em busca de uma cidadania plena, escritores d’*O Pasquim* ressuscitam velhos estereótipos, sem deixar de acentuar a obrigatoriedade da beleza para as mulheres, o que as dispensaria de outros atributos. Em 1971 Betty Friedan veio ao Brasil a convite da Editora Vozes, para o lançamento de seu livro *A mística feminina*, lançado nos Estados Unidos em 1963. Em várias matérias Betty Friedan foi taxada de feia e sua inteligência foi colocada em descrédito, ver: Paulo Francis. “Descoberta”. *O Pasquim*, n. 213, p. 23, 31 jul. a 6 ago. 1973.

³⁹ <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/11/24/brasil-tem-maiordiferencasalarial-entre-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

memória social pautada na autorrepresentação das mulheres e na elaboração de mundos possíveis.

Judith é a suposta irmã de William Shakespeare mencionada por Virginia em um jogo comparativo, perguntando: O que teria acontecido se ele tivesse uma irmã? Com certeza não teria tido o destino glorioso do irmão por falta de aparatos materiais e imateriais. O destino de Judith teria sido trágico. “E agora, Maria?”, perguntamos, ao lembrar de uma paródia de Alice Ruiz ao famoso poema *José de Carlos Drummond de Andrade*. A mulher não era incentivada a ser artista, era por sua vez adomestada, obrigada a ser mãe, “a viver na hipocondria”⁴⁰.

Contra proibições historicamente elaboradas, as mulheres reagiram de forma voraz. Questionaram, saíram às ruas, cavaram espaços na esfera pública, construíram novos efeitos na sensibilidade e no imaginário social (RAGO, 2004). Foram corajosas. “Corajosas, inclusive, para entrar dentro do feminismo” (Soraia Jordão, entrevista concedida à autora em: 15 ago. 2014). Sobre os preconceitos, continua Soraia: “A gente também reagia, lembro que teve uma época que a gente não fazia perna, não fazia axila, aquela coisa de dizer ‘estamos aqui mesmo, somos assim mesmo, somos competentes e a gente está batalhando por causas dignas’. Do seu encontro com o feminismo, Soraia Jordão remete à vida, desde a infância desenvolveu seus questionamentos com relação ao mundo e o feminismo fez isso tomar corpo.

Gilberta Soares (entrevista concedida à autora em: 23 nov. 2015) lembra da dimensão conflituosa entre a cultura vigente e as posturas libertárias assumidas por elas, as feministas. Lembra desse como um momento difícil, mas também alegre, com cumplicidade às rebeldias, descobertas e vontade de mudar o mundo. As duras penas conseguiram abrir espaço em suas casas, com a família, rompendo padrões instituídos. Sobre os diferentes olhares das pessoas sob ela(s) comenta:

Acho que era um olhar de estranhamento, as roupas eram diferentes... Eu não era hippie, mas as pessoas associavam ao estilo e naquele momento ainda era muito próximo, final da década de 80, então tinha uma proximidade com o movimento hippie. As roupas, próxima de um estilo mais alternativo, o cabelo, na época eu tinha um cabelo bem grande e bem mais cacheado então tinha um costume de alisamento inclusive na minha família todas as mulheres faziam aquela touca porque tem uma descendência negra do meu avô, não tinha chapinha antigamente, e ninguém tinha o cabelo estirado, eu deixei de fazer e meu cabelo era bem grande, bem encaracolado, teve uma época inclusive que me colocaram o apelido de Elba, uma amiga inclusive me chama até hoje, que foi justamente na época em que ela lançou o primeiro disco. Aí tinha a coisa do estranhamento com a roupa, com o cabelo, com o jeito de vestir e também com essa coisa de

⁴⁰ e agora maria? /o amor acabou/ a filha casou /o filho mudou/ teu homem foi pra vida /que tudo cria /a fantasia /que você sonhou /apagou/ à luz do dia /e agora maria? /vai com as outras/ vai viver/ com a hipocondria. Poema: Drumundana. Ruiz, 2008.

ter mais livre trânsito que isso aí foi a maior dificuldade para mim (Gilberta Soares, entrevista concedida à autora em: 23 nov. 2015).

Foram muitas as lutas e também muitas as celebrações. Gilberta ainda nos conta da sua formação disciplinar, de não integração entre corpo e mente, razão e emoção, que entrou em choque a partir do contato com o feminismo, que permitiu tal conexão. Repensando suas escolhas, morou em Santa Cruz de Cabralia/BA durante o ano de 1989, voltando em 1990 para integrar os quadros da Cunhã. Dessa experiência, trouxe muitos hábitos de vida alternativa e sustentável que carrega até hoje. Novas subjetividades engendradas pelos feminismos que também alcançaram as vidas de feministas históricas como Tania Navarro Swain, Norma de Abreu Telles, Maria Lygia Quartim de Moraes, Ivone Gebara, Gabriela Leite, Crimeia Schmidt de Almeida e Amelinha de Almeida Teles, como trabalha a historiadora Margareth Rago (2013) no livro *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Inserindo-se nesse rol de subjetividades moldadas a partir do contato com o feminismo, a autora propõe refletir sobre experiências intensas de construção de modos de agir e existir em prol da autonomia feminina, abrindo novas possibilidades de ser e de estar no mundo. Estar-sendo potencialmente marcado por críticas aos modelos tradicionais de produção de subjetividades e propulsão de outros (RAGO, 2013). Como máquinas de guerra, fluxos de intensidade que escapam às formas de capturas e reterritorializações (Deleuze e Guattari, 1997), as feministas elaboraram outros mundos possíveis, cavando espaços no cotidiano e nas relações com a comunidade, na Universidade, com a família e consigo mesmas.

Nessa constante reelaboração de si, as atividades da Cunhã Coletivo Feminista se alargavam, esta que se mantinha com a identidade feminista já presente em seu nome. História que foi plantada até antes da década de 1970 por mulheres como Anayde Beiriz e Elizabeth Teixeira e cujos ecos refletia no feminismo que crescia e completava vinte anos de lutas na Paraíba. No ano de 1995, ano em que a ONU realizava a IV Conferência Mundial sobre a Mulher⁴¹, a Cunhã em parceria com outros grupos como o Centro da Mulher 8 de Março e o Grupo de Trabalho Relações de Gênero da SEAMPO – Serviço de Assessoria do Movimento Popular – organizou o Encontro Estadual Beijing-95: Movimento de Mulheres – 20 anos de história, visando visibilizar os grupos de mulheres existentes no estado da Paraíba e articular a ida para Pequim, sede da conferência, a partir da organização de comissões. Assim consta no projeto de elaboração do encontro:

⁴¹ A conferência ocorreu em setembro de 1995 sob o lema: Ação pela igualdade, desenvolvimento e paz. Em paralelo ocorreu o Fórum Internacional das Organizações Não Governamentais que visava elaborar planos de ação para os anos vindouros. O encontro foi promovido pela Organização das Nações Unidas. Os encontros nacionais foram organizados pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) que articulou reuniões nacionais paralelas à Conferência.

Além de possibilitarmos a visibilidade desses grupos, o Encontro Estadual será um momento de articulação, onde serão trocadas informações sobre o trabalho desenvolvido por cada grupo. A Paraíba é um estado dividido por regiões (brejo, sertão, curimataú, litoral e região da mata) e cada região guarda suas particularidades. Assim, temos grupos de mulheres rurais nascidos dentro do movimento sindical no estado, grupos de mulheres rurais no litoral, grupos surgidos dentro da Universidade Federal, grupos urbanos, surgidos dentro dos movimentos de mulheres dos bairros, entre tantos outros. O *Encontro Estadual de Mulheres: duas décadas, uma história*, vai aglutinar esses grupos, possibilitando o resgate histórico de cada um, a visibilidade de sua atuação e a articulação com outros grupos (PROJETO DO ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES, 1994, p. 06).

Elaborado em 1994 e ocorrido em 1995, o encontro – marcado também por desencontros – consolidou o Fórum Permanente de Mulheres Rumo a Pequim e contou com a participação de mulheres dos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Cajazeiras, Pirpirituba e Alagoa Grande.

Movimento social e pensamento crítico, o feminismo se constituiu no Brasil como um movimento interclasses. Como nos fala Carmen Silva (2016), a organização para ida a Pequim gerou a formação do que hoje é a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), cujo objetivo após a chegada foi monitorar o cumprimento pelo Estado brasileiro da Plataforma de Ação aprovada na Conferência. Foram grandes as dificuldades de manter a articulação a nível nacional. A autora ainda comenta que a maioria das organizações que se integraram para ida a Pequim, estiveram articuladas para a Marcha Mundial de Mulheres, ocorrida em 2000 e que só depois “viria a ser organizada como uma articulação movimentalista mundial e também no Brasil” (SILVA, 2016, p. 161). Assim, os anos 1990/2000 foram anos de intensas articulações, conforme aprofundaremos à frente. Sintetiza:

Em termos organizativos é importante registrar que surgem nesta década quatro expressões nacionais dos movimentos de mulheres, que se constroem de forma independente de outros movimentos sociais: A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, em 1991; a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, em 1994; a Articulação de Mulheres Brasileiras, em 1994-1995; e a Marcha Mundial das Mulheres a partir de 2000, como mobilização e posteriormente como organização. A década de 1990 também marca a consolidação de expressivas articulações de mulheres no movimento sindical, com destaque para as Mulheres da CUT e de federações sindicais cutistas, entre elas as mulheres da CONTAG (que posteriormente vão organizar a Marcha das Margaridas) e da Federação Nacional de Bancários. (...) Também é expressivo o grande crescimento de grupos de trabalho de mulheres (ou sobre gênero) no interior de movimentos sociais mistos, a exemplo do GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agreocologia e GT de Gênero da ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro. Somam, para demonstrar esta expansão do movimento de mulheres e do feminismo dentro dele, as mudanças nas instâncias de decisão na Central Única dos Trabalhadores e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros, por constituírem direções políticas paritárias, compostas por 50% de membros de cada sexo (SILVA, 2016, p.171-172).

Com cinco anos de história, a Cunhã ganhou ampla visibilidade a partir do eixo de saúde e trabalhos diretos junto à mídia local. Estava iniciado um período de pesquisas que antecederam o trabalho para implantação do aborto previsto em lei, na cidade de João Pessoa e a campanha *Ninguém Engravida Sozinho*, iniciada em 1996 e que congregou várias atividades, ações, discussões e mapeamentos ao redor dos eixos: educação sexual, aborto, saúde das mulheres e outros temas transversais. Com apoio da UNICEF⁴², era iniciado também um trabalho com menin@s em situação de rua. Com respeito conquistado perante as organizações emergentes, o coletivo despontava com necessidades pontuais como o alargamento da equipe e a demanda por funcionári@s do setor administrativo que lidassem com o gerenciamento da instituição. Tais necessidades, pontuadas em projeto de 1996 enviado à *The Global Fund for Women*⁴³, revelavam a crescente expansão das ações do coletivo e seu amadurecimento. Ednalva Bezerra, falecida em 2007, logo deixaria a instituição para assumir a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT no ano de 1997. Também deixava o coletivo, Socorro Oliveira que hoje faz parte do conselho fiscal da Cunhã. Aos poucos se agregariam ao coletivo: Josana Vital, Maria Lúcia de Oliveira, Kátia Félix, Cristiane Freire, Anadilza Paiva, Lúcia Lira e Cristina Lima, algumas que ainda hoje fazem parte do quadro permanente da organização.



5.0. Cinco anos da Cunhã. Da esquerda para a direita: Ednalva Bezerra, Socorro Oliveira, Estela Bezerra, Gilberta Soares, Soraia Jordão e Josana Vital.
Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

⁴² Fundo das Nações Unidas para a Infância, com sede em Nova Iorque, é um órgão que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento. No Brasil, atua na articulação, no monitoramento e avaliação e na promoção de políticas na área da infância e da adolescência.

⁴³ Sediado em São Francisco/Califórnia, o Fundo Global para Mulheres é uma fundação sem fins lucrativos que visa financiar iniciativas de direitos humanos das mulheres. Fundado em 1987, tem atuação a nível mundial.

Com o eixo de comunicação consolidado, o eixo de metodologia, transformado no eixo de formação em gênero, continuou com o trabalho a partir das oficinas. Em projeto de comemoração dos cinco anos de trabalho, lê-se: “Trabalhamos os três eixos de forma integrada, isto quer dizer, por exemplo, que trabalhamos a saúde da menina com educadores e utilizamos a metodologia de oficinas e recursos de vídeo” (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 1995, p. 04). Tais formações em gênero e cidadania desembocaram no trabalho com educação popular com dois públicos: educador@s populares e adolescentes. Inicialmente traçando atividades transversais à campanha *Ninguém Engravida Sozinho*, essas ações tinham raízes no trabalho com normalistas em meados da década de 1990 e no despontar do coletivo.

Soraia Jordão (entrevista concedida à autora em: 22 mai. 2015) menciona que seu trabalho primeiro como agente administrativa e depois como psicóloga do Serviço de Orientação Educacional (SOE) em uma escola estadual de João Pessoa, possibilitou o gerenciamento de um grupo de meninas para o debate de questões de gênero e de autoconhecimento. Do trabalho com normalistas, formou-se um grupo de trabalho que mapeava e discutia assuntos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, doenças sexualmente transmissíveis e violência, com mulheres de casas noturnas da cidade de João Pessoa. Desse trabalho, despertaram questões muito vivas, pulsantes... Dentre as quais está o já mencionado trabalho com meninos e meninas em situação de rua, que foi tema inclusive, da pesquisa de mestrado de Soraia Jordão na área do Serviço Social, defendida no ano de 1999, constituindo uma grande interação entre reflexões teóricas e a prática.

Iniciou-se um trabalho com educador@s populares visando explicitar as diferenças de gênero e as violências sofridas pelas meninas na rua. Com parceria da UNICEF, logo se articulou contatos com a Casa Pequeno Davi⁴⁴ e a Pastoral do Menor⁴⁵, trilhando formações com educador@s que estavam em organizações de crianças e adolescentes. Além do trabalho com @s próprio@s adolescentes em articulações com grupos como a Casa da

⁴⁴ A *Casa Pequeno Davi* é uma organização da sociedade civil sem fins econômicos que desenvolve atividades educacionais com crianças e adolescentes do Bairro Roger e adjacências do Terminal Rodoviário em João Pessoa. Fundada em 1985, em 1995 uma equipe de jovens da Pastoral do Menor assumiu a instituição iniciando trabalhos tendo como base o Estatuto da Criança e Adolescente. Como missão, a instituição visa contribuir para a efetivação dos direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com ações de educação integral, articulação comunitária e institucional e intervenção nos espaços de políticas públicas da Paraíba, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Como consta no site da instituição, desde 1995 mais de 3.500 crianças e adolescentes participaram da Casa Pequeno Davi. Um setor específico para adolescentes do sexo feminino foi inaugurado em 1998, a Casa Menina Mulher. Desde 2001 é um espaço aberto que acolhe meninas e meninos em situação de risco social, que vivem em comunidades próximas ao terminal rodoviário do Varadouro. Por meio de várias oficinas trabalha a formação humana, ética, social, utilizando diversas temáticas: saúde e higiene, sexualidade e gravidez na adolescência, drogas, AIDS, cidadania, família e o estatuto da criança e do adolescente.

⁴⁵ A *Pastoral do Menor* é um serviço da Igreja católica voltada para o atendimento de diferentes situações como, saúde, terra, trabalho, moradia, crianças e adolescentes. Iniciou-se em São Paulo, em 1977, tendo como missão a “promoção e defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais”.

Menina de Bayeux⁴⁶ e Beira da Linha⁴⁷. As oficinas de formação contavam com o uso de técnicas como “linha da vida”, “qual a cor da minha sexualidade?”, “perguntas indiscretas”, capacitando educador@s para perceberem diferenças de gênero que perpassavam suas vivências subjetivas e no campo da educação popular. Essas técnicas utilizadas na pedagogia feminista, eram instrumentalizadas sempre a partir do binômio identidade-experiência. Segundo Silvia Camurça a linha da vida, por exemplo:

É um exercício de produção coletiva de conhecimento sobre a situação das mulheres, realizado com variações no método. No primeiro momento, cada participante recorda os momentos marcantes de suas vidas - eleger três mais marcantes e escreve sobre eles. No segundo momento, cada participante conta sua história de vida, enquanto as demais escutam e uma facilitadora registra, em grande papel no chão, para que todas possam ir acompanhando os registros. Uma após outra, as histórias vão se sucedendo e as semelhanças emergindo. Para cada história busca-se, coletivamente, pelos personagens e as situações ou problemáticas vividas, sublinhar elementos da opressão e da exploração também. A etapa final, a de análise, faz-se por comentários de todas sobre os registros, identificando similaridades, levantando interrogações - ou seriam hipóteses? - estabelecendo relações com a experiência e o que nos diz o pensamento crítico feminista (CAMURÇA, 2007, p. 04).

Do trabalho com temas como saúde, sexualidade, cidadania, doenças sexualmente transmissíveis, participação política e outros, as formações com educador@s populares visavam fortalecer o desenvolvimento do trabalho nas instituições em que estavam vinculados, “contribuindo com a criação de mecanismos de diálogos e intervenção junto ao poder público e à sociedade civil, além de capacitá-los para o uso de metodologias específicas no trabalho com adolescentes” (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2002a, p. 01). Esses, provenientes de situações de vulnerabilidade social, eram capacitados visando também a atuação dos mesmos como agentes multiplicadores de informações em suas comunidades/escolas.

⁴⁶ A hoje *Casa da Menina e do Menino*, funciona na Avenida Liberdade, 1647 – Bayeux/PB, cidade da Grande João Pessoa. Atualmente atende aproximadamente 80 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. No ano de 2002, a casa era formada por uma equipe de 09 profissionais, com suas atividades divididas em: formação humana, formação bíblica, atividades esportivas, cultura e lazer, atividade pedagógica, oficina de teatro, trabalho junto às famílias, além de participação em eventos e mobilizações. Cf. CUNHÃ, 2002b.

⁴⁷ Como consta no site da instituição, o *Projeto Beira da Linha* surgiu como fruto de um programa da Instituição Católica Italiana Pia Sociedade de Padre Nicola Mazza, a qual veio para o Brasil em 1978 se instalando na região Nordeste com a finalidade de atuar nas camadas mais carentes. Suas atividades iniciaram-se na Paraíba em 1989 com o trabalho de religiosos italianos que unidos aos jovens universitários brasileiros, desenvolveram dez anos de estudos acerca da realidade social local. A partir daí, foram criadas condições para promover uma intervenção orgânica de forte impacto social, trabalhando, sobretudo, no âmbito educativo. Há 20 anos a ONG atua na Comunidade do Alto do Mateus em João Pessoa, oferecendo atividades como: o letramento e outras complementares às da educação formal, incentivo ao esporte, cursos profissionalizantes e encaminhamento do adolescente aprendiz ao mercado de trabalho, para crianças, adolescentes e jovens em vulnerabilidade social, a fim de contribuir com o processo de formação para a cidadania.

Nesse trabalho foi marcante a participação também de Maria Lúcia Oliveira (Malu) e Anadilza Paiva. Ligadas à *Chimalmans*⁴⁸ e outros movimentos na cidade de João Pessoa, atuaram na área de formação, integrando posteriormente a Rede de Educadores Populares do Nordeste. Malu nos conta (entrevista concedida à autora em: 08 set. 2016) que seu contato com a Cunhã deu-se por meio de uma oficina matriz sobre saúde, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, da qual desembocou na ideia de criação do Coletivo de Saúde, coordenado por Ednalva Bezerra e que funcionava no Espaço Plural, em Manaíra.

Esse grupo se reunia na primeira casa da Cunhã, que era uma casa pequena na Rua João Machado, uma casa com portão lilás e a gente se encontrava não sei se de quinze em quinze dias, se era um vez por mês e a gente pesquisava, estudava o tema das mulheres, a gente ia para as maternidades junto com a Cunhã para monitorar a questão do aborto e a mortalidade materna das mulheres e fui indo, depois de um ano a gente conseguiu um projeto de apoio voltado para desenvolver oficinas com mulheres populares, mulheres da área da saúde, como Edmeia, Telma Garcia e tal. E eu fui convidada a trabalhar na Cunhã junto com Ednalva, nós ficamos responsáveis por preparar a formação que acontecia um final de semana, uma vez por mês, era um projeto que durava um ano pela Fundação Ford, e ficamos nós duas responsáveis por fazer essa formação. Tinha mulheres ligadas à Igreja Católica, Igreja Batista, mulheres da universidade, estudantes, foi um grupo bastante diverso, mas foi um trabalho lindo de um ano praticamente. A gente se reunia em Manaíra em um espaço que ela tinha dela mesma e lá fazíamos formação sobre saúde da mulher, feminismo, sobre muitas outras coisas, pois tinha vários temas (Malu Oliveira, entrevista concedida à autora em: 08 set. 2016).

Engajada nas pastorais sociais, Malu ajudou a criar o grupo Casa da Mulher Renasce Companheira no bairro de Jardim Veneza, em João Pessoa. Tendo passado pela Casa Pequeno Davi e Pastoral do Menor, elucida que sua principal habilidade era fazer formação: “tinha um pé na dimensão da espiritualidade, de uma espiritualidade mais holística, numa dimensão mais feminista e eu tentava fazer essa junção, uma mistura de saberes e conhecimentos, experiência de vida e tal” (Malu Oliveira, entrevista concedida à autora em: 08 set. 2016). Tomou consciência de seu feminismo quando conheceu a Cunhã, o que lhe abriu muitas portas como feminista e como mulher, conforme diz.

⁴⁸ Grupo fundado em 1993 na cidade de João Pessoa por mulheres estudantes de Teologia. O grupo se reunia no Seminário da Arquidiocese da Paraíba e trabalhava com a teologia e espiritualidade em uma perspectiva ecofeminista. Participaram do grupo: Elinaide Carvalho, Rosemary Marinho, Roselei Bertoldo, irmã Lourdinha, irmã Cristina, Maria Lúcia Lopes de Oliveira, Anadilza Paiva Ferreira, Sandra Raquew Azevêdo e outras.



6.0. Oficina com educadores populares (1998). Na foto, Malu Oliveira. Arquivo da Cunha Coletivo Feminista.

No ano de 2002, contando com um público de 25 educador@s populares e 85 adolescentes, sendo 40 adolescentes atendidas pela Casa da Menina de Bayeux e 45 (meninos e meninas) provenientes do Bairro de Mangabeira IV na cidade de João Pessoa/PB, a Cunha articulou atividades transversais e de mobilização, impulsionando uma cultura de participação política qualificada na Grande João Pessoa. Dentre as mobilizações específicas, os grupos participaram de campanhas como a “Ninguém Engravidando Sozinho” e “Voto Consciente”. O grupo de Mangabeira participou nesse ano, do Festival da Juventude, realizado em Recife. Da Casa da Menina de Bayeux houve participação na confecção de um documento que exigia a implementação de políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, entregue aos gestores públicos do estado em caminhada alusiva da campanha “Se você respeitar nossos direitos acontecem”, promovida pela Pastoral do Menor. Foram muitas também as participações no Grito dos Excluídos⁴⁹ desta cidade e também da edição de João Pessoa. Aos poucos os grupos tomavam visibilidade e as lutas por direitos se consolidavam de forma conjunta.

Anadilza Paiva, como Malu Oliveira, vinha das *Chimalmans* e da Rede de Educadores Populares do Nordeste, encontro que foi potencializado com a participação das oficinas da Cunha e sua posterior inserção como formadora:

⁴⁹ O Grito dos Excluídos é um conjunto de manifestações que ocorrem no Brasil na semana da Pátria desde o ano de 1995. O objetivo é dar visibilidade aos/as excluíd@s, propondo caminhos para uma sociedade mais inclusiva. “Soberania não se negocia” foi o lema do Grito do ano de 2002, em protesto contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e a tentativa de impor o capitalismo norteamericano de forma homogênea em todo o continente. Foi realizado também um plebiscito em todo o país contra a implantação de tal bloco econômico.

Entrei na Pastoral do Menor, e depois da Rede comecei uma formação na Cunhã sobre saúde da mulher, durou dois anos. Aí eu trazia para aquele grupo todos os meus incômodos da Pastoral do Menor, de como se castra a sexualidade e como era impossível falar em aborto mesmo que legal e em homossexualidade. Era ano 1999, que em 2000 eu entrei na Cunhã. Todos os incômodos e meu desenrolar dentro das oficinas da Cunhã, a Cunhã me viu como um nome em potencial para a equipe e aí me convidou para ser estagiária. Uma das formas de entrada na Cunhã era via estágio. Então eu passei dois anos como estagiária trabalhando no eixo de formação. A Cunhã tinha três eixos: comunicação, incidência política e formação, e eu entrei no eixo de formação de educadores populares. A equipe era Cris, Soraia e Jô Vital. Entrei para somar com essa equipe. (...) Eu trouxe muito conteúdo do campo dos direitos das crianças e adolescentes que eu atuava há cinco anos na Casa Pequeno Davi e na FUNDAC, eu tive essas duas experiências e trouxe muito disso para a Cunhã e para a educação popular, mas bebi muito de todas as vertentes do feminismo, daí fui entendendo o feminismo e suas bandeiras de luta, que a violência contra as mulheres é uma delas, a legalização do aborto é outra delas, a livre orientação sexual... Aí fui aprendendo todas as bandeiras na convivência com a instituição (Anadilza Paiva, entrevista concedida à autora em: 14 set. 2016).

Eram múltiplas as origens dos educadores que se inscreviam nas oficinas, Anadilza (entrevista concedida à autora em: 14 set. 2016) destaca que provinham além do movimento de crianças e adolescentes, do movimento LGBT, de luta pela moradia, movimento de luta contra AIDS e outros. Muitos hoje ocupam lugares de gestão, e ressalta “todos dizem como o curso contribuiu não completamente, mas em grande medida para eles estarem nesses lugares”. Logo, percebemos o caráter sério das formações da Cunhã e seus bons frutos.



7.0. Grupo de educador@s populares em oficina sobre protagonismo juvenil, realizada no segundo semestre de 2002. Na foto, identificam-se Soraia Jordão e Anadilza Paiva.
Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Como pontua Carmen Silva (2010), as organizações e movimentos feministas têm como ponto substancial de suas ações, a prática educativa que tem como desafio contribuir com a formação de mulheres – entendidas como construção cultural – para a ação política transformadora de si mesmas e do mundo. No caso em questão, extrapolou-se a divisão entre os sexos, visando uma formação de homens e mulheres compromissados com uma educação pela cidadania. Por educação popular entendamos uma concepção pedagógica marcada pela dialogicidade e pela formação de sujeitos que se mobilizem pela transformação social. Apoiada na pedagogia freiriana, “articulou a isso ideias e dinâmicas da psicologia e reflexões oriundas da sociologia crítica e da teoria feminista” (Idem, p. 14).

Ação que incorpora elementos da comunicação e da arte como estratégias de trabalho, a educação feminista está voltada para a cidadania como construção permanente através de cursos, oficinas, seminários e também acompanhamentos a ações coletivas e de luta que circundam a luta de grupos e movimentos. Ainda segundo a autora, é essa visão de educação que contribui para a formação das pessoas enquanto agentes políticos compromissados com a elaboração de um mundo mais justo e democrático. Na Cunha, do trabalho com educador@s populares, passou-se a assessorias a escolas públicas, mas nunca perdendo o fio das reflexões feministas, propulsor de transformações. Soraia Jordão (entrevista concedida à autora em: 22 mai. 2015) relata que havia um constante trabalho cujo revestimento tinha as questões políticas presentes, mas também formações técnicas como de ensinar meninos e meninas a usar métodos anticoncepcionais, por exemplo. Também eram realizados momentos de lazer e de festividades, potencializando a integração e a criação de laços subjetivos entre @s integrantes. O trabalho com educador@s e adolescentes foi concluído no ano de 2006, coincidindo com o lançamento de uma campanha contra o abuso sexual e a violência contra crianças e adolescentes, em parceria com o governo federal.



8.0. Grupo da Casa da Menina de Bayeux em mobilização promovida pelo Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/PB, no dia 12 de outubro de 2002.
Arquivo da Cunha Coletivo Feminista.

Algumas campanhas e atividades realizadas pela Cunha ainda nos anos de 1990 representaram uma reunião de forças, congregando os eixos de *educação, comunicação e saúde e sexualidade*. Uma dessas campanhas foi a já citada *Ninguém Engravidou Sozinho* que representou um grande investimento de forças e divulgação frente aos diferentes meios de comunicação e espaços. Anunciada em *outdoors* pela cidade de João Pessoa, em escolas por meio de palestras, em praças por meio de mobilizações, nas chamadas feiras de saúde, a campanha girava em torno de discussões sobre planejamento familiar e contracepção visando conscientizar as pessoas no que diz respeito à sexualidade e acerca de temas como gravidez e aborto. Foi uma campanha longa e que representou um período de expansão das atividades do coletivo. Para isso, somaram-se afetos, alegrias, escapes. Foi preciso coragem, falar a verdade em situações de risco, como disse Foucault referindo-se aos cínicos, fazer germinar a semente do feminismo que havia sido plantado nos idos da década de 1970. E germinou. Veremos que foram muitas as articulações, as trocas, as redes e a instauração de cuidados ao longo da trajetória do coletivo e das potências de vida a ele ligadas.

CAPÍTULO 3 | AFETOS EM REDE

“O alcance dos movimentos de mulheres não se resume às suas reivindicações, tampouco aos seus resultados imediatos. A construção do feminismo como sujeito político das mulheres passa pela transformação das reivindicações imediatas e isoladas para uma formulação coletiva da luta por emancipação humana”
(CISNE, 2016, p. 37).

Conexões entre mulheres costuram forças no cotidiano, dizia a poeta Adrienne Rich (2010), constituindo verdadeiras redes de afetos e conexões. Redes que impulsionam contestações, a luta pelo bem-estar coletivo e pelo cumprimento de direitos. Passando pela transformação de si e do derredor, o feminismo potencializa nossa vontade de agir no mundo, fazendo-nos desnaturalizar práticas e atitudes instituídas como naturais. Até aqui ele tem gerado em mim paixões alegres, como coloca Deleuze (2002) e logo, potencializado bons encontros. Encontros – também no sentido denotativo do termo – que permitem trocas, o refazer-se constante, formações e que impulsionam movimentos maiores como a luta por igualdade de direitos, de oportunidades e pelo simples direito de estar no mundo enquanto agente de cidadania.

A Cunha Coletivo Feminista enquanto organização, tem desenvolvido inúmeras ações que passam também pelo campo da saúde sexual e reprodutiva, luta pela legalização do aborto, prevenção da mortalidade materna e permitido a formação e consolidação de articulações e grupos de mulheres em todo o estado. Sediou a secretaria executiva das Jornadas Pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, quando foi ponto focal da Campanha pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe, incidindo politicamente em vários espaços de atuação com estratégias variadas que englobam *advocacy*, mobilização, comunicação e outros. Organizou o VIII Encontro Nacional Feminista, realizado em João Pessoa/PB no ano 2000, construiu vínculos, integrou articulações, permitiu laços. Vejamos algumas dessas atuações.

3.1. “Belas, nada recatadas e da luta”: em pauta, os direitos sexuais e reprodutivos

A Cunha foi responsável por encabeçar a comissão pró-implantação do serviço de aborto legal na Maternidade Frei Damião em João Pessoa. Por aborto legal leia-se casos de gravidez resultante de estupro e/ou com risco de vida para a mãe⁵⁰. A garantia desse direito

⁵⁰ Em 12 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal autorizou que a interrupção da gravidez em caso de fetos anencéfalos ou antecipação terapêutica do parto não constitui crime de aborto, tipificado nos

data de 1940. Paradoxalmente, apenas São Paulo garantia a eficiência desse que é o Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, implantado em 1989. Em 1998, contudo, a Paraíba foi o segundo estado do Nordeste e o sétimo estado do Brasil a efetivá-lo. Reunindo aliad@s como parlamentares, profissionais da área de saúde, representantes de universidades, sindicatos e organizações criou-se um ambiente favorável à decisão positiva do então secretário de saúde frente à proposta (SOARES, 2000). Sobre o trabalho com os chamados direitos sexuais e reprodutivos, Gilberta Soares diz:

O tema do aborto despontou como uma pauta prioritária na questão dos direitos das mulheres, uma pauta que sempre sofreu muitos ataques e que é um dos princípios da ação feminista e a gente adotou isso como um tema de discussão. (...) Éramos feministas mais jovens que estavam dando continuidade àquela semente que vinha sido plantada por outras feministas mais velhas como Eleonora Menicucci, Lourdes Bandeira, Angela Arruda, Paola Cappellin, uma outra geração em que a maioria delas não eram paraibanas, mas tinha vindo naquele contexto da ditadura e a gente estava dando segmento a esse trabalho. Naquele momento a gente começa a entrar naquelas redes de diálogos, de debate nacional, então durante muito tempo a gente trabalhou com essa questão da saúde e eu trabalhei muito, me identifiquei muito talvez por essa uma profissional da área de saúde, sendo psicóloga sempre tive uma identificação com a área da saúde e passei mesmo a estudar, ler e a dominar uma linguagem médica que era importante para fazer um diálogo com os pares (Gilberta Soares, entrevista concedida à autora em: 22 dez. 2015).

Fenômeno mundial, o aborto inseguro é um problema de saúde pública grave e complexo. Atinge em sua maioria mulheres pobres, negras e jovens que sem capital suficiente, procuram clínicas clandestinas ou outras formas inseguras de abortamento. Opções seguras são reservadas às mulheres de suficientes condições econômicas. Mesmo com um histórico de lutas, as brasileiras ainda não podem decidir livremente sobre interromper uma gravidez indesejada em um cenário de constantes desafios à defesa da autonomia reprodutiva das mulheres (GALLI et al, 2011). Arelada aos direitos de vivência da sexualidade, a noção de direitos reprodutivos reafirma as experiências ligadas à reprodução como construções socioculturais que exige a efetivação de políticas públicas e o livre direito de autonomia das mulheres sob seus ventres. Luta por direitos que ainda hoje se soma à reivindicação por um sistema de saúde universal, gratuito e de qualidade e que teve seu marco na construção do PAISM, na década de 1980 (SANTIAGO, 2011).

artigos 124, 126 e 128, incisos I e II do Código Penal. Em 2015 foi aprovado o projeto de lei 5069 de autoria do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB), que se se efetivado pelo Senado e sancionado pelo presidente, dificulta o aborto legal em casos de estupro. Tal emenda constitucional propõe que a mulher que deseje realizar um aborto legal decorrente de estupro, comprove a violência por meio de comunicação à polícia e exame de corpo de delito. Tal coerção, constitui uma violência de Estado que fere o princípio de autonomia da vida das mulheres. Em resistência, feministas saíram às ruas entre 2015 e 2016 em atos anti-Cunha e contra tal projeto de lei.

Temas tabus de forte enraizamento em uma cultura marcadamente misógina, temas “malditos” como lembra Estela Bezerra (entrevista concedida à autora em: 08 dez. 2015), eram os trabalhados pela Cunhã Coletivo Feminista e que visibilizados, provocavam as mais diferentes reações e críticas. “Fazíamos manifestações de defesa pública ao aborto e a gente fazia *outdoor*... Imagina um *outdoor* aparecendo na cidade: ‘Nenhuma mulher deve ser presa, ficar doente ou morrer por abortar’?!” (Estela Bezerra, entrevista concedida à autora em: 08 dez. 2015).

A memória, entendida por Gondar (2008) como um instrumento de luta contra o tempo humano e de manutenção das identidades contra a força do devir, assim como o esquecimento, são atos sociais e históricos, que se reconstroem, elaborando *performances*. Memória que traz em si o bulinar de emoções e de camadas de histórias vividas. Soraia Jordão (entrevista concedida à autora em: 22 mai. 2015) apontou o ato de lembrar como um momento de reviver experiências e se construir. Momento de dor, mas também de alegrias. Recordou Ednalva Bezerra⁵¹, de afetos que potencializaram e potencializam sua coragem de existir e militar. Fez um balanço de suas experiências, afirmou a força da palavra e da escrita de si. Como Margareth Rago, “focalizo, esses relatos autobiográficos como ‘escritas de si’, na chave aberta por Foucault (1994), como aberturas para o outro, como espaços intersubjetivos em que se buscam a constituição de subjetividades éticas e a transformação social” (RAGO, 2011, p. 252).

Representando a seção estadual da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, fundada em 1991, a Cunhã Coletivo Feminista consolidou suas atividades nessa seara, lançando com apoio da Fundação McArthur a campanha *Ninguém Engravida Sozinho*, no final do ano de 1996. Projeto ambicioso cujo tema central foi a gravidez indesejada, contou com quatro ondas, desdobrando-se em várias atividades que permitiram a consolidação e visibilização do coletivo, em articulação direta com usuárias

⁵¹ Ednalva Bezerra nasceu em Campina Grande (PB), em 1960. Formou-se em Letras, com especialização em Educação e, como professora participava da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP). Sua militância ganhou visibilidade, em 1984, quando liderou, ao lado de outras companheiras, uma greve de 100 dias, por melhores salários e condições nas escolas públicas do estado. Com a criação do Sindicato dos Professores(as), em 1984, passou a dedicar sua energia à organização das mulheres trabalhadoras no seu estado, como Coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores da Paraíba. Paralelamente a luta sindical, integrava, na década de 1990, a Cunhã Coletivo Feminista. A luta pelo direito ao aborto e contra a violência às mulheres foi travada com muita coragem e determinação por Ednalva, desde sua atuação no feminismo paraibano até sua trajetória à frente da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT. Atuou em vários organismos internacionais como a Comissão de Mulheres da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul, Comitê Feminino da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres e Central Sindical Internacional, sempre ocupando espaços de decisões. No Brasil foi representante da Secretaria Nacional de Mulheres da CUT, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher cuja contribuição foi contundente para implementação das recentes políticas públicas para as mulheres. Também esteve ao lado das trabalhadoras rurais, especialmente na construção e realização da Marcha das Margaridas. Dias depois de ter tido uma atuação decisiva na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, ocorrida em Brasília, Ednalva foi vítima de uma infecção avançada, em decorrência de um quadro de meningite. Depois de uma semana de internação veio a falecer no dia 10 de setembro de 2007. O corpo foi velado em Campinas, cidade onde estava residindo e enterrado em Campina Grande sua cidade natal. Fonte: <<http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-detahes.asp?cod=42>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

dos serviços de saúde, profissionais da área, e a mídia. Do desenvolvimento de pesquisa com ess@s profissionais e usuárias de postos de saúde da capital João Pessoa e do trabalho com educador@s e meninos e meninas em situação de rua e as doenças sexualmente transmissíveis, conseguiu apoio também da Fundação Ford e IWHC⁵², em uma proposta ousada como disse Gilberta Soares (entrevista concedida à autora em: 22 dez. 2015) e que reuniu estratégias políticas, de mobilização e *advocacy*, que através da sensibilização e argumentação visava a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à área da saúde sexual e reprodutiva e mudanças de valores e práticas sociais.

Na pauta da saúde das mulheres, a campanha reuniu estratégias e agregou atividades para todos os eixos, de *mídia*, *saúde e sexualidade* e *educação*. Com ações continuadas de rua, de mobilização e ações pedagógicas, consolidou o trabalho da instituição, dando-a visibilidade. Processo que começou durante a ECO-92⁵³ com a necessidade das organizações financiadoras de ampliar seus trabalhos para além do eixo Sul-Sudeste, a Cunha captou recursos duradouros para a efetivação desse projeto:

A McArthur ficou com as ações de mídia, a Ford com as ações pedagógicas, educativas, de acompanhamento dos grupos e a IWHC ficou mais com essa ação de *lobby*, de *advocacy* junto aos governos. E aí ficou uma coisa assim, a gente teve apoio. Conseguimos captar pequenos apoios do governo municipal para a realização de seminários, aí a gente vai levar boa parte do final da década de 90 e início dos anos 2000 com essa campanha, com esse trabalho. Daí passei a me dedicar muito a essa área da saúde, acho que quase a me especializar mesmo nos temas, inclusive trabalhei muitos anos... O tema do aborto tomou uma proporção muito grande na minha vida tanto em termos da militância quanto de estudo (Gilberta Soares, entrevista concedida à autora em: 22 dez. 2015).

A campanha envolvia a parte de comunicação através da ocupação dos espaços de mídia, panfletagem, peças publicitárias, *outdoors*, *outbus*, eventos de lançamento, entrevistas, a parte educativa com a realização de oficinas, feiras de saúde, atividades em escolas e com outros grupos de trabalho como os de educador@s populares e adolescentes e de incidência política, pela ocupação dos espaços de *advocacy*⁵⁴. Divisor de águas pois gerador de estabilidade para o crescimento das propostas e atividades do coletivo, o projeto

⁵² *International Women's Health Coalition*, fundação internacional de apoio às mulheres. A organização reconhece que as mulheres, os direitos humanos das jovens, a saúde e a igualdade são elementos essenciais de justiça social, ambiental e econômica para todos. Atualmente conta com atividades em 54 países.

⁵³ A Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, foi realizada no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A conferência contou também com um grande número de Organizações Não Governamentais (ONGs), que realizaram de forma paralela o Fórum Global, que aprovou a Declaração do Rio (ou Carta da Terra).

⁵⁴ Segundo o IPEA, o termo *advocacy* refere-se à realização de processos de comunicação, reuniões entre forças de interesses que se engajam por uma causa. É um *lobby* realizado entre setores ou personagens influentes na sociedade e que pode ter diferentes vertentes como social, ambiental ou cultural. Pode incluir inúmeras atividades, tais como campanhas por meio da imprensa, promoção de eventos públicos, comissionamento e publicação de estudos, pesquisas e documentos, com o intento de influir na formulação de políticas públicas e na alocação de recursos.

girava em torno de discussões sobre planejamento familiar e contracepção visando conscientizar as pessoas no que diz respeito à sexualidade, evitando gravidez indesejadas, além de temas como aborto, saúde da mulher, doenças sexualmente transmissíveis, englobando os direitos sexuais, reprodutivos mas também os direitos humanos de forma geral. Essa campanha projetou a instituição, tendo sido veiculada nos meios de comunicação tradicionais e também na emissora do Senado na TV aberta.

Luciana Cândido, educadora da Cunhã, ex-integrante de pastorais sociais e do Centro Acorda Mulher, grupo de mulheres populares da cidade de Bayeux/PB, assim fala com relação à campanha:

Essa campanha durou muito tempo, acho que de três a quatro anos aqui na Cunhã e era massa demais porque cada ano era um sucesso, e a campanha não era só os *spots*, a veiculação nos ônibus não, que isso aí era o 'tchan' mas era fazendo um trabalho de discussão política e pedagógica com esses públicos. Tinha pesquisa de opinião, discussão, questão do aborto aí fazíamos um debate com gestores, debates nas escolas, fizemos vários pit stop que era uma parada rápida que fazíamos com adolescentes e jovens nas escolas, fazia debate sobre prevenção a AIDS, levava material para divulgar, com as mulheres fazíamos formação e com gestores e profissionais da educação a gente fazia até formação mesmo e seminários políticos que reunia tanto as mulheres do movimento de mulheres para discutir políticas públicas e articulava com conferências que estava no *boom* das conferências, com as reivindicações anteriores como casas abrigo, centros de referência, delegacias, programa de aborto legal que em 98 a gente impulsionou esse programa a partir de um grupo chamado Coletivo de Saúde que era um grupo de mulheres que impulsionava essa discussão na cidade, não era nem Rede nem Fórum, era um grupo que impulsionou e acho que a Cunhã foi quem puxou mais e tinha alguns grupos que levava esse debate para os gestores e solicitava o aborto legal (Luciana Cândido, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).

Dessas ações, as feiras de saúde foram responsáveis por levar discussões às comunidades dos bairros de Mangabeira, Grotão, Costa e Silva, Jardim Veneza, Mandacaru, em João Pessoa e também nas cidades de Bayeux e Santa Rita, localizadas na região metropolitana da capital. Discussões essas que muitas vezes não estão presentes nos ensinamentos de casa e até de escolas por representarem um "tabu": gravidez, parto, sexualidade. Além dessas atividades, apresentações culturais (musicais e teatrais), comercialização de produtos artesanais feitos por mulheres, diálogos sobre medicina e alimentação alternativas constituíam carros-chefe que faziam dessas feiras e atividades verdadeiros acontecimentos, que irromperam, possibilitando deslocamentos (RAGO, 2013). Lúcia Lira, que se integra aos quadros da Cunhã com forte atuação na área de saúde da mulher e incidência política, diz:

As feiras de saúde eram uma das estratégias e atividades ao mesmo tempo, era uma forma de a gente estar levando para as comunidades informações sobre saúde, mas não se resumia só à saúde das mulheres ou saúde sexual, era uma saúde mais ampla e tinha um papel bem interessante de articulação. A gente se articulava com as secretárias do Estado, da universidade, com grupos que trabalhavam com medicina alternativa, para todos juntos dentro dessa ideia de trabalhar prevenção, de trabalhar informação e com cultura, com arte, a ideia da feira era essa (Lúcia Lira, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).



9.0. Feira de Saúde no bairro Jardim Veneza, em João Pessoa/PB (1998). Na foto, identificam-se: Malu Oliveira, Gilberta Soares e Luciana Cândido. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

A comunicação, estratégia que sempre pautou as atividades do coletivo, foi trabalhada também visando projetar a fala pública das mulheres, como comenta Estela Bezerra (entrevista concedida à autora em: 17 out. 2015): “A gente fazia *media training* que era uma oficina e que a gente trabalhava tanto a dificuldade de fala pública quanto a subjetividade que se constituía como obstáculo daquela dificuldade, eu não só concebi essas oficinas, como também facilitava”. Oficinas que também eram realizadas internamente e que envolvia preparação e ousadia: “Fiz muito treinamento de mídia, a própria Estela fez muito trabalho dirigido comigo, de treinar, de dar entrevista, ouvir as entrevistas, procurar melhorar, pautar e naquela época era um trabalho em alguns momentos meio difícil” (Gilberta Soares, entrevista concedida à autora em: 22 dez. 2015). Gilberta que por vezes ocupou o espaço de porta-voz da instituição, comenta que no despojar dos anos 2000 ainda era difícil falar de feminismo e levantar bandeiras dos direitos das mulheres. Dificuldades que se confrontam com a cultura machista e que educa mulheres para a submissão. A máxima “bela, recatada e do lar” continuava sendo o modelo ideal de

“feminilidade” e remar contra a maré trazia em si críticas e potencializava o devir revolucionário dessas mulheres.

Tania Swain (2013) elenca que o masculino encarna a representação do humano e de suas criações. Sujeito de ação, “o homem” aparece como sinônimo de humano, colocando as mulheres na história de forma marginal ou como exceção à regra. A elaboração de uma nova memória social se torna necessária e possível, fazendo reaparecer narrativas feministas e que desfazem as dobras de um tecido social androcêntrico. Propõe a revisão de uma história no feminino, capaz de imprimir novos sentidos e representações.

A autora lança um exercício de repensar a configuração de nossa história, o Brasil no século XVI. “Desmascarar o silêncio, desvelar o papel social político das mulheres portuguesas ou indígenas é a tarefa de uma história no feminino” (SWAIN, 1996). Segundo os cronistas, as mulheres desempenhavam um papel essencial na sobrevivência e na integração social, asseguravam a produção agrícola e econômica, eram dotadas de autonomia. Que sentidos foram impressos pela história? A partir de que elaborações? Segue mencionando que muito se deve às normas e valores dos colonizadores, cristãos, patriarcais. Uma elaboração de sentidos pelo crivo ocidental, a exclusão do papel autônomo das amazonas⁵⁵, por exemplo, firmou uma nova rede de representações de gênero muito próxima a valores ligados a uma visão binária de mundo, excluindo as mulheres, “não porque estivessem dela ausentes, mas porque o discurso histórico as tornou invisíveis” (Idem, p. 153). Invisibilidade que já era pontuada por Virginia Woolf (1990), injustiça dominadora, resquícios de uma cultura não filógina. O feminismo foi incorporado em muitas dimensões, produzindo efeitos de sensibilidade no imaginário social e que são claramente perceptíveis (RAGO, 2004). Muito se deve às trajetórias ousadas de mulheres que a História redesenha à contrapelo, abrindo novos espaços e trilhando novos sentidos.

Realizando formações, cavando espaços através da comunicação, apresentando dados qualificados e resultantes de pesquisas, firmando mobilizações e ações estratégicas, a campanha *Ninguém Engravida Sozinho* organizou-se em quatro ondas, indo do fim do ano de 1996 a 2003, alcançando resultados também de longo prazo e dissolvendo-se a outras campanhas como a do dia 28 de setembro, de luta pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe. Promovida pelas Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, cuja secretaria executiva e ponto focal da campanha fixou-se na Cunha, em 2004. A campanha pautou-se sob algumas reivindicações dentre as quais:

⁵⁵ No século XVI, as mulheres haviam sido desalojadas da vida política e econômica da Europa. Muitas viram nas florestas o *lôcus* de sua sobrevivência. Fortes e independentes, essas mulheres rompiam com as representações de “mãe, santa ou demônio” a que estavam fadadas à época. As guerreiras indígenas foram associadas pelos colonizadores às amazonas, ambas excluídas das narrativas históricas, exceto quando lembradas através da dimensão mítica.

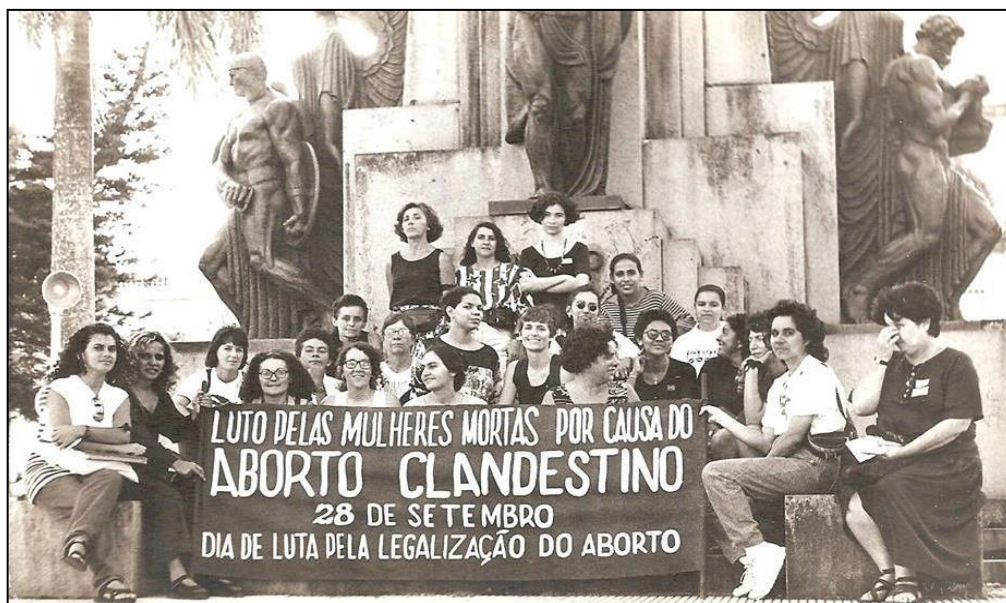
- Que o Estado garanta práticas educativas e os métodos contraceptivos variados e em quantidade na rede pública de saúde;
- Que a rede pública de educação trabalhe o tema da educação sexual;
- Que o Brasil cumpra os acordos assinados nas Conferências Internacionais promovidas pelas Nações Unidas – Cairo/94 e Beijing/95 – as quais recomendam a mudança das leis que punem as mulheres que abortam;
- Que o Congresso Nacional debata e aprove os projetos de lei 21/03 e 1135/91 que propõem a descriminalização e a legalização do aborto.

(JORNADAS BRASILEIRAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL E SEGURO, s/d a).

Dessas, alguns avanços, mas percebemos também a atualidade de algumas reivindicações por parte do movimento feminista, que se confrontam com as posturas conservadoras de bancadas fundamentalistas no Senado e na Câmara Federal. Gilberta Soares (entrevista concedida à autora em: 22 dez. 2015) lembra como sendo esse um momento de intensas incidências políticas, participações em conferências e viagens. Da Cunhã, partiu a máxima: “Aborto – as mulheres decidem, a sociedade respeita e o Estado garante”, que foi posteriormente traduzida para várias línguas e acrescentada ao item: “as igrejas não intervêm”. Momento em que se viu como sendo de grande oportunidade para se descriminalizar o aborto no Brasil pela ascensão de um governo de esquerda e de uma base aliada aos movimentos sociais, foi elaborada uma comissão tripartite articulada com os diferentes setores de mobilização e que visou pressionar o poder público ante a despenalização. Criada pelo governo federal, a comissão foi composta por integrantes dos poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil. O resultado do trabalho foi apresentado em 2005 à deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), relatora do PL 1136/91, até então o principal projeto sobre a legalização do aborto que tramitava nessas instâncias.

Cristina Lima, jornalista, chegou à Cunhã no ano de 2003 para realizar assessoria no setor de comunicação. Sobre esse momento, comenta:

Quando eu cheguei na Cunhã ela já era ponto focal da campanha 28 de setembro aí tinha uma série de responsabilidades e tal, aí dentro da conjuntura nacional teve uma articulação pós conferência de 2004 que foi as Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto em que a Cunhã entra de cabeça e Gilberta também e eu entro com o objetivo de fazer material, boletim eletrônico, tinha Jô Vital também que tinha um trabalho bem específico na assessoria às Jornadas mas eu entro fazendo esse suporte também (...) Daí fiquei responsável pela área de comunicação durante alguns anos e a gente teve outras pessoas estagiando, voluntárias e eu trabalhei um pouco nessa parte de gestão da informação, a gente estruturou o site da Cunhã, que era o primeiro site (Cristina Lima, entrevista concedida à autora em: 16 set. 2016).



10. Movimento Feminista da Paraíba no dia da luta pela legalização do aborto (1996). Na foto, retirada na Praça João Pessoa, identificam-se: Malu Oliveira, Kátia Félix, Ednalva Bezerra, Soraia Jordão, Josana Vital e Glória Rabay. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

As Jornadas pelo Aborto Legal e Seguro, “articulação nacional criada em 2004 por organizações feministas e do movimento de mulheres em diálogo com parceiros de diversos campos” (JORNADAS BRASILEIRAS PELO ABORTO LEGAL E SEGURO, s/d b) tem como objetivo promover o debate público sobre o direito ao aborto, incidir para a mudança da lei que o criminaliza e impedir retrocessos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Pela atuação da Cunhã em tal seara e pela competência na organização do VIII Encontro Nacional Feminista, Gilberto Soares (entrevista concedida à autora em: 22 dez. 2015) rememora que ora fora convidada a integrar a Rede Nacional Feminista de Saúde como secretária executiva, revelando o reconhecimento da instituição, visibilidade e articulação frente o movimento em âmbito nacional. Ela que em uma relação visceral entre teoria e prática, aliou os estudos acadêmicos com as reivindicações e mobilizações frente ao movimento feminista.

Nesse íterim, a Cunhã sistematizou resultados de pesquisas, compilou um dossiê sobre o aborto inseguro na Paraíba dentro de um conjunto de estratégias articuladas através das Jornadas e que contou com dossiês que revelam a realidade do aborto inseguro em outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e Mato Grosso do Sul. Contando com pesquisas dos anos de 1997, 2003, 2008 e 2009 realizadas pela Cunhã, o dossiê visa “visibilizar a situação de abortamento inseguro no estado da Paraíba e no país, denunciando, assim, as violações de direitos humanos das mulheres, como a precariedade

no acesso e má qualidade da atenção à saúde sexual e reprodutiva” (SOARES et al 2010, p. 03).

A partir da indagação: “O que temos em comum na luta por direitos?”, abriram-se frestas e novos diálogos percebidos não só a partir das experiências individuais das integrantes da organização, mas também coletiva por meio do quinto número da Revista Toques de Saúde, de 2006, que destaca em seu editorial a necessidade de busca por reflexões que ampliem o debate sobre os direitos sexuais, ao mesmo tempo em que colaborem com a desconstrução de modelos de dominação e de suas ferramentas de repressão da sexualidade e das liberdades individuais. A edição é marcada por textos que criticam o modelo de heterossexualidade obrigatória, que destacam a vivência da lesbianidade e transexualidade como modos livres de existência, discutindo também a questão da raça, das masculinidades e da etnia. Itens fundantes das novas discussões de gênero. Considera-se de forma mais pontual o nó de que fala Saffioti (2004): a interrelação entre raça, gênero e classe social, no compromisso de “perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (p. 115), lançando um olhar crítico e de estranhamento sob ela. Nesse íterim, a incidência política do coletivo se alargava, passando também pelo tema da mortalidade materna.

3.2. “Mortalidade Materna: Direitos Violados, Vidas Roubadas”

Paralelo ao tema do aborto, a morte materna também foi espaço de incidência do feminismo e da Cunhã Coletivo Feminista. Em 1998 foi criado o comitê de morte materna que objetivava monitorar esses casos de óbito no estado com foco na criação de estratégias de controle social⁵⁶, visando a garantia dos direitos reprodutivos, direitos sexuais e da saúde integral das mulheres como política pública. Entendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da mesma, a mortalidade materna é um evento que atinge principalmente a mulher em desvantagem social, ou seja, pobre, negra, com baixo nível de escolaridade e renda não fixa (GARCIA et al, 2008). As autoras perguntam: “afinal, que morte é essa que quase não sai no jornal, que não se vê na TV, nem se ouve no rádio?” (p. 04). Ainda segundo a OMS, uma morte materna ocorre a cada minuto no mundo. Dados preocupante que ceifam vidas e que representam um problema de saúde pública.

Em 1994 foi assinada uma portaria que instituiu o dia 28 de maio como o Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna. Dez anos depois, foi lançado o Pacto

⁵⁶ Almeida (apud LIRA, 2012) define controle social como um campo onde se exercem estratégias e atos essencialmente políticos: a negociação entre partes para chegar a um resultado de consenso ou de unanimidade entre as partes e que beneficie uma coletividade, ou parte dela, o que constitui ações políticas de grande complexidade.

Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, mesmo ano em que morreu Elizabeth, mulher negra, pobre, com pouca escolaridade e mãe do primeiro filho. Natural de Santa Rita/PB, morreu na Maternidade Cândida Vargas em João Pessoa, por falta de vagas nas UTIs. Elizabeth, sem sobrenome detectado por nós, foi apenas um dos 187 óbitos registrados na Paraíba entre 2004 e 2011, segundo dados sistematizados pela Cunhã⁵⁷. Sem sobrenome, corpo vulnerável, vida extinguida. Segundo Borges e Rabay (2012), “A superioridade dos números da morte materna de mulheres afrodescendentes na Paraíba, em relação às consideradas brancas, confirma o caráter de injustiça social como principal razão deste tipo de óbito” (p. 14), o que torna a situação ainda mais complexa e revoltante. No Brasil e também na Paraíba, as principais causas da morte materna são por ordem decrescente: a hipertensão, a hemorragia, a infecção puerperal e o aborto. Este último, decorrente da demora e omissão do Estado brasileiro quanto à sua legalização.

Em parceria com a Rede Feminista de Saúde, a Cunhã Coletivo Feminista integrou o comitê de monitoramento dos casos de óbitos de mulheres no estado. Além do polo de João Pessoa, Campina Grande e Monteiro também receberam visitas de técnicas dessas organizações que contou com a cobrança de agilidade nas investigações dessas mortes. Tomada como pauta prioritária da RFS/PB, o enfrentamento à morte materna contou com sensibilização e capacitação dos profissionais da rede de atenção, pesquisas nos serviços de saúde, campanha de mídia e incidência em espaços de controle social no estado. Dela também se pautou duas edições da Revista Toques de Saúde⁵⁸ (números 06 e 08) e um livro com a sistematização dessas ações⁵⁹. Sobre isso, relata Lúcia Lira:

A Cunhã sempre fez parte da Rede e sempre tinha alguém representando a Cunhã na Rede e aí sempre iam duas porque sempre estava eu e Gilberta e tinham as coordenações regionais, terminei sendo uma das coordenadoras, Gilberta foi durante um bom tempo, Glória Rabay e outra pessoa do 8 de Março e chegou um momento que fui eu. Um dos trabalhos que eu achei mais interessante que a gente pôde desenvolver aqui na Paraíba e aí a Rede não só a Cunhã, mas a Cunhã estava encabeçando e puxando todos os trabalhos, que foi o monitoramento da prevenção da mortalidade materna. Foi uma experiência muito rica, de oito anos de monitoramento da prevenção da morte materna e teve várias ações, várias estratégias, de reproduzir o conhecimento, de levar a questão à público não só em João Pessoa mas em alguns outros locais da Paraíba como o cariri, fizemos parcerias com comunidades como o Alto do Mateus e resultou na produção de uma cartilha, produzimos folders, campanhas então como mudou. E a gente atuava também junto ao Ministério Público porque tinham os termos de ajustamento de conduta que eram os TACs, um com o Ministério Público e município e Ministério Público e Estado, as duas secretarias a do Estado e do município de João Pessoa respondiam pelo processamento de

⁵⁷ Fonte: Secretária Estadual de Saúde/ Gerência Executiva de Vigilância em Saúde/ Gerência Operacional de Resposta Rápida /Sistema de Informação de Mortalidade.

⁵⁸ Revista anual que foi editada pela Cunhã Coletivo Feminista com apoio do IWHC.

⁵⁹ O título do livro nomeia o subitem deste capítulo: “Mortalidade Materna: direitos roubados, vidas violadas”.

monitoramento do Estado e a gente produziu cartilhas... A Cunhã tinha uma revista chamada “Toques de Saúde” e a gente produziu uma com o tema da mortalidade, produzimos uma outra cartilha sobre o pré-natal, produzimos um folder sobre pós-parto, um livro com a sistematização, contando a história de todo o processo de articulação (Lúcia Lira, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).

Com a morte de Elizabeth, citada acima, em agosto de 2004, o movimento feminista encabeçado pela Cunhã impulsionou uma série de ações junto ao poder público visando a abertura de um processo de investigação sobre essa morte. Posteriormente, entre 18 de maio e 26 de junho de 2005, seis mulheres morreram em maternidades públicas de João Pessoa. Com constante pressão do movimento feminista, o Ministério Público Federal convocou o estado e o município de João Pessoa a assinarem um termo de ajustamento de conduta (TAC), situação que foi visibilizada nacionalmente. Os termos destacaram que o estado da Paraíba e o município de João Pessoa se comprometeram a corrigir deficiências no sistema de saúde a partir da apresentação de um plano de ação para o enfrentamento à mortalidade no estado, cabendo à Rede o monitoramento de tais termos.

Segundo Lúcia Lira e Socorro Borges (2012), uma das ações realizadas foi a mobilização suscitada pela morte de Elizabeth, que contou com aproximadamente 150 mulheres que reuniram cartazes, faixas e frases de protesto exigindo justiça. Também foi feita uma vigília que contou com relatos de mulheres que sofreram maus tratos nos serviços de saúde, sensibilizações com grupos de teatro e cobertura da mídia que fez entrevistas com representantes da Secretária de Saúde e da Maternidade Cândida Vargas para se posicionarem contra essa morte. Essa mobilização pulverizou outras, desembocando na implosão de um movimento pró-humanização da saúde na grande João Pessoa, com representantes da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, Fórum Estadual de ONGs, Fórum Estadual da Criança e Adolescente, Movimento Nacional de Luta pela Moradia/PB e outros.



11. Mobilização pró-investigação do caso Elizabeth, realizada no dia 24 de setembro de 2004. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Como afirmam Rabay, Lira e Borges (2008), “a mortalidade materna reflete a qualidade da assistência prestada à vida reprodutiva das mulheres, as condições socioeconômicas e a mentalidade dos gestores públicos” (p.14), gerando a necessidade da criação de estratégias também na mídia. Pouco atraente à mídia tradicional pela “ausência de novidades” (LIMA, 2008), a temática potencializou a campanha de prevenção à morte materna e que contou com a elaboração de peças publicitárias, cartilhas e debates. Dessas atuações, a constatação de que 90% das mortes de mulheres grávidas poderiam ser evitadas com o atendimento adequado⁶⁰. Sobre esse histórico, avalia Lúcia Lira:

Consideramos que, ao longo dos últimos oito anos de atuação no exercício do controle social, especialmente nos conselhos, comitês e conferências de saúde e de políticas para as mulheres, o trabalho da RFS/PB e da Cunhã contribuiu para o fortalecimento do monitoramento da política de saúde da mulher, sobretudo o monitoramento dos TACs. Fortaleceu e possibilitou a concretude de uma visão sistêmica, partindo da ideia de que todas as ações desenvolvidas no âmbito do controle social se complementam, dialogam e seguem uma mesma direção, que é a atenção de qualidade e humanizada a todas as mulheres e a toda a população usuária do serviço. Outra contribuição foi em relação à visibilidade da problemática da mortalidade materna nos espaços de controle social e em espaços correlatos, enquanto violação dos direitos humanos das mulheres, inserindo essa discussão no Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual de Saúde e nas universidades. No entanto, alguns desafios ainda estão postos para o movimento feminista. Um deles se põe no campo da formação de líderes mulheres para uma intervenção qualificada em espaços de participação e controle social, a exemplo dos comitês e conselhos. Outro desafio é manter a mobilização e articulação dos sujeitos envolvidos com a questão, dando

⁶⁰ Confira o *folder* “Saiba seus direitos”, realização do UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas, s/d.

respostas satisfatórias com vista à qualidade e humanização da assistência à saúde materna (LIRA, 2012, p. 34).

Com índices ainda bastante altos, a mortalidade materna no Brasil não caiu o suficiente para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁶¹ nesse quesito. De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil tem hoje 62 casos a cada 100 mil nascimentos. Muito se tem ainda a conquistar, sensibilizar e reivindicar, mas destaca-se a contribuição da Cunhã Coletivo Feminista em parceria com órgãos estatais, conselhos e comitês para a visibilização do tema no estado da Paraíba. Ainda como fruto desse processo e trabalho de incidência e monitoramento, destaca-se a reforma do Hospital Regional de Monteiro, na região do cariri.

3.3. “Mulheres são como águas, crescem quando se encontram”

Espaços de trocas e diálogos, os encontros nacionais feministas emergiram conexos à segunda onda do movimento no Brasil. O último, realizado em João Pessoa/PB, foi organizado pela Cunhã Coletivo Feminista e outras entidades feministas da cidade. Evoca-se a dimensão ousada de tal propositura: “Éramos cheias de energia, muito jovens e muito atrevidas”, disse Estela Bezerra (entrevista concedida à autora em: 08 dez. 2015). Tendo como tema os 500 anos do descobrimento (dominação), o eixo principal de discussões foi as mulheres e a construção da identidade do país, temática que se fazia sentir nas mesas-redondas e atividades culturais desenvolvidas. Realizado em abril de 2000 no Hotel Tambaú, o XIII Encontro Nacional Feminista apontou também divergências, através do questionamento da legitimidade da comissão, crítica feita pelas mulheres negras. Além disso, veio à tona questões caras ao feminismo de ontem e de hoje, que é a participação ou não dos homens dentro do movimento.

Contando com mais de 800 mulheres, das mesas-redondas participaram feministas históricas cujos textos saíram em anais. Das atrações culturais, priorizaram-se mulheres e as raízes culturais locais: Lia de Itamaracá⁶², Soledade e Minervina⁶³... Que também se

⁶¹ No ano de 2000, líderes mundiais se uniram e estabeleceram uma agenda global de compromissos mínimos em torno de questões como pobreza, fome, gênero e meio ambiente. Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgiram, então, como um guia para esta estratégia conjunta a serem cumpridos até 2015. Sendo eles: Erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre sexos e valorização da mulher, reduzir a mortalidade infantil, a mortalidade na infância, melhorando a saúde das gestantes, combate ao HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Como consta no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no dia 25 de setembro de 2015 foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar o trabalho e responder aos novos desafios. Ver: <<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

⁶² Maria Madalena Correia do Nascimento, conhecida como Lia de Itamaracá, é uma dançarina, compositora e cantora de ciranda. Patrimônio vivo do Pernambuco, é considerada a mais famosa

apresentaram para a rádio interna que foi montada com apoio da Rede de Mulheres Comunicadoras Comunitárias da Paraíba⁶⁴. Soraia Jordão (entrevista concedida à autora em: 22 mai. 2015) assim pondera: “o encontro deu uma mexida na Cunhã muito grande, foi um *boom* tanto positivo quanto de desafios”. Momento enriquecedor que colaborou com a visibilização da Cunhã Coletivo Feminista frente ao cenário nacional, a realização do XIII Encontro Nacional Feminista marcou também a comemoração dos 10 anos da instituição.

“Espaços públicos alternativos, nos quais as mulheres reinventam o jogo político da interação democrática e manufaturam teias de sociabilidade e identidades negociadas, constroem as novas agendas políticas e culturais e as disponibilizam para o mundo” (FERREIRA; BONAN, 2004, p. 76), os encontros nacionais feministas configuraram-se como *lócus* de evocação de memórias e afetos potentes. Espaços de sociabilidade e de trocas políticas no feminino, refizeram identidades e marcaram a trajetória do movimento. Ana Adelaide Peixoto, uma das sócio-fundadoras da ONG Cunhã comenta acerca das tensões que imergiram durante o evento:

A polêmica maior ficou por conta do ‘homem não entra’, limite acordado pelas instâncias do encontro, por acreditar que esse momento era exclusivo das mulheres. Concorro que à primeira vista, a não entrada dos homens parece preconceito, gueto, seita. Mas as razões do veto têm mais a ver com intimidade do que com machismo às avessas, como fizeram crer alguns jornalistas (Ana Adelaide Peixoto, depoimento coletado em: FERREIRA; BONAN, 2004, p. 103).

Disso vê-se a pauta da transexualidade e da desnaturalização da categoria mulher intensificadas, ocasionando tensões no movimento. Marcas da pluralidade de ideias, origens e configurações que refletem a existência de diferentes experiências e identidades. “Cada segmento do movimento de mulheres pode ser analisado como um movimento social em si mesmo, com sua própria dinâmica e modos de expressão. Esses segmentos se cruzam, se interrelacionam, e, às vezes, conflitam” (Soares et al. apud COSTA; SARDENBERG, 2012, p. 04). Nisso, a necessidade de pensar o feminismo no plural, do feminismo partindo do Estado, das ONGs, da Academia, das articulações e redes em conexão direta com outros

cirandeira do Brasil. Trabalha como merendeira numa escola pública da rede estadual de ensino e, nas horas vagas, dedica-se à música e à ciranda, além de cantar e compor cocos de roda e maracatus. Mesmo obtendo um sucesso tardio, fez turnês internacionais obtendo muitos elogios. O jornal *The New York Times* a chamou de “diva da música negra”. Cf.: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=317>. Acesso em: 31 mai. 2016.

⁶³ Dupla de repentistas paraibanas. Como poucas que enveredam pelos caminhos do repente, Maria Soledade Leite é ativista do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo e do movimento feminista. Minervina Ferreira (ou Minerva como é mais conhecida) além de repentista, é professora primária e trabalha na saúde pública em Cuité/PB, onde mora desde que nasceu.

⁶⁴ Criada em 1999 por mulheres que atuavam no movimento pela democratização da comunicação e por radialistas comunitárias, a rede é formada por jornalistas e radialistas com atuação no movimento popular e por lideranças comunitárias com interesse nas discussões de gênero e rádio.

movimentos

e

pautas.

Participando das conferências nacionais da ONU durante a década de 1990, segundo Silva (2016), os feminismos se articularam no limiar dos anos 2000 no campo político dos movimentos sociais se organizando em torno da realização do Fórum Social Mundial – processo do movimento antiglobalização, que levantou a consigna de um outro mundo possível – e de campanhas contra a Aliança do Livre Comércio das Américas (ALCA). Também aí foi realizada a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, criada a Plataforma Política Feminista e efetivadas as Conferências de Políticas para as Mulheres. História que é heterogênea e marcada por dobras:

Os feminismos brasileiros contemporâneos têm se declarado antissexistas, antirracistas, antihomofóbicos e a favor de transformações radicais nas relações sociais de produção, tendo uma posição anticapitalista. (...) No entanto, isso não significa que se chegou a esses princípios sem tensões e conflitos, quando não de fraturas e rachas (COSTA; SARDENBERG, 2012, p. 20).



c

12. Feministas históricas na abertura do XIII Encontro Nacional Feminista, realizado em João Pessoa/PB, entre os dias 26 e 30 de abril de 2000. Da esquerda para a direita: Ednalva Bezerra, Glória Rabay, Gilberta Soares, Joselita Rodrigues e Eleonora Menicucci.

Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Na aurora dos anos 2000, a Cunhã também realizou uma pesquisa visando mapear as organizações de mulheres do estado da Paraíba e que resultou na publicação da cartilha *Grupos de Mulheres na Paraíba: retalhos de uma história*. Induzidas pelas poucas e dispersas informações sobre as organizações de mulheres no estado, realizou-se um estudo exploratório junto a 40 organizações, objetivando contribuir no fortalecimento e atuação

conjunta entre tais grupos. Com duração de dois anos, a pesquisa visava em um primeiro momento, realizar um levantamento com o objetivo de articular mulheres para a participação no encontro feminista de 2000. Com a preparação do evento, a pesquisa foi pausada, retomando-se com novos ares, propiciados pelo encontro.

Como consta na publicação, três foram as fases que marcaram o desenvolvimento da pesquisa: a de contato com as organizações e a sondagem sobre a existência de outras; de visitas, observações e aplicação das entrevistas; e a fase de análise dos materiais mapeados e das situações experienciadas, haja vista as dificuldades de acesso, de comunicação, locomoção e gerência da própria pesquisa na trajetória trilhada. Lê-se:

Do processo de realização da pesquisa, trazemos também as impressões do cotidiano e sua confecção: a geografia física, a geografia humana traçada nos corpos das entrevistadas, a linguagem inscrita no rosto e nas mãos, a beleza do espaço onde elas fazem a sua história individual e coletiva, o espaço social do grupo, lugar da acolhida e reconstrução do imaginário feminino, os espaços do grupo como lugar de construção de saberes, de produção de arte, de estratégias de sobrevivência. Lá ocorreram as entrevistas, os momentos de reconstrução da memória da vida do grupo, os esquecimentos e as maneiras diversas de narrar com riso, histórias, muitas vezes, desenhadas por dores, lutas, conquistas e esperanças (SOUZA et al, 2001, p. 05).

Esse mapeamento buscou responder perguntas: Como e onde as organizações se organizam? Como se financiam? Como se organizam? Quem são os seus sujeitos? Como então, são estruturadas? (SOUZA et al, 2001). Observou-se uma rica variedade de tipologias no que diz respeito às nomenclaturas utilizadas: grupos, coletivos, associações, centros, cooperativas, núcleos etc. Dessa observação, uma constatação:

O movimento de mulheres da Paraíba tem, respeitando suas localidades e regionalidades, bandeiras de luta, reflexões, métodos e técnicas de trabalho que se interligam ao movimento feminista. A importância dada à formação pelas organizações de mulheres é um reflexo das necessidades locais, mas também reflete intrinsecamente a sua conexão com o movimento feminista para além das fronteiras paraibanas (Idem, p. 32).

Entre os grupos mapeados existia o estabelecimento de trocas, contatos, ajudas, articulação que é mais regular e constante entre os grupos sediados na grande João Pessoa, haja visto que 67,5% das organizações mapeadas se localizavam nessa área e 32,5% no interior do estado. Número que se revela significativo apesar de não existir até esse momento uma instância articuladora comum.

Sob esse pano de fundo foi criada em maio de 2001 a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, nascida da “necessidade de criar um novo espaço para articulação

política estadual, fortalecendo o diálogo, a troca de experiências e ação coletiva no enfrentamento dos problemas compartilhados” (REDE DE MULHERES EM ARTICULAÇÃO DA PARAÍBA, s/d). A Rede surgiu no I Encontro Paraibano de Mulheres, realizado em João Pessoa, tendo como foco “o fortalecimento do movimento de mulheres da Paraíba, desenvolvendo ações na defesa e promoção dos direitos das mulheres, buscando a liberdade, a autonomia, a autodeterminação sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, a igualdade de gênero, de classe social, étnica e racial” (Idem). É de 2001 também a criação da Bamidelê, Organização de Mulheres Negras da Paraíba, organização que busca a equidade de gênero em uma perspectiva étnicorracial, o que evidencia a multiplicidade de feminismos pungentes que foi se fazendo na virada de um novo século.



13. I Encontro Paraibano de Mulheres realizado em maio de 2001. Na foto, identificam-se: Malu Oliveira, Estela Bezerra, Cristiane Freire, Gilberta Soares, Luciana Cândido e Lúcia Lira. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Dividindo-se em três regiões: Litoral, Agreste/Brejo e Sertão, a Rede de Mulheres liga-se à Articulação de Mulheres Brasileiras, integrando-se a outras instâncias políticas nacionais e locais do movimento feminista e/ou de atuação na defesa dos direitos humanos. Sobre essa emergência e composição da Rede, Cândida Magalhães pontua:

Eram mulheres trabalhadoras de todas as áreas, da educação, da saúde, mulheres trabalhadoras autônomas, artesãs, trabalhadoras rurais, tinha o MMTR – o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais participava, todas as mulheres, de todas as áreas. Teve um período que a Rede tinha mais de trinta grupos associados, vinha mulheres de todas as áreas e na capacitação a gente trabalha muito com educação popular e a partir do corpo, esse corpo que trabalha, que tem toda ressonância de histórias da sociedade, tem que primeiro olhar para ele, para se orientar no mundo.

Então a gente começava pelo processo do conhecimento do corpo para depois a gente ver as relações nos diversos municípios onde as mulheres se situavam, das forças que elas tinham de construir alguma coisa, das adversidades, possibilidades e potencialidades de cada município para a gente tirar as grandes diretrizes de trabalho que cada uma ia retornar, implementar para um segundo encontro, se avaliar, ver avanços, ver retrocessos. Era muito bom, às vezes havia quatro encontros por ano desse gênero. (...) Começou em João Pessoa e depois a gente interiorizou os encontros, um foi em Campina Grande e a gente fazia regionais também, fazia um regional do Sertão, da Borborema, do Litoral (Cândida Magalhães, entrevista concedida à autora em: 31 mar. 2015).

Cândida que tem uma longa trajetória de lutas e de atuação no movimento feminista brasileiro e paraibano. Conselheira da Cunhã Coletivo Feminista, assistente social aposentada, advogada, mestre em Sociologia pela UFPB, militante. São muitos os predicativos para identificar essa senhora de cabelos brancos que encontramos entre uma mobilização e outra com sua bolsa de renda à tiracolo e sua blusa vermelha. Vermelha da cor da resistência de ontem e de hoje.

Natural do Ceará, Cândida Moreira Magalhães teve uma ampla participação no movimento estudantil secundarista e universitário, tendo participado da Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC), de formações nas periferias sob o viés do marxismo e da igualdade de classes, o que logo reverberou na sua prisão no ano de 1971 e na posterior cassação dos seus direitos políticos. Hoje anistiada, foi torturada, acusada de comunista, de ser inimiga do Estado. Com muito medo e dificuldades, conseguiu terminar sua graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Ceará. Crateús/CE, Fortaleza, Brasília, Rio de Janeiro, Espírito Santo e João Pessoa... “A gente vai se transformando ao longo desse tempo de militância e de passagem por todos esses lugares”, disse (Cândida Magalhães, entrevista concedida à autora em: 31 mar. 2015). Foi no Rio de Janeiro que Cândida se aproximou do movimento feminista, muito pela via do sindicalismo. Lá foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores, tendo atuado junto aos núcleos e comitês de gênero. Hoje, carrega ainda com afinco a esperança por dias melhores, participando de encontros, marchas e mobilizações de apoio à democracia nas cidades de Brasília e João Pessoa, onde reside⁶⁵.

Na Paraíba, conduziu muitas oficinas, assessorou os movimentos, participou do Núcleo de Estudos de Gênero Flor e Flor⁶⁶, na Universidade Estadual da Paraíba, em

⁶⁵ No dia 30 de abril de 2016, Cândida Magalhães foi uma das depoentes na Tenda Feminista no acampamento da democracia, organizado pela Frente Brasil Popular, na Praça da Paz no bairro dos Bancários em João Pessoa/PB. Na tenda ocorreu uma roda de escuta das companheiras que foram vítimas do período da ditadura militar no Brasil. Foram depoimentos emocionantes de mulheres que se fortaleceram em meio a torturas sofridas e tornaram-se militantes na defesa dos direitos humanos. O evento foi uma preparação para o ato do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora e a Favor da Democracia que aconteceu no dia 01 de maio em todo o país.

⁶⁶ Criado em 1995, em Campina Grande, é um órgão vinculado à Universidade Estadual da Paraíba. Congrega professor@s, alun@s do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da universidade, além de profissionais interessados na temática de gênero. O grupo tem como objetivo promover grupos de estudos

Campina Grande, onde desenvolveu trabalhos de extensão no Presídio Feminino do Serrotão. Aposentada da universidade, colaborou na fundação da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, tornou-se advogada da Fundação Margarida Maria Alves⁶⁷, em João Pessoa. Hoje faz terapias alternativas, tem um estilo de vida saudável e sempre libertário. “Acho que o feminismo é um processo que seguramente resulta em mudança, mudança do ponto de vista individual e mudança nas relações coletivas” (Cândida Magalhães, entrevista concedida à autora em: 31 mar. 2015). Feminismo que chega e nunca mais sai. Assim comenta com relação a sua atuação junto aos movimentos:

Dentro da Rede eu trabalhei muito nessa orientação de organizar o grupo, de criar o estatuto, o regimento interno, de requerer junto ao poder público municipal o reconhecimento para que eles pudessem acessar recursos do município para alguma atividade, do reconhecimento na Assembleia Legislativa e também o reconhecimento no Ministério da Justiça como entidade de caráter público e de assistência para que eles possam acessar também recursos do Ministério da Assistência Social. Então era muito esse trabalho que eu fazia junto a todos os grupos desde os grupos ligados ao movimento de trabalhadoras rurais, movimento de trabalhadoras domésticas, movimento de trabalhadoras autônomas como artesãs, cooperativas, então todo meu trabalho era muito de assessoria jurídica a esses movimentos (Cândida Magalhães, entrevista concedida à autora em: 31 mar. 2015).

A Rede visou então, “aglutinar as organizações em torno de uma ação política comum e criar uma alternativa à lacuna existente na Paraíba de estratégias de articulação entre grupos de mulheres do meio popular, na área urbana e rural” (BARBOSA, 2011, p. 20). O mapeamento e criação da Rede, somada à ação junto a grupos distintos de mulheres, abriram caminhos para um novo *lôcus* de atuação da Cunha: o cariri paraibano. Lúcia Lira lembra que o que instigou a formação da organização era “que tivesse não só um trabalho político mas também uma formação com as mulheres, uma capilaridade, que se interiorizasse e é assim que nasce a Rede” (Lúcia Lira, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).

Desafiado a ampliar sua ação acrescida à questão da sustentabilidade ao enfoque da saúde feminina e à intersecção das dimensões do gênero e da classe, o coletivo adotou

sobre as relações de gênero, realizar pesquisas nas áreas de saúde, educação, violência e movimentos sociais, promover reuniões, encontros e oficinas além de prestar assessorias aos movimentos sociais. Sua sede localiza-se na Central Integrada de Aulas da UEPB.

⁶⁷ A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada como entidade juridicamente autônoma em 8 de julho de 1994 como sucessora do antigo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. A Fundação, nos primeiros anos de existência, permaneceu atuando dentro dos eixos de ação do Centro de Defesa, prestando apoio e assessoria jurídica (balcão de serviços para o atendimento aos casos de violação de direitos) aos movimentos sociais. Historicamente, foi a atividade pela qual o Centro de Defesa e, posteriormente, a Fundação Margarida Maria Alves foram reconhecidos. Com o tempo, essa prática foi se restringindo e começou-se a encaminhar os casos para os serviços públicos competentes. Consolidou-se como entidade atuante na defesa dos Direitos Humanos, principalmente em atividades de educação popular, promovendo o acesso à justiça.

o conceito de desenvolvimento humano sustentável, contribuindo com o debate crítico feminista, revelando a exclusão d@s menos favorecid@s e colocando o desenvolvimento a serviço das pessoas e do meio ambiente (BARBOSA, 2011). Dessa aproximação que resultou no curso “Gênero e Desenvolvimento Sustentável”, Luciana Cândido sistematiza:

A questão era fazer um debate em torno da organização social e política das mulheres, levantando a autoestima e refletindo sobre a necessidade de se fazer uma ação coletiva e como a gente identificou vários interesses nos grupos então a gente também tentava trabalhar pelas relações de interesse, grupos que trabalhavam com geração de emprego e renda, grupos que trabalhavam com enfrentamento à violência, com saúde, tinham grupos que trabalhavam com massagem, saúde integral da mulher, com ervas medicinais e o que gente fazia? Fazia esse grande encontro e pensava os temas: feminismo, organização social e política, saúde reprodutiva, desenvolvimento sustentável, emprego e geração de renda, trabalhamos muitos temas e qual a proposta? Que as lideranças levassem para os grupos o conhecimento adquirido para trabalhar e fortalecer os grupos nas bases e a gente tinha também uma intencionalidade política e pedagógica que era fazer esses grupos se organizarem em coletivos, pensar as ações do movimento. Muitos desses grupos adentraram em uma articulação de mulheres que a gente faz parte e que surgiu durante o Encontro Paraibano de Mulheres a partir desse mapeamento que é a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba que se articula nacionalmente com a Articulação de Mulheres Brasileiras. De 2000 a 2010 mais de 35 grupos aderiram a Rede, participaram da Rede, fizeram ações. (...) Essa década ela culminou muito com a organização desses grupos. Depois que a gente fez esse curso, acho que foi dois períodos de tempo, acho que até 2007 e depois retomamos com alguns grupos desses para fazer um trabalho que a gente chamava de gestão associativa (Luciana Cândido, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).

Do curso, o enfoque em outra realidade: a do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, em 2001. Como diz Luciana Cândido Barbosa (2011), dessa aproximação, em 2007 firmou-se uma parceria entre as duas organizações através do projeto “Gênero, Saúde Sexual e Reprodutiva: fortalecendo e ampliando a ação feminista na Paraíba”, com o objetivo de conhecer a realidade das mulheres do movimento nos bairros do Costa e Silva e Alto do Mateus, em João Pessoa, sob o viés da saúde sexual e reprodutiva. Ao mesmo tempo, realizar formação político-feminista junto às lideranças e colaborar para ampliar as reivindicações do MNLM/PB.

Percebeu-se que as mulheres compunham 82% da coordenação colegiada do movimento na Paraíba embora as deliberações passassem pelo crivo dos homens, o que segundo a autora, revela uma desigualdade quase imperceptível e que faz parte do cotidiano dos movimentos sociais. Trilhando caminhos da pesquisa-ação, levantaram-se dados e um mapeamento sobre as condições de vida dessas mulheres. O processo de formação contou com a abordagem de temas como violência contra a mulher, direitos reprodutivos, contracepção e aborto, direitos das mulheres, trabalho e previdência social. Do

projeto, resultaram porquanto, uma série de reflexões, dados quantitativos e a fortificação da luta por melhores condições de vida, abrindo um novo caminho de ligação da Cunhã com grupos de mulheres, em um processo de interiorização do feminismo e de aprofundamento da atuação nas periferias. Desse trabalho, o florescimento da “força da produção coletiva, mostrando um terreno fértil para as sementes do feminismo, algumas com botões em flor, de mulheres que não têm medo de lutar por melhores condições de vida” (SOARES et al, 2011, p. 145).

Os trabalhos eram realizados de forma conjunta, congregando as atividades da Rede de Mulheres e consequentemente da AMB. De acordo com Carmen Silva (2016), integrante do SOS Corpo e que escreveu sua tese sobre a relação intrínseca da articulação com o protagonismo das mulheres populares no histórico e na atualidade do movimento feminista brasileiro, a AMB surgiu com um caráter de articulação de organizações e articulações pré-existentes. Se alinhou para Beijing, para a geração da Plataforma Política Feminista e para a definição de um movimento feminista antissistêmico, entendido como antipatriarcal, anticapitalista e antirracista. Ainda segundo a autora, a gestação da articulação foi marcada por conflitos: primeiro, as divergências sobre as formas de financiamento do processo; segundo, sobre o documento que deveria ser elaborado com as posições do movimento feminista brasileiro, diz:

Para umas a participação brasileira deveria ser autofinanciada e para outras não havia problemas em receber qualquer tipo de apoio. Neste ínterim ocorreu a oferta da USAID de financiar a delegação brasileira. Em função do papel que este organismo norte-americano teve durante a Ditadura Militar no Brasil, a posição negativa foi consensual, alargando o debate para reflexão sobre critérios políticos para discussão de qualquer apoio financeiro, mas ocorreram várias tensões no percurso que marcaram o início da AMB (SILVA, 2016, p. 217).

Tensões que como reflexo, também foram sentidas na organização de mulheres da Paraíba, na ida para Beijing. Estela Bezerra fala:

A gente ia para Beijing nesse bojo, esse foi um momento importante para meu fortalecimento dentro da Cunhã e dentro da minha ideia de feminismo. O grupo decidiu que não ia e eu fui para essa reunião e disse: “Por que a gente não vai? A gente não vai nem sequer discutir? A gente vai ficar aqui e a gente vai se reunir e não vai para a primeira reunião que o Brasil se reúne para poder discutir o que a gente vai fazer?”. Esse momento foi muito dramático para mim porque a gente foi na Fundação Getúlio Vargas e quem estava com essa linha de pensamento que a gente precisa discutir, recebia a gente com muita efervescência, euforia até só que a discussão foi muito dura. Eu até disse: “Vocês me enganaram, disseram que o feminismo era um movimento e eu vim para outro negócio” (*Risos*). Porque era muito duro, quem estava lá eram as mulheres que tinham sofrido tortura, que tinham

sido torturadas e foi a discussão mais dura que eu já presenciei em política. (Estela Bezerra, entrevista concedida à autora em: 17 out. 2015).

Na volta da conferência, decidiu-se que a AMB faria o monitoramento da Plataforma de Ação para Beijing, “promoveu um balanço nacional das políticas públicas federais, em 2000, e, dentro da luta feminista pela qualificação do debate sobre democracia no Brasil, definiu entre suas prioridades a luta contra o racismo, demarcando relação especial com o movimento de mulheres negras, entre as alianças com outros movimentos” (SILVA, 2016, p. 221), atuando junto ao Fórum Social Mundial, por exemplo. Sobre a sistemática das ações realizadas, Luciana Cândido menciona:

Paralelo à ação política da Cunhã, a gente da AMB pensava ações do movimento, então a Rede fez várias ações regionais para organizar os atos do 25 de novembro, discussão do aborto, da violência que eram os grandes marcos para a gente. Enquanto fazíamos parte também da Rede Feminista de Saúde que adentrava não só o aborto mas também o tema da mortalidade materna que fez o monitoramento do TAC, termo de ajustamento de conduta, do controle das mortes mas isso era tudo muito articulado e orquestrado (Luciana Cândido, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).

De participação intensa junto à AMB, a Cunhã sediou a secretaria nacional da organização entre os anos de 2009 e 2011, através de Malu Oliveira que já vinha integrada à coordenação nacional:

Na AMB eu fui durante muito tempo representante do comitê político via Rede de Mulheres e aí eu fui representante da Rede junto à AMB. Depois disso eu disputei o lugar junto a outras duas companheiras: a Nalva que era do antigo Coletivo Leila Diniz de Natal e Beth do Fórum de Mulheres do Ceará, para ocupar a secretaria executiva. Nós três fomos secretárias executivas da AMB e também da coordenação porque quem está na secretaria acaba fazendo parte da coordenação nacional. Como secretária fiquei dois anos, comitê e coordenação fiquei mais tempo fazendo parte da coordenação nacional que antes de secretária eu já fazia parte da coordenação nacional da AMB. Como feminista foi um dos maiores desafios que eu já vivi porque era uma responsabilidade muito grande em âmbito nacional você estar fazendo parte, secretariar, muito trabalho, muitas viagens, muitos conflitos para lidar, muitos feminismos. (...) Foi uma experiência muito rica porque a gente como secretária tem que lidar com questões não só da formação mas também com questões práticas, de elaboração de projetos, de buscar recursos, de representação política em espaços de conselhos, em espaços em que se tem que fazer pressão para aprovação ou não de políticas públicas, tem que fazer monitoramento, diálogos o tempo todo com a Câmara para não ter retrocesso de nossos direitos e isso tudo ficava maior quando era pensado em âmbito nacional porque uma coisa é você fazer o feminismo local e outra coisa é você estar no feminismo nacional atenta a mil coisas, à conjuntura local, à dinâmica da

organização interna mas também do que acontece do lado de fora (Malu Oliveira, entrevista concedida à autora em: 08 set. 2016).

Ainda como pontua Silva (2016, p. 237): “a AMB pode ser entendida como uma rede de movimento social (...) mas isso não significa dizer que ela seja uma articulação horizontal e com igual poder político para todos os coletivos que dela participam ou mesmo para os distintos grupos identitários”. Nisso, a defesa das políticas para as mulheres, o enfrentamento à violência e articulação pela legalização do aborto partindo de um ponto localizado nos dilemas e limites de se fazer movimento hoje a partir de influências conjunturais, legados de exclusão e “identidades herdadas”. Basta ver, como nos traz a autora, que as relações entre as militantes dentro da organização interna do movimento, ainda é bastante marcada pela diferenciação de classe, resultado da pesada carga de distinção acionada nos espaços de participação política e que conferem lugares diferenciados de poder. Ao que parece a tensão “deixa de ser entre movimento de mulheres e movimento feminista e passa a ser pensada a partir da relação entre mulheres de classes populares e mulheres de segmentos médios no interior das articulações movimentalistas” (SILVA, 2016 p. 311).

Integrando a AMB, Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba, além da Rede Feminista de Saúde, a Cunha se articulou nos anos 2000 intensificando o trabalho na área dos direitos sexuais e reprodutivos e saúde das mulheres e também interiorizando o feminismo e pulverizando formações. Tendo organizado o XIII Encontro Nacional Feminista, adquiriu ampla projeção nacional, passando a ser ponto focal de importantes campanhas que aliançaram o protagonismo da instituição no que tange a defesa dos direitos das mulheres no estado da Paraíba e para além.

CAPÍTULO 4 | CAMINHOS DA AUTONOMIA

“O empoderamento é manifesto e revelado num crescimento pessoal e coletivo, que se pode constatar simplesmente presenciando, escutando e vivenciando momentos do cotidiano das mulheres (...) Acontece, assim, de forma processual tanto no aspecto individual quanto no aspecto coletivo e social”

(OLIVEIRA; SILVA, 2008, p. 72).

Em 2002, em parceria com o Centro da Mulher 8 de Março e apoio do Projeto Dom Helder Câmara, a Cunhã iniciou um trabalho de diagnóstico e de acompanhamento de mulheres em assentamentos da Reforma Agrária e comunidades rurais no cariri paraibano. Conforme apresentado no site do PDHC⁶⁸, o projeto é uma ação operacional descentralizada do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Nordeste, iniciado em 2001, a partir de um acordo de Empréstimo Internacional firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, e de uma doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF. Desenvolve um programa de ações referenciais para o desenvolvimento sustentável do semiárido, buscando garantir a inserção competitiva, não subordinada e o empoderamento de trabalhador@s assentad@s e agricultor@s familiares na formação, implementação e controle social de políticas públicas. Buscando superar a assistência técnica e extensão rural convencional (ATER), definiu um trabalho amplo que abarcasse vários aspectos da vida rural, tais como o fortalecimento das associações, protagonismo juvenil e a relação entre os gêneros (JALFIM et al, 2008). Com a chegada do projeto na Paraíba, as ONGs feministas Cunhã e Centro da Mulher 8 de Março foram contratadas como parceiras, em uma estratégia de atuação conjunta com equipes de especialistas e mobilizador@s locais.

4.1. Um novo *lôcus* de atuação: o cariri ocidental

Dado o início do trabalho, tão logo foram realizados diagnósticos visando mapear as condições socioeconômicas locais no intento de se ter uma vista panorâmica do território e de sua população. O cariri ocidental da Paraíba, região semiárida constituída pela caatinga, corresponde a uma área de aproximadamente 7.000 km² e conforme se leu nos diagnósticos, é marcada pela pobreza e por hábitos culturais enraigados. “É caracterizada pela aridez do clima quente e seco, pelas relações históricas de poder expressas na concentração da terra, relações de opressão e consequente subordinação” (OLIVEIRA,

⁶⁸ Ver: <<http://www.projetodomhelder.gov.br/>>. Acesso em: 21 out. 2016.

2006, p. 03), o que gera desigualdades cotidianas e situações de exclusão na vida das mulheres e na relação entre os sexos. Mulheres cujas atividades muitas vezes são vistas como extensivas à casa, secundarizadas e não entendidas como trabalho. Nesse cenário de desvalorização e invisibilidade, muitas são as Margaridas, são muitas as Zefinhas.

Zefinha e Margarida são personagens das peças “A vida de Margarida” e “Zefinha quer casar”, encenadas pelo Grupo de Teatro Amador do Polo da Borborema, formado por agricultores, agricultoras, lideranças e técnic@s do Polo e da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia e mostram como os papéis hoje desempenhados por homens e mulheres foram socialmente construídos, gerando desigualdades e injustiças. Margarida é a primeira a acordar, a última a dormir; cuida da casa, dos animais, das plantações, faz a comida. Com a ajuda de sua filha Zefinha, articula tudo para a comodidade de seu esposo Biu e seu filho Tonho. Do que pouco comercializa, Margarida anseia comprar um vestido novo para Zefinha, dinheiro que logo foi destinado ao patrocínio por Biu a um jogo de futebol. Esse trecho, narrado a partir das peças encenadas pelo grupo de teatro amador do Polo⁶⁹, bem que pode ser espelho das situações de opressão por qual passam muitas mulheres rurais todos os dias e que deixam marcas de sofrimento e desgaste do tempo em seus corpos. Sobre as desigualdades presentes no meio rural semiárido, Almeida et al (2008) comentam:

O que não é levado em consideração é que as relações de poder no interior da família, são desiguais e que, nessas desigualdades, estão em desvantagem as mulheres, desde a desvalorização de seu trabalho como agricultoras, o que é considerado como ajuda, até a divisão dos bens produzidos pela propriedade no âmbito familiar. Esse contexto prejudica o desenvolvimento pleno das mulheres, afeta sua autoestima e sua autonomia e agrava o grau de pobreza vivida pelas mulheres rurais, especialmente na região semiárida (Idem, p. 24-25).

Mulheres assim, oprimidas, que se sustentam com menos de 50 reais por mês, que trabalham de domingo a domingo sem opções de lazer, que pouco cuidam da saúde e de seus corpos, foram acompanhadas pela Cunchã Coletivo Feminista e Centro da Mulher 8 de Março, entidades referenciais em gênero na Paraíba. Voltado ao trabalho, empoderamento e à autonomia das mulheres do Cariri: “Trata-se de um trabalho pioneiro no território e de fundamental importância para mudanças com relação à participação das mulheres no desenvolvimento local e na quebra das relações desiguais de gênero e de poder presentes nas estruturas políticas, econômicas e culturais da região” (CUNHÃ; 8 DE MARÇO, 2010). Sobre o início dessas atividades, Malu Oliveira diz:

⁶⁹ Adaptadas em novela, as peças “A vida de Margarida” e “Zefinha quer casar” estão disponíveis em vídeo no sítio: <<http://aspta.org.br/category/videos/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

Fomos para a região, onde não havia uma mobilização de grupos de mulheres organizado, existia alguns trabalhos pontuais com organizações mistas e as agricultoras que moravam nas áreas de agricultura familiar como nas áreas de assentamento, elas tinham seus trabalhos com animais pequenos ou na agricultura mas de forma isolada e nós começamos primeiro uma pesquisa lá a pedido de Cristina Buarque com um diagnóstico da realidade da região, primeiro um levantamento sobre a participação política nos espaços de poder que eram os sindicatos, as associações, os comitês, aonde as mulheres agricultoras estavam, sabendo se elas faziam parte ou não desses espaços ocupados predominantemente por homens. Fizemos esse pequeno diagnóstico, identificamos que a maioria das famílias estavam fazendo parte desses espaços e as mulheres quando estavam eram em cargos menores, nunca em cargos como presidente, tesoureira, elas tinham poucas vozes e poder nesses espaços. Fizemos esse levantamento, conhecendo um pouco essa região, depois firmamos mesmo a nossa entrada no território. Fizemos um diagnóstico que a gente chamou de Marco Zero para conhecer o trabalho das mulheres, o cotidiano que as mulheres se inseriam, de como era organizada a vida delas lá, daí surgiu uma cartilhinha e aí a gente fez esse diagnóstico, durou seis meses quase, com oficinas, conversas, encontros. Foi muito bom porque a partir desse diagnóstico a gente traçou um projeto de formação para ser realizado com elas a partir da realidade delas. Essa pesquisa tinha o objetivo de conhecer as realidades socioeconômicas da vida delas e como elas viviam ali. Aí fiquei trabalhando durante três anos no Cariri, com Glória, Valquíria muito pouco, com Elaine. Depois quando passei a ocupar mais o espaço nacional, saí do cariri e Celinha entrou, que ficou trabalhando muitos anos lá com Elaine que era do 8 de Março e Celinha da Cunhã (Malu Oliveira, entrevista concedida à autora em: 08 set. 2016).

Como citado, desde 2002 visando fortalecer os esforços organizativos de mulheres, Cunhã e Centro da Mulher 8 de Março realizaram diagnósticos prévios visando mapear a realidade das mulheres e das organizações existentes. O objetivo era desenvolver ações junto às trabalhadoras rurais para contribuir na sua organização política e produtiva, no seu empoderamento, na promoção de direitos e na redução das desigualdades de gênero.

Em 2003 foi elaborado um diagnóstico socioeconômico que apontou que as mulheres enfrentavam jornadas de trabalho de 10 a 12 horas diárias. A grande maioria (57%) não tinha titulação da terra, mais da metade não fazia parte das organizações sociais (associações, sindicatos) e as que estavam nestes espaços geralmente não compunham as direções. 90% não haviam concluído o ensino fundamental, além da ausência de capacitação técnica para essas mulheres. O estudo envolveu 847 mulheres assentadas pela Reforma Agrária dos municípios de Monteiro, São Sebastião do Umbuzeiro, Sumé, Prata e Coxixola, localizados na microrregião do cariri ocidental. “Apesar das adversidades, [essas mulheres] são fortes e corajosas, trazem na sua identidade a capacidade de criar e recriar melhores condições de vida” (RABAY et al, 2004, p. 14).

Esse diagnóstico possibilitou a elaboração de estratégias de atuação em quatro eixos: formação, organização, articulação política e comunicação, produção de conhecimento e mobilização social, permitindo o acompanhar do trabalho das mulheres e

influência nos espaços territoriais para além das atividades do PDHC. Através de uma proposta de intervenção político-pedagógica feminista, emergiu o projeto “Semeando gênero no cariri paraibano” que intencionava contribuir para o empoderamento das mulheres visando a equidade nas relações de gênero na região como condição para o desenvolvimento sustentável e a conquista da cidadania plena, assim como favorecer o surgimento de organizações de mulheres (OLIVEIRA, 2006).

Desse trabalho, logo se percebeu um aumento da participação das mulheres nas organizações sociais. Segundo dados do segundo diagnóstico, realizado em 2007, cerca de 77% das agricultoras entrevistadas passaram a fazer parte de alguma organização, com destaque para as associações (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, s/d). Soraia Jordão (entrevista concedida à autora em: 22 mai. 2015) rememora que concomitante a esse trabalho temático de assessoria técnica ao PDHC, a instituição realizou um projeto de prevenção do câncer de mama com apoio do Instituto Avon. Com apoio também da Secretaria de Saúde do estado, voltou olhares para a prevenção, o cuidado com o corpo e a saúde das mulheres. Conta que esse projeto a tocou profundamente. Assim diz:

Percebi que não seria possível falar de Câncer de Mama sem narrar parte da minha história que começa nos anos 80, quando recebi a notícia que minha mãe estava doente. Na época, a “doença” não era mencionada diretamente como câncer de mama (...). Minha mãe era uma mulher do cariri paraibano. Anos depois, me encontro como profissional desenvolvendo práticas preventivas com esta temática com mulheres da região (...). Diferente dos anos 80, atualmente existem projetos e práticas específicas para a prevenção de câncer de mama junto às mulheres rurais do cariri (ALMEIDA [JORDÃO], 2009, p. 24-26).

Como lembra-nos Maria Lúcia Oliveira (2006), a realidade das mulheres rurais traz opressões bastante específicas que geram desafios tais como a dificuldade de acesso à terra, a secundarização do trabalho na agricultura, pouca autonomia e gerenciamento dos recursos econômicos. Há uma histórica relação que bipolariza o trabalho das mulheres x trabalho realizado por homens, ou seja uma distinção entre trabalho produtivo x trabalho reprodutivo. Paulilo (2004) e Schottz et al (2015) pontuam que o trabalho realizado por mulheres é culturalmente classificado como leve, muitas vezes ligado ao afeto, com pouco valor e visibilidade, aproximando-o de um não trabalho. Em outro polo bem distinto, o trabalho que gera bens e produtos com finalidade comercial e econômica. Daí o potencial transformador da Agroecologia, em que a mulher é figura central na manutenção de tal projeto.

Com a construção de uma assessoria técnica emancipadora facilitadora dos processos dialógicos entre as pessoas e o mundo em que vivem como comenta Almeida

(2008), o trabalho com mulheres rurais possibilitou reinvenções, tanto para as mulheres quanto para as instituições envolvidas. Sistematiza Cristina Lima:

Eu avalio que essa ação do cariri para a Cunhã foi de um grande aprendizado e a Cunhã sempre trabalhou com mulheres rurais desde o início, mas é a partir dessa ação do cariri que se consolida um campo de atuação na linha do trabalho das mulheres, de toda essa discussão do semiárido, da importância de fazer essa discussão sobre o que é gênero, igualdade de gênero, relações de poder, quando você vai para o interior é outra lógica, então a gente aprendeu muito nesse processo com as mulheres. Tem coisas que a gente podia ter avançado mais, mas a gente hoje vê essas mulheres tanto em lideranças locais quanto em processos locais como participando de comissões, de conselhos, participaram da última conferência, foram para a Marcha das Margaridas, então isso é bem interessante. Você vê o quanto se caminhou (Cristina Lima, entrevista concedida à autora em: 16 set. 2016).



14. Oficina com mulheres da Associação de Resistência das Rendeiras (ARCA) na comunidade Cacimbinha, em São João do Tigre/PB (2009).
Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Do trabalho em parceria com a Avon e Secretaria Estadual de Saúde, foram realizadas várias oficinas de sensibilização com representantes dos 12 assentamentos do cariri ocidental e 22 comunidades rurais mapeadas e que se pautaram nos temas do conhecimento do corpo, sexualidade, prevenção e na provocação de debates sobre o resgate de ervas medicinais, das chamadas farmácias vivas (BEZERRA; SOUSA, 2009). Nesse trabalho, foi dada ênfase ao uso de métodos anticoncepcionais, ao abortamento e na prevenção da morte materna. Dados de 2007 mostraram que 44,2% das mulheres com vida sexual ativa, fez ligação de trompas para evitar a gravidez, 28,5% tomam a pílula anticoncepcional, 6,4% declararam fazer uso da camisinha masculina e 3,5% usavam o método da tabelinha. Dessas escolhas, a maioria é feita por responsabilidade das mulheres.

Percebe-se que o homem se ausenta do processo de prevenção, sobrecarregando a mulher com a carga de responsabilidade sob uma possível gravidez. O aborto também foi uma realidade presente. Como dizem Rabay e Oliveira (2009), em 2004, 31% das mulheres declararam ter passado por algum tipo de abortamento; em 2007, 27,3%. As causas, as mais diversas: por provocamento, susto, medo, desejo não realizado, fraqueza, falta de orientação, anemia, desnutrição. “Uma mulher declarou uma pancada e outra afirmou que o aborto ocorreu em virtude de uma surra, numa demonstração da presença da violência doméstica na vida dessas mulheres” (Idem, p. 23). Mulheres rurais, vítimas de um sistema patriarcal ainda mais arraigado no campo, nas relações tradicionais de mando e submissão.

Como mostram Garcia et al (2011), também não foram poucos os limites e os conflitos para a efetivação dos trabalhos das ONGs feministas no território. Com tom extremamente crítico, elencam limitações dentro do PDHC e do trabalho das instituições parceiras como a Cunhã. Para @s autor@s, a pauta do gênero entra como uma exigência do FIDA “muito mais do que um compromisso e uma política delineada para reformatar as relações de gênero no campo com a finalidade de eliminar a desigualdade de gênero” (Idem, p. 131). Brecha positiva, contudo, esse trabalho permitiu a emergência de vários grupos de mulheres, instâncias organizativas e a melhoria da renda das mulheres e de suas famílias.

Para mim foi um período muito gratificante trabalhar com as meninas do Cariri, aprendi muito com elas, muitos desafios, o machismo instituído na região, os homens tinham muito medo das feministas, eles achavam que a gente chegando lá ia acabar os casamentos deles com as mulheres, que a gente era vagabunda e a gente escutou muita coisa desse tipo diziam que a gente era lésbica, não era nem lésbica era sapatão mesmo, que não gostava de homem, essas coisas. Então foi muito difícil tirar as mulheres de casa, levar para a formação e também participar de outros eventos fora do território, era um desafio enorme. A gente tinha também outros desafios para além disso que era lidar com as outras organizações que não eram feministas que tinham uma perspectiva de gênero mas que a perspectiva de gênero delas era completamente diferente da nossa. Então tinham embates políticos, muitas vezes ideológicos com eles porque trabalhavam com a família e não com a mulher em separado e a gente dizia que não, que as mulheres precisavam de um lugar delas para falar sobre os problemas, com os homens elas iam ficar inibidas e tal. E nesse processo todo, tínhamos desafios por todos os lados. Era uma experiência nova para mim, para a Cunhã um pouco menos porque elas já tinham uma experiência com mulheres rurais do Brejo mas na área do cariri não, então era algo novo (Malu Oliveira, entrevista concedida à autora em: 08 set. 2016).

Tendo demandado desafios, como pontua Malu Oliveira, esse trabalho desembocou em projetos realizados em parceria com a Petrobrás, Concern Universal e Oi Futuro e que foram essenciais para consolidar o processo iniciado em 2002. Alargando suas atividades

para além do cariri, a Cunhã também adentrou o litoral sul do estado, iniciando um trabalho com mulheres marisqueiras.

4.2. “Do cariri ao litoral as mulheres fazem suas próprias histórias”

Da parceria com o Projeto Dom Helder Câmara, a atuação nos eixos de formação, organização, articulação política, comunicação, produção do conhecimento e mobilização social. O transbordamento de atividades para além das atividades do projeto. Lúcia Lira comenta:

Depois dessa caminhada começa a surgir a necessidade de projetos porque o Projeto Dom Helder Câmara não dava conta disso e aí a gente começou a pegar e ver as oportunidades que surgiam para fazer projetos. Começamos a fazer e quando vemos já estávamos com o apoio de grandes projetos como o da União Europeia. Através desse projeto para trabalhar sistematicamente com grupos de mulheres (Lúcia Lira, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).

Iniciado em 2012, o projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano” contou com financiamento da União Europeia e Concern Universal e visou contribuir com o enfrentamento à pobreza e melhoria das condições de vida das mulheres rurais do cariri entre os anos de 2012 e 2014 (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2012a). Envolvendo cerca de 30 grupos produtivos de mulheres, autoridades locais e 16 comunidades rurais, teve como principais ações:

- Formações e capacitações;
- Acompanhamento permanente e assessoria aos grupos produtivos de mulheres;
- Encontros temáticos;
- Trocas de experiências entre os grupos de mulheres rurais;
- Articulação política e *advocacy* junto a autoridades locais e outros detentores(as) de poder;
- Pesquisa sobre o acesso das mulheres rurais às políticas de geração de renda;
- Mobilizações locais para informar e sensibilizar a população local sobre os direitos das mulheres;
- Campanha com ênfase na valorização do trabalho das mulheres rurais sobre direitos de mulheres para disseminação nos municípios;

(CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2012a).

O diagnóstico inicial mapeou a existência de 136 mulheres produtoras nos municípios de Camalaú, Congo, Monteiro, Prata, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Sumé. Entre as principais atividades produtivas estavam a renda renascença (artesanato), agricultura familiar e a pesca e beneficiamento do peixe. (CUNHÃ COLETIVO

FEMINISTA, s/d). Verificou-se que as dificuldades dos grupos de mulheres giravam em torno da burocracia, falta de recursos e políticas públicas e o machismo instituído nas relações sociais cotidianas.



15. Algumas mulheres participantes do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano” (2012).
Arquivo da Cunha Coletivo Feminista.

Realizado com parcerias, o trabalho a partir de grupos produtivos se reuniu em torno da agroecologia, artesanato, pesca, renda renascença e vassouras ecológicas. Fazendo um balanço das dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais e falando do desenvolvimento de um feminismo rural brasileiro, Emma Siliprandi (2015) comenta que:

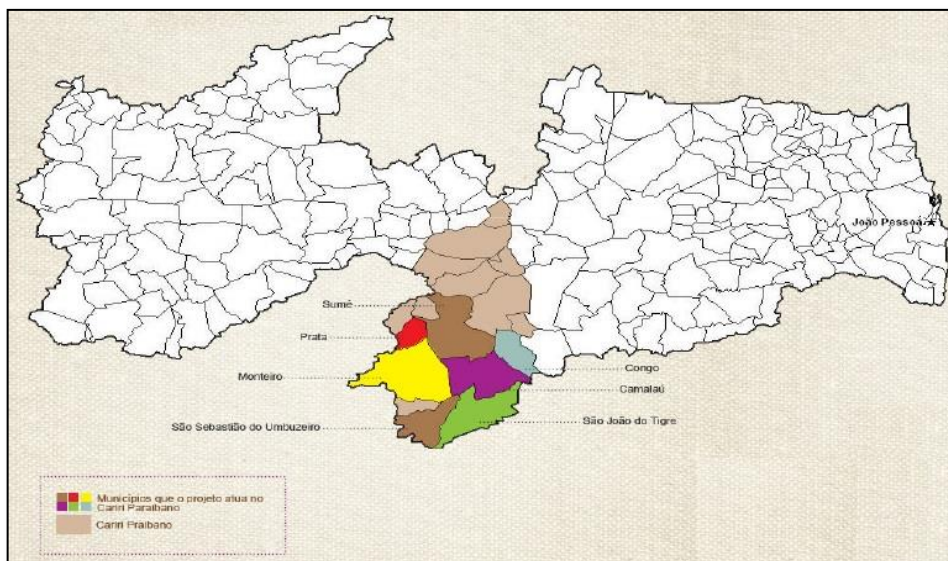
A organização de mulheres rurais tem se dado não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também em associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas no nível das propriedades; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, cooperativas, associações. Todos esses grupos vêm se somando aos distintos movimentos para pressionar os governos pela adequação das políticas públicas às propostas das mulheres, ao mesmo tempo em que reafirmam para o conjunto da sociedade a sua especificidade como mulheres, trabalhadoras rurais e produtoras agrícolas (SILIPRANDI, 2015, p. 134).

Nesse sentido, a organização de mulheres no cariri da Paraíba incluiu pautas de incidência política, levantamento de bandeiras do feminismo e a realização de atos em datas como o dia internacional da mulher, dia da agricultura familiar e outras. Além disso, “a partir de seus processos coletivos de organização nos grupos produtivos, as mulheres se

fortaleceram como sujeitos políticos em suas localidades e fora delas” (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2012b). Os grupos se multiplicaram, promovendo autonomia, participação e uma convivência harmônica com o semiárido. Sobre o trabalho com as cadeias produtivas, Soraia Jordão e Lúcia Lira comentam:

A gente sempre se preocupou muito em trabalhar com a realidade de cada mulher e de cada atividade produtiva. Por exemplo, o maior grupo que a gente acompanha é o grupo de mulheres rendeiras, da Renascença, porque a Renda Renascença lá no cariri é um patrimônio cultural, é uma arte que a gente fomentou muito a necessidade de organização delas, inclusive para que elas se estruturassem de uma forma que se tornassem visíveis e conseguissem o reconhecimento, é tanto que ano passado nós fomos com dez delas para a São Paulo Fashion Week. É a categoria produtiva que tem mais problemas, mais complexidade, é impressionante! Porque tem mulheres lá que recebem 50 reais por mês por seu trabalho então é gritante, urgente. E por ser muito difícil o entendimento dessa cadeia produtiva com muitos nós e gargalos, é muito difícil também se resolver, então é uma categoria que vem e que tem muitas questões em aberto e que seria importantíssimo dar continuidade a esse trabalho. As outras também mas é muito difícil. Horta, por exemplo, apesar da seca, apesar da pobreza que envolve as potencialidades daquela região, com hortas mesmo com a seca, as mulheres têm um rendimento maior do que o artesanato porque a Renda Renascença não é absolvida lá e os atravessadores se aproveitam disso. As mulheres ficam lá nos assentamentos, lá no cantinho delas, não sabem o valor e a gente trabalhou muito essa questão do valor, de agregar valor, de diversificar a produção delas porque historicamente elas faziam colchas (*ênfase*), coisas para grandes... para gente que... uma colcha de cama é 5 mil reais! Enquanto que a horta, a pesca tem um retorno mais imediato, um consumo que a região mesmo absolve, o fuxico absolve mais do que a Renda Renascença. E esse trabalho é mais ou menos isso, muita organização política, muitas mobilizações. (...) A gente aprendeu muito. Aprendemos muito, aprendemos até hoje (Soraia Jordão, entrevista concedida à autora em: 16 jun. 2016).

A gente desenvolvia um trabalho com cinco categorias produtivas, eram grupos de mulheres que trabalham com renda renascença, artesanato de forma mais geral porque mesmo a renda sendo artesanato ela é um produto muito específico, um grupo que produz vassoura a partir de garrafas PET, os grupos que trabalham com hortas dentro dessa proposta do orgânico e os grupos de pescadoras artesanais. Eram essas as categorias e trabalhávamos com processos de formação e formações específicas para cada grupo, da renda, de aprimorar o produto, de formação política, tinha formação com os grupos só de pesca, tinha formação para os grupos de horta e pesca, então a gente foi vendo o que era mais interessante nesse caminhar, quais os formatos, tinha a proposta que dava base aos projetos, mas também tinha essa abertura, essa flexibilidade para a gente ir aprimorando, tentando da melhor forma possível dar resposta à demanda que elas colocavam (Lúcia Lira, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).



16. Mapa de atuação do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano” (2012-2014).

Desse trabalho, a valorização das culturas locais, a geração de renda, o destaque para o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, a visibilidade no Brasil e fora dele. A renda renascença produzida por essas mulheres e elas próprias já estiveram presentes nas passarelas da São Paulo Fashion Week no ano de 2015 e brilhou na semana de moda de Londres, “parece que as mulheres rendeiras da Paraíba estão mesmo ensinando o mundo a fazer renda” (NOTÍCIAS DA PARAÍBA, 2012, p. 13).

Com foco na organização, qualificação e diversificação da produção, gestão e comercialização dos produtos, foram realizadas várias oficinas com mulheres rendeiras, pescadoras, agriculturas e outras intensificadas no projeto “Mulheres produzindo saberes e gerando renda”, iniciado em 2014 com apoio da Petrobrás. Ampliando o trabalho junto às marisqueiras da reserva extrativista de Acaú-Goiana em Pitimbu/PB, os objetivos do projeto foram:

- Capacitar mulheres jovens e adultas de grupos produtivos da região do semiárido e do litoral da Paraíba nas áreas de organização social, produção e comercialização;
- Promover a organização das mulheres jovens e adultas de grupos produtivos para participar de forma mais qualificada nas suas comunidades e em instâncias de participação política e controle social das regiões de semiárido e do litoral;
- Viabilizar ações de gênero e meio ambiente lideradas por 220 mulheres jovens e adultas de grupos produtivos da região do semiárido e do litoral da Paraíba.

(CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2014).

Intensificando o acompanhamento dos cerca de 24 grupos produtivos, a ação da Cunhã nesse novo projeto incluiu a experiência piloto de trabalho com marisqueiras, que

trouxeram demandas como a estruturação de uma sede e organização do modo de produção e comercialização do marisco. Tendo ido de 2014 a 2016, o projeto se somou ao “Semeando Cidadania no semiárido paraibano” financiado pela Oi Futuro e sistematizou um mapa interativo dos grupos de mulheres e também uma vitrine virtual disponibilizados no site da Cunhã, com dados sobre os grupos e informações de contato. Esse projeto permitiu à Cunhã alargar a equipe técnica e também fixar uma sede na cidade de Monteiro/PB:

A Petrobrás puxou muito esse trabalho, dando estrutura, equipamentos e pequenos projetos foram feitos também para ir somando, então ao mesmo tempo que fomentava o trabalho, a formação política, aprimorar os conhecimentos, conhecendo os direitos, fazendo incidência política elas mesmas, elas se auto-organizando para incidir politicamente no seu município, na sua região, participando de formações em controle social (Lúcia Lira, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).

Tais projetos responsáveis por capacitar o trabalho das mulheres sob a máxima “trabalho de mulher tem valor dentro e fora de casa”, colaboraram no fortalecimento de grupos produtivos de mulheres potencializando a autonomia econômica e maior participação dessas mulheres em organizações e em suas comunidades. “Autonomia para mim é ser livre”, disse Arlene Barros (depoimento coletado do vídeo Caminhos da Autonomia, 2014), presidente de uma das associações de rendeiras do município de São João do Tigre/PB. Dentre as muitas formações, as que passavam pela subjetividade e preparação para beneficiamento e qualidade dessas cadeias produtivas, em um incentivo à economia solidária.



17. Equipe técnica da Cunhã no lançamento do projeto “Mulheres produzindo renda e gerando saberes”, em 13 de maio de 2014.
Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Atuando, portanto, no fortalecimento da auto-organização política e produtiva de grupos de mulheres rurais, no enfrentamento à pobreza e às desigualdades de gênero, o projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano” foi sucedido em 2014 pelo “Mulheres produzindo renda e gerando saberes”, que alargou as atividades para o trabalho com marisqueiras da praia de Acaú, em Pitimbu/PB. A ação foi viabilizada visando articular a igualdade de gênero, a vida das mulheres, renda e meio ambiente. Dessa experiência piloto com marisqueiras, as demandas de estruturação da sede da associação e a organização e comercialização estratégica do marisco (CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2016). Concluído em 2016, o projeto teve apoio da Petrobrás. Sobre o trabalho com as marisqueiras de Acaú, Luciana Cândido elucida:

A gente teve que trabalhar muito numa perspectiva da educação popular, de trabalhar pelo saber delas, isso foi muito legal, a questão do coco, sempre trazíamos atividades culturais ligadas a coco, à ciranda, à roda. A gente trabalhou a questão da importância de deixar o marisco pequeninho, para deixar ele gordo depois naquela história do desenvolvimento sustentável, meio ambiente, umas tinham consciência, outras não e elas chegaram a um consenso de compreender que era importante organizar, compreenderam que tem que ter uma época de descanso do marisco, para poder produzir mais, compreenderam que alguns lugares a forma de tirar o marisco tem que ser de um jeito só, compreenderam a importância da alegria na vida delas e na cultura, elas valorizaram isso, a questão da chita, da roda, da dança e também essa força e solidariedade entre elas que elas diziam no início que era muito desunidas (...). Algumas delas tinham a clareza da pesca artesanal, da discriminação com as mulheres pescadoras, então esses são resultados muito significativos para além da proposta do projeto (Luciana Cândido, entrevista concedida à autora em: 17 nov. 2016).

Fazendo uma paródia da canção “Mulher rendeira”, a cantora Vera Lima musicou o que foi a experiência do cariri a partir de versos:

*Olê mulé de lá, olê mulé daqui
Viemos celebrar a mulher do Cariri (Refrão)*

*A mulher do Cariri sabe se valorizar
Conhecendo seus direitos, nunca deixa de lutar
Organiza as mulheres, melhorando a produção
Mulher organizada não precisa de patrão
A mulher do Cariri é luta e poesia
Ela tece sua história construindo autonomia
Organizam-se rendeiras, agricultoras também
Construindo no presente o futuro que ainda vem*

*A mulher do Cariri trabalha com alegria
O fruto do seu trabalho fortalece a economia
São artistas, são rendeiras, de mãos ágeis e talentosas
Mantendo a tradição e criando coisas novas*

A mulher agricultora que cuida bem desse chão

*Seca o milho, faz a horta, planta o arroz e o feijão
A mulher cuida da terra
Alimenta a Nação*

*A mulher do cariri é pescadora também
Faz da arte seu trabalho
É cheia de inspiração
A renda dessas mulheres ganha até premiação*

(LIMA, 2014)

Tal canção evidencia a diversidade do trabalho com mulheres na região do cariri paraibano. Mulheres de fibra que entoaram tais versos na mobilização do 8 de março de 2014, realizado na cidade de Monteiro/PB. Acompanhando grupos produtivos, a Cunhã seguiu então espalhando gênero, saúde e empoderamento que depois se consolidou de forma mais sistemática e obteve repercussão internacional. As mulheres do cariri vestiram-se de autonomia, chegando a desfilar nas passarelas da São Paulo Fashion Week, em 2015. Em 2014, foram premiadas como uma das 30 ações que geraram impactos para a maior igualdade nas relações de poder e de gêneros, do prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM/Brasil). Desenvolveram estratégias de convívio com o semiárido, gerando renda, diversidade alimentar e valorização da cultura. Do Brejo ao Litoral, do Litoral ao Cariri, a história da Cunhã se faz a partir dessa relação e da coragem de ressaltar aquilo que disse Fátima Mota (depoimento coletado em CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA, 2016), pescadora de Camalaú/PB: “a força da mulher, a experiência que ela tem de pensar e criar”.

4.3. Entre muitos feminismos

Como nos falam Miguel e Biroli (2014), a confrontação da desigualdade de gênero implica necessariamente a confrontação de outras desigualdades como as de raça e classe. Após muitos conflitos, essa constatação e a reinvenção dos feminismos sob o viés da interseccionalidade. Feminismos com raízes em muitas correntes e realidades distintas. Hoje temos o *ciberfeminismo*, o feminismo camponês, o feminismo lésbico, o feminismo negro e uma recente aproximação com o transfeminismo e a teoria *queer* que coloca novas influências e desafios. Teoria política, modo de vida e movimento social, o feminismo “no seu método de transformação social alia a busca da utopia a uma ação voltada para o presente” (ÁVILA, 2001, p. 51), em um exercício constante de luta pela cidadania.

Compromissada com tal fazer, a Cunhã Coletivo Feminista realizou trabalhos de enfrentamento à violência contra as mulheres através da realização de pesquisas, campanhas e incidência política. Por meio da pesquisa “Uma análise sobre a resolutividade

dos serviços de atenção às mulheres em situação de violência de cinco municípios do estado da Paraíba”, realizada em parceria com a UFPB, visou-se mapear a efetividade dos serviços de atenção, colaborando com a melhoria dos serviços pesquisados. Dentro do mesmo viés de atuação, em 2010 foi lançada a campanha “Violência contra a mulher: Estamos do seu lado” e em 2015, “Violência contra a mulher é da nossa conta”. Essas campanhas visaram conscientizar sobre a Lei Maria da Penha (11.340/06), como e onde buscar ajuda em um incentivo à denúncia. Além disso, a Cunhã se alia todos os anos às mobilizações públicas do dia 25 de novembro, dia alusivo à luta contra a violência contra as mulheres.

Em parceria com o Ministério Público do Trabalho, em 2014 foi lançada a campanha “O preconceito esconde o potencial”, que contou com *folders*, *spots* de rádio, *outdoor* e divulgação nas redes sociais. A campanha elucidou a discriminação e preconceito contra as mulheres nas diferentes instâncias da sociedade: no trabalho, na família, na rua. Entre 2012 e 2013, foi desenvolvido o projeto “Mais conhecimento e mais saúde para as trabalhadoras domésticas”, que objetivou ampliar os conhecimentos das trabalhadoras domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa/PB sobre sexualidade, direitos reprodutivos e o aumento do acesso aos serviços públicos de saúde.



18. Luta pelo fim da violência contra as mulheres. Ato realizado em João Pessoa/PB, no dia 25 de novembro de 2014. Na foto, identificamos Cristina Lima e Anadilza Paiva.
Facebook da Cunhã Coletivo Feminista.

Igualdade, horizontalidade e autonomia são princípios norteadores das organizações feministas que se estruturam a partir das dimensões técnica, financeira e política. A dimensão técnica refere-se às metodologias de trabalho, qualificação de aprendizado e seu

desenvolvimento institucional. A dimensão financeira significa ter recursos financeiros necessários para continuar desenvolvimento a missão-chefe da instituição. A dimensão política refere-se à inserção da ONG em espaços públicos que aumentem a capacidade da sociedade civil exercer um controle social sobre políticas públicas e as ações do Estado. Esses princípios garantem a sustentabilidade das ONGs. Foi pensando nas ações de gestão que a Cunhã articulou-se à ABONG, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Sobre isso, fala Cristina Lima:

A gente bebeu muito da ABONG, da discussão de sustentabilidade, de comunicação e ela trouxe muito essas discussões de organização para além do feminismo, para além do movimento que tem essa construção. Mas a ABONG também tinha essa organização em torno de ONGs que faziam a discussão de direitos humanos, organizações que estão como organizações mas que têm uma identidade muito vinculada aos movimentos sociais porque na década de 1990-2000 a gente tem muito o surgimento de organizações com outro perfil, de braço do Estado, de terceirização de execução de políticas públicas e a Cunhã sempre se colocou num outro papel, o de entender qual o papel do Estado, qual o papel da sociedade civil, daí o campo da ABONG ser constituído por organizações que têm um papel mais crítico com relação ao seu papel em relação ao papel do Estado (...). A Cunhã sempre foi uma organização desse campo que sempre procurou se manter autônoma em relação a projetos políticos partidários, tanto é que a Cunhã não tem uma identificação com partidos, tem toda uma linha que tenta se preservar em relação à inserção (Cristina Lima, entrevista concedida à autora em: 16 set. 2016).

Um ponto importante desenvolvido pelas instituições feministas nos últimos anos é a produção de conhecimento. Ferramenta fundamental do desenvolvimento organizacional feminista (Gouveia, 2001), possibilita um diálogo externo ao mesmo tempo que permite a sistematização dos processos desenvolvidos nas instituições. A Cunhã realiza a publicação de diagnósticos, pesquisas e sistematizações que se reinventam na era das redes e a partir de diferentes suportes.

Nesse ínterim, Estela Bezerra, Gilberta Soares e Malu Oliveira já haviam deixado de integrar a equipe técnica da instituição para ocupar cargos nas gestões municipal e estadual e dar prosseguimento aos estudos a nível de doutoramento, respectivamente. A Cunhã seguia então a partir de novos arranjos institucionais, novas parcerias e projetos.

Em 2014, Joana D'Arc Silva que fazia parte do corpo diretivo da Cunhã e já havia colaborado na organização do encontro feminista de 2000, se integra à equipe técnica da organização. Educadora popular, fazia parte da Escola de Formação Palmares em Recife, da Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba e da Rede de Educadores Populares do Nordeste. Diz:

Venho para a Cunha para trabalhar e o convite é feito porque tinha um projeto “Mais poder para as mulheres, mais mulheres na política”, que na época Malu saindo não tinha ninguém disponível para assumir e era um trabalho bem inovador que a gente fazia em parceria com sete organizações feministas do Brasil, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a ONU Mulher, então era um projeto bem arrojado de três anos com toda uma plataforma de ação ligada à AMB e ao Movimento de Mulheres Negras e um dos eixos de trabalho que eu me afinava mais tinha a ver com a participação política mas também à questão das políticas públicas e do mundo do trabalho. O projeto tinha eixos bem fortes com relação a isso. Nos últimos anos as ações têm mais a ver com a Universidade Livre, que era uma ação de fazer formação e estruturar um campo de formação com as mulheres de forma online e a questão da participação e da Reforma Política que era um dos debates fortes nessa época. Esse projeto possibilita não só que a gente siga pensando o processo de democracia no Brasil mas siga pensando todo um processo de como a gente precisa fazer a Reforma Política para que as mulheres possam participar da política de forma paritária, é um projeto que vem com temas bem definidos e com a proposta de avançar na estrutura política para além do debate da década anterior que via a participação das mulheres a partir das cotas, esse projeto vem definitivamente para dizer “Não, as cotas são uma fase, a gente não quer cotas, queremos igualdade e um caminho para a igualdade é a paridade. Com a paridade, chegaremos mais fácil na igualdade”. Por isso uma bandeira é essa a paridade. Eu venho para gerenciar um pouco esse projeto, junto com uma equipe e outras sete organizações: SOS, CFÊMEA, Leila Diniz do Rio Grande do Norte, Patrícia Galvão... (...). Eu me desligo da direção quando eu assumo o cargo porque no regimento da Cunha diz que quem é da direção é voluntário e não pode receber por isso então peço desligamento para assumir o cargo técnico (Joana D’Arc da Silva, entrevista concedida à autora em: 18 nov. 2016).

Financiado pelo Fundo para Igualdade de Gênero da ONU Mulheres, o projeto “Mais direitos e Mais poder para as mulheres brasileiras” teve por objetivo contribuir para estabelecer novas condições culturais e normativas e políticas públicas na promoção de direitos e que alterem a desigualdade das mulheres e sua participação política e no mundo do trabalho. Uma parceria das organizações SOS Corpo, Cunha, CFÊMEA, REDEH, Coletivo Leila Diniz, Geledés e Instituto Patrícia Galvão com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo federal, AMB, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas e Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, desenvolveu-se entre 2011 e 2014 e contou com várias frentes de ação e o positivo trabalho com gestão compartilhada.

Como menciona Silva (2014), a legislação que rege o sistema político, a cultura política e as condições de vida da maioria das mulheres brasileiras são fatores que interditam sua participação na esfera pública. Também segundo a autora, no Poder Legislativo do Brasil, as mulheres ocupam menos de 10% das cadeiras; nas câmaras de vereadores, essa porcentagem não ultrapassa os 12%. Mesmo contando com a Lei de Cotas, não há garantia de participação visto que são cotas para candidaturas que não chegam a representar uma ocupação real desses cargos. Por constatar esse e outros instrumentos falhos da democracia, o projeto também atuou no âmbito da Plataforma dos

Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. A Cunhã desenvolveu formações e apoiou o processo de votação do plebiscito ocorrido em 2014.



19. Curso de formação do plebiscito popular (2014). Na foto, Joana D'Arc da Silva. Facebook da Cunhã Coletivo Feminista.

Tendo integrado a coordenação nacional da AMB no ano de 2009, em 2014 a Cunhã e a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba retomam a participação no âmbito da gestão da organização na pessoa de Joana D'Arc, que comenta:

Essa relação com a Rede hoje me leva a estar nos espaços não só da Paraíba, mas também espaços nacionais. Em 2014 a gente teve mais uma recomposição da coordenação da AMB e nessa recomposição a Paraíba definiu que ia disponibilizar um nome para a coordenação da AMB. A gente saiu daqui com o nome de Hildevânia, mas no momento da Assembleia que as coisas começaram a se definir ou a se desconstruir, no momento começou a aparecer algumas coisas, Hildevânia se deu conta que não daria conta e que o melhor seria alguém mais ligada a uma organização e não alguém autônoma como ela tava porque ela estava na condição que eu sempre tive de feminista autônoma. Naquele momento fizemos uma discussão política, conversamos com a Cunhã para ver que nome a gente disponibilizaria e entre nós da Cunhã colocou-se o meu nome, então a Cunhã assume, disponibilizando meu nome e o espaço institucional e a Rede também. E a Paraíba assume com meu nome para assumir essa gestão atual da AMB que naquela assembleia redefine sua estrutura, deixa de ter a estrutura anterior, passa por uma nova reformatação dadas as condições que tinha naquele momento, deixa de ser uma coordenação que na época tinha um conselho político e deixa de ter o conselho para ser a coordenação com plenária e sem secretaria, então muda totalmente a estrutura e é nessa nova estrutura de construção ou transição, que eu acho que a gente está em transição ainda, que eu venho compor junto com outras companheiras, cinco provisórias e duas fixas, a gente passa a compor a gestão da AMB até 2017. Com muitos desafios porque é um momento onde a gente percebe que boa parte das organizações que davam sustentação à AMB, as ONGs estão em um momento de crise, de profunda

dificuldade de sobrevivência e a gente percebe que tem menos recurso para fazer as ações e tem mais demanda, mais responsabilidade, tem menos pessoas disponíveis então matematicamente os desafios são enormes e as condições são menores. A própria Cunhã é um dos momentos mais difíceis de sustentabilidade financeira onde a gente tem que disponibilizar para uma coordenação nacional uma pessoa para ficar mais disponível para sua vida organizacional então tem que fazer equações que nem sempre são a princípio favoráveis ou de fácil entendimento para estruturação e favorecimento da organização, mas politicamente permite que a Cunhã seja reconhecida e seja apresentada nacionalmente, a oportunidade de participar da AMB também faz com que a gente se qualifique nos debates, nas informações, que a Cunhã também seja vista como uma organização que seja vista, que dá condições para a estruturação do movimento feminista nacional na perspectiva anticapitalista, do antiracismo e antipatriarcado que é o viés da AMB e localmente também até porque além da estrutura que a AMB tem, a gente compõe algumas frentes de luta (...). E uma das coisas que a gente tem contribuído não só a nível nacional mas também a nível local é esse debate da democratização do poder, a gente entende que não vamos ter democracia sem igualdade (Joana D'Arc da Silva, entrevista concedida à autora em: 18 nov. 2016).

Tomando o racismo, o patriarcado e o capitalismo como estruturas de opressão, a AMB tem a educação popular de base freiriana como um eixo metodológico norteador na defesa das políticas públicas para mulheres, no enfrentamento da violência contra as mulheres e na articulação pela legalização do aborto. Visão que ampliou o campo de atuação e diálogos da Cunhã e possibilitou o crescimento da organização e de suas integrantes. Assim comentam Cristina Lima e Anadilza Paiva:

Quando eu chego na Cunhã o campo de atuação era muito mais a saúde da mulher, isso em 2003, e hoje a gente está mais incorporada à AMB que abarca muito mais uma pluralidade, trabalha a perspectiva dos direitos de uma forma bem mais ampla, tem toda a questão do enfrentamento à violência, da luta contra o capitalismo, na defesa de um outro modelo de desenvolvimento, questiona o racismo, então tem todo um enfrentamento mais... Então a gente diz que a AMB é uma articulação antirracista, antimachista e anticapitalista. Esses “anti” eles dão conta de uma diversidade de ações muito mais ampla do que a Rede Feminista, então acho que em termos de incidência política a Cunhã cresceu muito nesse período, saiu de um campo bem específico que era a saúde da mulher que a gente estava atuando nacionalmente e hoje em dia está bem AMB, hoje em dia a Cunhã está de uma forma muito mais orgânica do que em 2003, por exemplo (...). Hoje em dia eu acho que a Cunhã está muito mais integrada nessa luta por direitos, contra desigualdades, mais próxima dos movimentos sociais (...) Hoje eu vejo uma luta mais integrada, toda a instituição veste a camisa da AMB. Teve uma época que algumas pessoas que estavam na Rede Feminista, outras na AMB. E a Rede Feminista ela deu uma retraída nesse tempo. A Rede hoje é uma sombra do que era no início dos anos 2000, na década de 90. Porque também é uma luta bem específica, você vai pensar a saúde da mulher de uma forma isolada? Você não vai pensar a saúde da mulher integrada a uma discussão de moradia, de acesso a bens culturais? Então se não tiver cuidado, você acaba encaixotando as coisas e a AMB hoje tem uma transversalidade que tem mais a ver com a Cunhã hoje do que a própria Rede (Cristina Lima, entrevista concedida à autora em: 16 set. 2016).

Quando você vai ocupar esses outros espaços de articulação feminista, a visão amplia, o empoderamento da fala, a apropriação da temática, a ampliação da visão da temática, a ampliação de parceiras suas de você representando a instituição. A instituição já tem as parceiras, mas você que vai estar lá, vendo fisicamente e na relação com essas parcerias e esse fazer. O outro *boom* é esse, é você fazendo aquilo, você tem que estar se reciclando, se revendo, estudando para poder estar naquele lugar (Anadilza Paiva, entrevista concedida à autora em: 14 set. 2016).

O ano de 2015 foi marcado por manifestações públicas dos que pediam ou não o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o afastamento do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Com um histórico de corrupção e manutenção de contas no exterior, o deputado elaborou projetos de lei como o 5069 que corporifica a prática do aborto como crime no Brasil. Mulheres de todo país saíram às ruas contra Cunha e contra o *impeachment*, proposta então emergente. Na Paraíba, foram realizados vários atos, com participação efetiva do movimento feminista, dos coletivos e articulações.



20. Ato Fora Cunha realizado em João Pessoa/PB no dia em 16 de dezembro de 2015. Na foto, identificamos Anadilza Paiva, Sandra Marrocos, Lúcia Lira, Marli Soares e Vera Fernandes. Facebook da Cunha Coletivo Feminista.

Pela democracia, contra Cunha e o *impeachment*, as mulheres saíram às ruas contra o golpe, acima de tudo misógino. Essa luta, contudo, não para e reúne forças de movimentos sociais, sindicais e estudantis. A Cunha mantém-se nesse lugar de protagonismo, lutando por sua sobrevivência em um cenário retrógrado. É uma instituição reconhecida em âmbito nacional pelo lugar que ocupa dentro das articulações movimentistas e por sua trajetória. Na Paraíba, foi e é uma das principais organizações feministas do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Processo que se iniciou em 2014, ainda na graduação, essa pesquisa possibilitou uma gama de encontros potentes, uma ampliação de minha militância no movimento feminista e agroecológico. Foram muitos os caminhos percorridos, idas à Cunhã, à Biblioteca do Espaço Cultural, à UFPB, um demorado recolhimento para o processo de escrita. Muitas discussões, construções, desconstruções. Por vezes pudei alguns caminhos, deixei outros para lá, encontrei autor@s que causaram verdadeiros rebuliços teóricos e metodológicos em meu saber-fazer. Convivi e construí essa renda com mulheres que muito me ensinam e inspiram.

Com 27 anos de história, a Cunhã Coletivo Feminista nasceu como reverberação de discussões e atuações anteriores de suas integrantes e de um histórico de lutas de mulheres no estado da Paraíba. Primeira ONG feminista a contar com financiamento, estruturou campanhas e formações no litoral, agreste e cariri. Foi peça chave no fortalecimento e visibilidade do feminismo que floresceu com o Grupo Maria Mulher, Grupo de Mulheres de Campina Grande, Grupo Raízes e que teve ligação direta com o SOS Corpo de Recife e com as influências trazidas por professoras militantes de esquerda, algumas ex-exiladas ou ex-presas políticas. Feminismo que se fundiu à luta contra o latifúndio e que até hoje publiciza as especificidades das mulheres rurais, das mulheres negras, das mulheres lésbicas, das mulheres em sua diversidade.

Tendo sediado importantes organizações movimentalistas nacionais como a AMB e Rede Feminista de Saúde, a Cunhã firmou uma atuação no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, da educação popular feminista e da incidência política. Tendo assessorado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, construído o XIII Encontro Nacional Feminista, promovido a Campanha Ninguém Engravida Sozinho e influenciado a construção da Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba e grupos importantes como a Bamidelê, adquiriu maturidade e respeito frente ao cenário nacional e local. Qualificada a partir da formação constante de suas integrantes, realização de pesquisas e diagnósticos, projetou-se nos anos 2000 quando continuou um trabalho com educador@s populares e adolescentes, tornou-se ponto focal da campanha 28 de setembro e iniciou seus trabalhos no cariri paraibano, inicialmente como referencial de gênero do Projeto Dom Helder Câmara, conforme vimos.

Consolidou o trabalho com mulheres do cariri ocidental e litoral sul da Paraíba, quando acompanhou grupos produtivos da renda renascença, extração do marisco, vassouras ecológicas, hortas comunitárias, agroecologia, pesca e beneficiamento do peixe, quando também promoveu formações com temáticas de gênero e mobilizações. Tendo

trabalhado em rede com mais sete organizações feministas do Brasil, recentemente tem lugar na coordenação nacional da AMB, mas muitos são os desafios.

Em um cenário de retirada de direitos, as organizações veem passando por um momento de baixa, tendo sua sustentabilidade fragilizada. Nesse contexto de crise, a Cunha tenta se reestruturar. Estando realizando consultoria institucional, busca ventos definidores para a renovação de um ciclo que ora está sendo registrado. Ciclo de 25 anos, duas décadas e meia de protagonismo e contribuição à sociedade paraibana na busca por relações mais iguais entre homens e mulheres e na luta por direitos. Falando das condições atuais da instituição, comentou Joana D’Arc:

Estamos em um momento de repensar a institucionalidade, de se reencontrar. É um momento de refundação de laços, de perspectivas, de formas de atuação. Hoje somos uma instituição com uma história e contribuição profunda, mas por outro lado, mesmo tendo isso ela precisa encontrar os motivos e as formas de ser e de se fazer existir frente aos desafios atuais e não está dado que a gente vai acertar o caminho porque a história vai nos reconhecer, mas não vai nos levar, porque o momento vai exigir da gente isso (Joana D’Arc da Silva, entrevista concedida à autora em: 18 nov. 2016).

É esse um momento desafiador para a continuidade de muitas organizações e de direitos conquistados. Direitos humanos, trabalhistas e conquistas estão ruindo, mas não estão sendo poucas as resistências d@s que nadam contra a maré. Como disse Anadilza Paiva (entrevista concedida à autora em: 14 set. 2016): “Acho que estamos em um momento de novas leituras para novas estratégias e avanço na luta”.

Período de balanços e reavaliações. É fato que a ONG tem cumprido seu papel na busca por igualdade e justiça social. Mas agora diante de tantos monstros e vampiros do conservadorismo, o que esperar? Que diálogos e conexões travar? Que estratégias tecer? Com profundo otimismo, esperamos por dias melhores em todos os âmbitos. Que seja esse um momento de renascimento e reinvenção, de fechamento de um ciclo e abertura de outro, ainda mais vital. Sob inspiração dos escritos de Dilthey e Aron, mencionou o historiador José Carlos Reis: “A evolução de uma individualidade histórica é uma continuidade feita de descontinuidades (...). A partir do conhecimento da estrutura não se pode antecipar o vivido, que é sempre inovador” (REIS, 2004, p. 38). Nesse sentido, o futuro – essa dimensão da qual nada sabemos – será o palco de nossas esperanças por dias melhores, alvo final de nossas prospecções.

FONTES

Textos

ALMEIDA [JORDÃO], Soraia. Um olhar feminista sobre a prevenção do Câncer de Mama. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 7, 2009.

BARBOSA, Luciana Cândido. O encontro da Cunhã com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. In: Gilberta Santos Soares. [et al] (Orgs.). **Mulher, moradia e saúde**: reflexões feministas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

BEZERRA, Elaine; SOUSA, Mauricéia. Saúde da Mulher Rural: aspectos de uma experiência. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 7, 2009.

BORGES, Socorro; RABAY, Glória. Morte materna na Paraíba. In: Lúcia Lira (org.). **Mortalidade Materna**: direitos violados, vidas roubadas. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. **Sobre a Cunhã**. Disponível em: <<http://www.cunhanfeminista.org.br/cunha/#sobre>>. Acesso em 02 out. 2015.

LIMA, Cristina. Uma pauta para a mídia? **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 6, 2008.

LIRA, Lúcia. Participação política e controle social: trilhas percorridas. In: _____. (org.). **Mortalidade Materna**: direitos violados, vidas roubadas. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.

_____.; BORGES, Socorro. Rompendo silêncios: uma prática feminista. In: Lúcia Lira. (Org.). **Mortalidade Materna**: direitos violados, vidas roubadas. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.

PORTO, Rozeli; TEIXEIRA, Analba Brazão. Lourdes Bandeira. In: **Depoimentos**: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Miriam Pillar Grossi [et al.]. (orgs.). Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

POTENGY, Gisélia Franco. Modernização e cotidiano: memórias campinenses. **Vivência**, CCHLA/UFRN, Natal, n. 32, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/32/PDF%20para%20INTERNET_32/A_PAGINAS%20INICIAIS%20V32.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

RABAY, Glória de Lourdes Freire [et al.]. **Mulher, pobreza e teimosia**: as mulheres nos assentamentos da Reforma Agrária no semiárido do Cariri paraibano – diagnóstico socioeconômico. João Pessoa: Cunhã/ 8 de Março/ PDHC/MDA, 2004.

_____. OLIVEIRA, Maria Lúcia L. de. Aborto: uma realidade presente – contracepção e abortamento na vida das mulheres trabalhadoras rurais do Cariri paraibano. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 7, 2009.

SOARES [OLIVEIRA], Eleonora Menicucci [de]. O movimento feminista: o reinventar da educação. 1983. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SOARES, Gilberta Santos. Um breve olhar sobre os Programas de Atenção à Violência Sexual: a experiência da Paraíba. **Jornal da Rede Saúde**. n. 22, novembro de 2000.

_____. [et al.]. **Dossiê sobre a realidade do aborto inseguro na Paraíba**: o impacto da ilegalidade do abortamento na saúde das mulheres e nos serviços de saúde de João Pessoa e Campina Grande. Recife: Curumim, 2010.

_____. [et al.]. **Mulher, moradia e saúde**: reflexões feministas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

SOUZA, Estelizabeth Bezerra de. [et. al]. **Grupos de Mulheres da Paraíba**: Retalhos de uma história. João Pessoa: Textoarte Editora, 2001.

Fotos

I Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (1986)
 II Encontro Feminista do Nordeste realizado na UFPB (1981)
 Sócio fundadoras da Cunhã e colegas ativistas no XI Encontro Nacional Feminista (1991)
 Seminário sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos (1992)
 Cinco anos da Cunhã (1995)
 Oficina com educadores populares (1998)
 Grupo de educador@s populares em oficina sobre protagonismo juvenil (2002)
 Grupo da Casa da Menina de Bayeux em mobilização promovida pelo Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/PB (2002)
 Feira de Saúde no bairro Jardim Veneza, em João Pessoa/PB (1998)
 Movimento Feminista da Paraíba no dia da luta pela legalização do aborto (1996)
 Mobilização pró-investigação do caso Elizabeth (2004)
 Feministas históricas na abertura do XIII Encontro Nacional Feminista (2000)
 I Encontro Paraibano de Mulheres (2001)
 Oficina com mulheres da Associação de Resistência das Rendeiras (ARCA) na comunidade Cacimbinha, em São João do Tigre/PB (2009)
 Algumas mulheres participantes do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano” (2012)
 Mapa de atuação do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no Cariri paraibano” (2012-2014)
 Equipe técnica da Cunhã no lançamento do projeto “Mulheres produzindo renda e gerando saberes” (2015)
 Luta pelo fim da violência contra as mulheres (2014)
 Curso de formação do plebiscito popular (2014)
 Ato Fora Cunha realizado em João Pessoa/PB (2015)

Entrevistas

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **Ana Cristina Barboza de Lima**. Entrevista concedida à autora em: 16 de setembro de 2016 (1 h e 27 min).
 _____. **Anadilza Maria Paiva Ferreira**. Entrevista concedida à autora em: 14 de setembro de 2015 (1 h e 37 min).
 _____. **Angela Maria Silva Arruda**. Entrevista concedida à autora em: 15 e 22 de maio de 2015 (4h e 22min).
 _____. **Cândida Moreira Magalhães**. Entrevista concedida à autora em: 31 de março de 2015 (4h e 10min).
 _____. **Estelizabeth Bezerra de Souza**. Entrevista concedida à autora em: 17 de outubro e 08 de dezembro de 2015 (1h e 59min).
 _____. **Gilberta Santos Soares**. Entrevista concedida à autora em: 23 de novembro e 22 de dezembro de 2015 (2h e 35min).
 _____. **Joana D’Arc da Silva**. Entrevista concedida à autora em: 18 de novembro de 2016 (1h e 13min).
 _____. **Luciana Cândido Barbosa**. Entrevista concedida à autora em: 17 de novembro de 2016. (1 h e 03 min).
 _____. **Maria Lúcia Lira de Sousa**. Entrevista concedida à autora em: 17 de novembro de 2016. (1 h e 24 min).
 _____. **Maria Lúcia Lopes de Oliveira**. Entrevista concedida à autora em: 08 de setembro de 2016 (1 h e 30 min).
 _____. **Soraia Jordão Almeida**. Entrevista concedida à autora em: 15 de agosto de 2014 (43min).
 _____. **Soraia Jordão Almeida**. Entrevista concedida à autora em: 22 de maio de 2015 (1h e 43min).
 _____. **Soraia Jordão Almeida**. Entrevista concedida à autora em: 16 de junho de 2016 (34min).

_____. **Vilma Maria Martins Vaz.** Entrevista concedida à autora em: 29 de agosto de 2014 (1h e 03min).

Documentos

Ata de fundação da Cunhã Coletivo Feminista, 1990.
 Cunhã Coletivo Feminista: um projeto de capacitação e desenvolvimento institucional, 1996.
 Projeto Cunhã Coletivo Feminista: comemoração de cinco anos de trabalho, 1995.
 Projeto de Implantação da Área de Metodologia da Cunhã Coletivo Feminista, 1991a.
 Projeto de Metodologia da Cunhã Coletivo Feminista, 1991b.
 Projeto Encontro Estadual de Mulheres: duas décadas, uma história, 1994.
 Projeto Núcleo de Metodologia, 1991c.
 Relatório do Grupo Maria Mulher, [1982].
 Relatório do Encontro de Mulheres Trabalhadoras, 1986.
 Resultado de Atividades: Protagonismo Juvenil – saúde, gênero e cidadania, 2002a.
 Resultado de Atividades: Protagonismo Juvenil – saúde, gênero e cidadania, 2002b.

Folders

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Autonomia:** mulheres do cariri. 02 p. *Folder* elaborado para divulgar informações iniciais sobre o projeto Mulheres Rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano. 2012a.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Autonomia:** mulheres do cariri – Trabalho de mulher tem valor dentro e fora de casa. 02 p. *Folder* elaborado para divulgar informações sobre o projeto Mulheres Rurais: autonomia e empoderamento no cariri paraibano. 2012b.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Mulheres produzindo saberes e gerando renda.** 02 p. *Folder* elaborado para divulgar informações sobre o projeto. 2014.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Saiba seus direitos.** 06 p. *Folder* elaborado para conscientização sobre o tema da morte materna. s/d.

JORNADAS BRASILEIRAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL E SEGURO. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Aborto:** as mulheres decidem, a sociedade respeita, o Estado garante. 02 p. *Folder* elaborado para a campanha 28 de setembro – dia pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe. s/d a.

JORNADAS BRASILEIRAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL E SEGURO. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Direito ao aborto.** 04 p. *Folder* elaborado para sensibilização pelas Jornadas pelo Direito ao aborto legal e seguro. s/d b.

REDE DE MULHERES EM ARTICULAÇÃO DA PARAÍBA. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba.** 03 p. *Folder* elaborado para divulgar informações sobre a rede. s/d.

Vídeos

CAMINHOS DA AUTONOMIA (Vídeo-sistematização do projeto “Mulheres rurais: autonomia e empoderamento no Cariri paraibano”). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jmfHU67ojWk>>. Acesso em: 30 set. 2015.

8 DE MARÇO / MULHER DO CARIRI – Vera Lima (Vídeo da mobilização do dia 08 de março de 2014, realizada em Monteiro/PB). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6RDac5mFUcY>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

Outros

ARAÚJO, Maria Sueldes. **Cunhã**: 17 anos de vida e feminismo na Paraíba. João Pessoa: Cunhã, 2007.

CUNHÃ; 8 DE MARÇO. Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista. **Organização de Mulheres**: colhendo produção no Cariri paraibano. 10 p. Cartilha elaborada para divulgação do projeto Semeando gênero no semiárido paraibano. 2010.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. **Apresentação do diagnóstico - INSA**: Mulheres, trabalho e autonomia econômica no Cariri paraibano. s/d. 38 slides. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/semiaridoemfoco/?wpfb_dl=12>. Acesso em: 07 abr. 2016.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. **Mulheres, autonomia e trabalho**: uma experiência do cariri ao litoral da Paraíba. 55 p. Cartilha elaborada para sistematização das atividades do projeto Mulheres produzindo saberes e gerando renda. 2016.

Feminina. Intérprete: Joyce. In: **Joyce**, 1980, Odeon LP/CD.

Poema **Sexualidade**, de autoria de Maria da Soledade Leite. s/d.

MADE IN PARAÍBA SIM, SENHOR! Trabalho das rendeiras do cariri atrai celebridades e passarelas do mundo. **Notícias da Paraíba**, ano 1, v. 5, nov. 2012.

Instituições de Pesquisa

Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista
Biblioteca Central da UFPB
Núcleo de Documentação Histórica Regional (NDHIR/UFPB)

Web

- > <http://www.cunhanfeminista.org.br/>
- > <https://www.facebook.com/cunhanfeminista/>
- > <https://www.youtube.com/user/cunhanfeminista>

REFERÊNCIAS

ABREU, Máira Luísa Gonçalves de. Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. 2010. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. **Boletim tempo presente**, v. 19, p. 01, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/o_tecelao_dos_tempos.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2012.

ALMEIDA, Marli. Feminismo e agroecologia: princípios para uma prática de assessoria técnica e social contemporânea. **Cadernos Feministas de Economia e Política**: Assessoria técnica com mulheres – uma abordagem feminista e agroecológica. Recife, n. 4, 2008.

_____; NOBRE, Ana Cristina; SOUZA; Edvânia. Unidades agroecológicas de mulheres: empoderamento a partir da gestão. **Cadernos Feministas de Economia e Política**: Assessoria técnica com mulheres – uma abordagem feminista e agroecológica. Recife, n. 4, 2008.

ARAÚJO, Maria Sueldes. **Cunhã**: 17 anos de vida e feminismo na Paraíba. Cunha: João Pessoa, 2007.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: _____ [et al]. **Textos e Imagens do Feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

BARBOSA, Luciana Cândido. O encontro da Cunha com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. In: Gilberta Santos Soares [et al] (orgs.). **Mulher, moradia e saúde**: reflexões feministas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

BEAUVOUR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. (vol. único). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES, Socorro; RABAY, Glória. Morte materna na Paraíba. In: Lúcia Lira (org.). **Mortalidade Materna**: direitos violados, vidas roubadas. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. Tradução de Roberta Barbosa. **Labrys** - Revista de Estudos Feministas, Brasília/Montreal/Paris, n. 1-2, 2002. Disponível em: <http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Diferenca_Diversidade_e_Subjetividade_Noma_de.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

CAMURÇA, Sílvia. 'Nós mulheres' e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**, Número 0, Ano I, Recife: SOS CORPO, 2007.

_____; SILVA, Carmen. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 – artes de fazer. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CISNE, Mirla. Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil. **Revista CULT**, Editora Bregantini, ano 19, n. 210, de março de 2016.

_____; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/18/15>. Acesso em: 09 mar. 2017.

COSTA, Ana Alice Costa. Feminismo e Estado no Brasil: um feliz casamento? Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8, 2008, Florianópolis/SC: **Anais...** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Ana_Alice_Alcantara_Costa_62.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

_____; SARDENBERG, Cecília M. B. Feminismos no Brasil: anunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade. **Labrys** – Revista de Estudos Feministas, Brasília/ Montreal/ Paris, n. 20, 2012. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/cecilia.htm>. Acesso em: 21 fev. 2017.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

_____; GUATTARI, Félix. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Edições 34, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA, Claudia; BONAN, Claudia. **Mulheres e movimentos**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

FERREIRA, Mary. Feminismos no Nordeste brasileiro: histórias, memórias e práticas políticas. **Polis** – Revista de la Universidad Bolivariana, Santiago, n. 28, vol. 10, 2011. Disponível em: <<http://polis.revues.org/1352>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Sônia de. **História Oral: Possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GALLI, Beatriz [et al]. **SOS Direitos Reprodutivos**: conheça e defenda seus direitos sobre o acesso ao aborto. Brasília: Athalaia Editora, 2011.

GARCIA, Loreley Gomes [et al]. **Família como armadilha**: a busca de fissuras no cotidiano das mulheres rurais nos cariris paraibanos. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

GARCIA, Telma Ribeiro; SOUZA, Eulina H. Ramalho de; LOPES, Maria Goretti D. Morte materna e a política nacional. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 6, 2008.

Gênero e Atuação Legislativa. COSTA, Ana Alice [et al.]. **Curso autoinstrucional**. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <http://www.educacaoadistancia.camara.leg.br/ead_cfd/>. Acesso em: 17 mar. 2016.

GIULIANI, Paola Cappellin. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: Albertina de Oliveira Costa; Cristina Bruschini (orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Ed. Vertice/ Fundação Carlos Chagas, 1989.

GONDAR, Jô. Memória, tempo e história. In: Miguel Angel de Barrenechea (org). **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

GOUVEIA, Taciana. Antinomias e contradições: a dinâmica da institucionalidade. In: Maria Betânia Ávila [et al]. **Textos e Imagens do Feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petropolis: Vozes, 1996.

GROS, Frédéric. A parresia em Foucault (1982-1984). In: **Foucault** – A coragem da verdade. Philippe Artières... [et al]. (Orgs.). Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

JALFIM, Felipe [et al]. Combate à pobreza rural e sustentabilidade no semiárido nordestino: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Agriculturas**, Rio de Janeiro / Holanda, v. 5, n. 4, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Rastros de tragédia: movimentos sociais na Paraíba (1964-1980). **Textos UFPB/NDHIR**, n. 1, agosto de 1983. Arquivo documental do NDHIR / GT Indústria e Trabalho. (Mimeo.).

LEITE, Rosalina Santa Cruz; TELES, Amelinha. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). Prefácio de Margareth Rago. São Paulo: Intermeios, 2013.

LIMA, Cristina. Uma pauta para a mídia? **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 6, 2008.

LIRA, Lúcia. Participação política e controle social: trilhas percorridas. In: _____. (org.). **Mortalidade Materna**: direitos violados, vidas roubadas. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.

_____; BORGES, Socorro. Rompendo silêncios: uma prática feminista. In: Lúcia Lira. (org.). **Mortalidade Materna**: direitos violados, vidas roubadas. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.

_____; _____. RABAY, Glória. Ministério público: um aliado na ação feminista – experiência de monitoramento de políticas públicas. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 6, 2008.

LORDE, Audre. Uses of the erotic: the erotic as power. In: _____. **Sister Outsider**: Essays and speeches. New York: The Crossing Press, 1984.

MACHADO, Aline Maria Batista. O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular. In: IX Seminário Nacional do HISTEDRB: História, sociedade e educação no Brasil, 9, 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB. CD-ROM.

MAGALHÃES, Cândida Moreira; OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. Paraíba: para onde o feminismo leva as mulheres? **Cadernos Feministas de Economia e Política**: Feminismo no Nordeste. Recife, n. 3, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo**: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, feminismo e subjetividade**. Tradução de Newton Milanez. São Paulo: Intermeios, 2016.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz P. da. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n. 42, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00341.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

OLIVEIRA, Maria Lúcia L. de. Feminismo, relações de gênero e educação no cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais do semiárido paraibano. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7, 2006, Florianópolis/SC. **Anais...** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Lucia_Lopes_de_Oliveira_06.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2016.

_____; SILVA, Mauricéia de Souza. A perspectiva feminista e a agroecologia na assessoria técnica com as agricultoras da região do cariri paraibano. **Cadernos Feministas de Economia e Política: Assessoria técnica com mulheres – uma abordagem feminista e agroecológica**. Recife, n. 4, 2008.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, v. 1, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2004000100012/869>>. Acesso em: 11 out. 2016.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 52, n. 26, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____; WOLFF; Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: Feminismo tropical em Paris. **ArtCultura – Revista de História, Cultura e Arte**, Uberlândia, n. 14, v. 9, 2007. Disponível em: <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/Johana%20Maria.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PORTO, Rozeli; TEIXEIRA, Analba Brazão. Lourdes Bandeira. In: **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Miriam Pillar Grossi [et al.]. (Orgs.). Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

POTENGY, Gisélia Franco. Modernização e cotidiano: memórias campinenses. **Vivência**, CCHLA/UFRN, Natal, n. 32, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/32/PDF%20para%20INTERNET_32/A_PAGINAS%20INI_CIAIS%20V32.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

RABAY, Glória de Lourdes Freire. Movimentos de mulheres na Paraíba: conquistas e desafios. In: **Feminismo: Memória e História**. Célia Chaves G. do Amaral [et al.]. (Orgs.). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

RAGO, Luzia Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: **Masculino, Feminino, Plural**. Joana M. Pedro; Mirian Grossi (Orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global. **Labrys – Revista de Estudos Feministas**, Brasília/Montreal/Paris, n. 03, 2003. Disponível em: <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/labrys/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso: 15 jul. 2014.

_____. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: **Poéticas e Políticas Feministas**. Claudia Lima Costa; Simone Pereira Schmidt. (Orgs.). Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.

_____. Escritas de si, parresia e feminismos. In: Guilherme Castelo Branco; Alfredo Veiga-Neto (orgs.). **Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade**. Prefácio de Márcio Seligmann-Silva. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, Natal, n. 05, 2010.

ROSA, Susel Oliveira da. **A biopolítica e a vida 'que se pode deixar morrer'**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2012.

_____. **Mulheres, ditaduras e memórias: "não imagine que precise ser triste para ser militante"**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

_____. *Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba*. **Estudos de Sociologia**, Araraquara-SP, v. 20, n. 39, 2015. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/7537/5625>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

RUIZ, Alice S. **Dois em um**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Marcos conceituais da saúde sexual e reprodutiva. In: Gilberta Santos Soares [et al] (orgs.). **Mulher, moradia e saúde** - Reflexões feministas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo no Brasil: o que ficou escondido. Congresso Internacional da LASA, 21, Chicago, 1998. **Anais...** Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

SILIPANDRI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In: _____. (org.). **Experiências em pedagogia feminista**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

_____. Crise do sistema político e participação das mulheres. In: _____. Mércia Alves; Rivane Arantes (Org.). **Participação política das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014.

_____. Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 2016. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOARES [OLIVEIRA], Eleonora Menicucci [de]. **O movimento feminista**: o reinventar da educação. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SOARES, Gilberta Santos. Um breve olhar sobre os Programas de Atenção à Violência Sexual: a experiência da Paraíba. **Jornal da Rede Saúde**. n. 22, novembro de 2000.

_____. [et al]. **Dossiê sobre a realidade do aborto inseguro na Paraíba**: o impacto da ilegalidade do abortamento na saúde das mulheres e nos serviços de saúde de João Pessoa e Campina Grande. Recife: Curumim, 2010.

_____. [et al]. **Mulher, moradia e saúde**: reflexões feministas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. SOARES, Nicolau. **O dinheiro das ONGs**: Como as Organizações da Sociedade Civil sustentam suas atividades - e porque isso é fundamental para o Brasil. Abong: s/l, 2014. Disponível em: <<https://observatoriosc.files.wordpress.com/2014/02/livro-ongs-100-dpis.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

SOCZEK, Daniel. **ONGs e Democracia**: metamorfoses de um paradigma em construção. Curitiba: Juruá, 2007.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 13, v. 3, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300008/7712>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Mulheres Brasileiras no Exílio e Consciência de Gênero. In: **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Joana Maria Pedro; Cristina Scheibe Wolff (Orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SOUZA, Estelizabel Bezerra de. [et. al]. **Grupos de Mulheres da Paraíba**: Retalhos de uma história. João Pessoa: Textoarte Editora, 2001.

SCHOTTZ, Vanessa [et al]. É trabalho, não é ajuda! Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na Agroecologia. **Agriculturas**, Rio de Janeiro / Holanda, v. 12, n. 4, 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Agriculturas_V12N45-Artigo8.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2016.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SWAIN, Tânia Navarro. _____. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. **Textos de História**, Brasília, v. 4, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5789/0>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. **Textos de História**, Brasília, v. 8, n. 1-2, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5904>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

_____. A história é sexuada. In: Luzia Margareth Rago; Ana Carolina A. de Toledo Murgel (orgs.). **Paisagens e tramas**: o gênero entre a história e a arte. São Paulo: Intermeios, 2013.

TIBURI, Marcia. Odiar, verbo intransitivo: a paranoia como estado social. **Revista CULT**, Editora Bregantini, ano 18, n. 205, de setembro de 2015.

_____. O ridículo político: o perigo do que não se pode levar a sério na política contemporânea. **Revista CULT**, Editora Bregantini, ano 19, n. 212, de maio de 2016.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**: Foucault revoluciona a História. Tradução de Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.